

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 9 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 11 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 12 |
| 5.5 - Alterações significativas | 15 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 16 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|-----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 17 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 88 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 94 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 96 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 103 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 104 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 105 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 106 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 114 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos indicados no item 4.1

(a) Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política.

A Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2018 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia no processo de gerenciamento de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos aos administradores, permitindo redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade dos negócios da companhia. Além disso, visa a promover a gestão integrada de todos os riscos aos quais a Eneva está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

A Política de Gerenciamento de Riscos aplica-se à Eneva e a suas controladas, bem como aos seus colaboradores, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Cabe à Diretoria Executiva definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos e propor ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Companhia. A Diretoria Executiva deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Gerenciamento de Riscos e submetendo adequações e melhorias à aprovação do Conselho de Administração.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, se houver

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, dentre os quais se destacam:

(i) riscos que possam impactar as operações da Companhia, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes de processos ordinários da Companhia e suas controladas, que possam impactar seu processo produtivo e utilização da capacidade instalada;

(ii) riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para fins de atingimento dos seus objetivos e/ou decorrentes da habilidade da Companhia se proteger ou se adaptar a mudanças nos setores de energia e de exploração e produção de gás natural;

(iii) riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia e suas controladas, cuja perda ou aplicação de penalidades possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro ou operacional ou causar danos à sua imagem;

(iv) risco de aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado como também decorrente de alterações legais e regulatórias nas localidades e nos setores operados;

(v) riscos de paralisação das atividades de projetos da Companhia e de suas controladas em virtude da não obtenção ou não renovação das licenças regulatórias, incluindo, mas não se limitando a, licenças ambientais;

(vi) riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações e projetos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota um modelo de gestão integrada dos riscos aos quais está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução dos planos de ação definidos para a redução do risco residual. Para fins de proteção aos riscos expostos, a Companhia:

- desenvolve soluções tecnológicas para a otimização de seus processos;
- realiza o monitoramento constante dos seus níveis de endividamento por meio de indicadores, bem como realiza a gestão da captação de recursos de forma a obter perfil de amortizações adequado;
- realiza operações de hedge da exposição do fluxo de caixa da empresa a fatores de risco de mercado, quando relevante e alinhado à estratégia da empresa;
- promove a capacitação e treinamento de seus colaboradores, inclusive nas políticas e normativos internos;
- realiza procedimentos internos de auditoria para analisar dados e prevenir desvios com relação às atividades desenvolvidas pela Companhia e a consequente aderência de tais atividades às suas políticas e às determinações de seus órgãos de administração;
- suporta a tomada de decisão da Administração com relação ao planejamento estratégico da Companhia através da quantificação dos riscos financeiros associados ao seu fluxo de caixa;
- utiliza metodologias específicas para acompanhamento dos riscos de mercado e crédito envolvidos nas operações realizadas pela comercializadora de energia, com acompanhamento e reporte independentes;
- adota ações para aprimorar a eficiência, transparência e efetividade nos processos de licenciamento regulatório, inclusive licenciamento ambiental;
- aperfeiçoa continuamente os sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como a disseminação de informação e campanha de prevenção na Companhia para melhoria nos padrões de saúde e segurança dos colaboradores;
- aperfeiçoa continuamente o seu Programa de *Compliance*, incluindo o monitoramento do canal de denúncias da Companhia, realização de treinamentos periódicos para toda Companhia e revisão dos procedimentos de *Compliance*.

Especificamente em relação a eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia e suas controladas com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia dispõe de uma área de Governança, Compliance e Controles Internos, subordinada hierarquicamente à Diretoria Jurídica, responsável pela gestão de um programa de integridade e estabelecimento de medidas, políticas e normas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

Disponibilização de documentos de integridade para todos os colaboradores e executivos (Código de Conduta, Normativos de Integridade e diretrizes para o combate à Corrupção).

- Código de Conduta: O Código de Conduta é um guia de atuação e padrão de conduta aplicável a todos os profissionais da Companhia e suas controladas. O documento é baseado em valores e princípios que devem estar presentes nas relações com os diferentes públicos, e o cumprimento de suas diretrizes tem por objetivo preservar a integridade e a reputação dos profissionais e das empresas do grupo da Companhia. Periodicamente os colaboradores precisam formalizar o seu conhecimento as diretrizes do Código de Conduta e Normativos de Integridade. O Código de Conduta da Eneva foi revisado em 2020 e aprovado pelo Conselho de Administração. Um total de 932 colaboradores registraram o seu conhecimento on-line nos documentos de Compliance;
- Código de Conduta para Terceiros: O Código de Conduta para Terceiros descreve as expectativas da Companhia e de suas controladas em relação aos seus fornecedores. Todos os fornecedores cadastrados na Companhia obrigatoriamente precisam formalizar sua ciência. Ao aceitar os termos contidos no documento, os fornecedores reconhecem que todos os acordos, contratos e relações comerciais com a Companhia e suas controladas, existentes e futuros, estão sujeitos às suas disposições, regras e compromissos relacionados a diversos temas, tais como ética e integridade, transparência, responsabilidade e respeito, brindes e presentes, combate à corrupção, conflito de interesses, entre outros. Ainda com relação aos terceiros a Companhia disponibiliza para os colaboradores e executivos a Diretriz de Relação de Terceiros e Política de Defesa da Concorrência com objetivo de orientar sobre o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

comportamento esperado no relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros de negócios;

- Política Anticorrupção: Esta Política tem como objetivo estabelecer padrões mínimos de comportamento para seus Colaboradores, bem como para seus Terceiros frente a situações que possam envolver ou caracterizar Corrupção ou Lavagem de Dinheiro, deixando clara a postura da Companhia em rejeitar toda e qualquer situação ou circunstância relacionada a estas práticas, observando os requisitos das Legislações Anticorrupção, disposto na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), de forma a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência;
- Política de Direitos Humanos: Esta Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes fundamentais da Eneva para respeitar os direitos humanos e promover práticas não discriminatórias e de diversidade no ambiente de trabalho;
- Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades: Esta diretriz tem por objetivo orientar a conduta dos profissionais da Companhia com relação ao recebimento e oferecimento de brindes, presentes, vantagens e cortesias, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção pública ou privada;
- Diretriz de Conflitos de Interesses: Esta diretriz estabelece diretrizes que devem ser observadas pelos profissionais da Companhia e suas controladas quanto a situações que envolvam conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos, bem como situações que possam caracterizar concessões de vantagens indevidas, suborno, corrupção ou favorecimento indevido;
- Diretriz de Doações e Patrocínios: Esta diretriz objetiva orientar e auxiliar a conduta de profissionais da Companhia, suas controladas quanto aos patrocínios e doações a serem concedidos em relações comerciais;
- Canal de Consulta: Implementado em 2020, é uma ferramenta disponível para todos os colaboradores na intranet da Companhia com objetivo de esclarecer dúvidas relacionadas à aplicação do Código de Conduta e demais normativos de integridade;
- Canal de Denúncia anônimo e independente: A Companhia possui um canal de denúncias gerido externamente por empresa especializada (atualmente a Contato Seguro), que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo e pelo público externo e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Conduta, às políticas de integridade e à lei;
- Procedimento de investigação: A área de Compliance possui um processo estruturado para apurar os fatos registrados no canal de denúncia e para recomendar a aplicação de eventuais medidas disciplinares cabíveis;
- Declaração de Conflito de Interesses: Foi implementado em 2020 um sistema de controle aplicado a todos os colaboradores com objetivo de monitorar, evitar e avaliar ações de potenciais conflitos em desacordo com o Código de Conduta, normativos internos e as Leis;
- Treinamento e comunicação: A Companhia oferece treinamentos periódicos e comunicação contínua relacionados a ética, integridade e prática anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, à distância (curso online) e módulo presencial na ambientação de novos colaboradores. Em 2020 foi aplicado treinamento para colaboradores, terceiros e executivos sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção com objetivo de assegurar a cultura de integridade e de tolerância zero a prática de corrupção e atos ilícitos;
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: A Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de *due diligence* de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio do preenchimento de questionário de integridade, pesquisas em fontes públicas e avaliação de risco de fornecedores, visando mitigar riscos no processo de contratação com potenciais parceiros de negócios;
- Diretriz de Delegação de Autoridade: Esta diretriz visa a estabelecer e comunicar os limites delegadas para aprovação e responsabilização, ao longo da linha hierárquica, das transações e operações da Eneva relativas a seus planos de negócio, programa de investimentos, plano financeiro e à execução do orçamento anual, bem como estabelecer os princípios e diretrizes para assegurar o correto enquadramento das transações e operações; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Diretriz de Gestão de Consequências: Essa diretriz objetiva dar conhecimento aos profissionais da Companhia quanto aos critérios e procedimentos que serão adotados para a aplicação de medidas disciplinares quando do descumprimento do contrato de trabalho, do Código de Conduta, da legislação em vigor, das políticas e outros procedimentos internos ou quando realizarem qualquer outro tipo de falta disciplinar.

Com objetivo de monitorar as interações com órgãos governamentais e agentes públicos foi implementado em 2020 um aplicativo para registrar essas interações em atendimento as orientações dispostas Diretriz de Interação com Poder Público.

Ressaltamos que o canal de Denúncia da Companhia recebeu em 2020 46 relatos. Nenhum dos relatos recebidos apontou condutas que violassem a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, a Lei nº 9.613/1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro ou a Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

Com relação à pandemia do Covid-19, a Eneva instituiu a Comissão de Crise, seguindo o Manual de Gerenciamento de Crises aprovado pela diretoria em novembro de 2019, tendo em vista a relevância do tema, de forma a auxiliar a diretoria na tomada de decisões, com a agilidade e a responsabilidade que o tema exige, para diminuir os possíveis impactos na continuidade das operações da companhia.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Eneva adota, em sua Política de Gerenciamento de Riscos, o conceito das três linhas de defesa a seguir ("Linhas de Defesa") para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

1ª Linha de Defesa: É representada por todos os gestores das áreas de negócio e de suporte, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

2ª Linha de Defesa: É responsável pelo apoio à 1ª Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada, dentre outras, pela Gerência de Risco- e pela Gerência de Governança *Compliance e Controles Internos*, com atuação consultiva junto às áreas executivas, porém com avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle da Eneva.

3ª Linha de Defesa: É representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

Os órgãos e áreas que atuam na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são os descritos abaixo:

(I) Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração aprovar as alterações da Política de Gerenciamento de Riscos, autorizar, se necessário, quaisquer exceções a essa Política, definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da Companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de riscos estabelecidas.

O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na Companhia e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

(II) Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva deve acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Gerenciamento de Riscos e submetendo adequações e melhorias à aprovação do Conselho de Administração.

(III) Governança, Riscos e Compliance

Em 2020 as funções de Governança, Controles Internos, Riscos e Compliance estavam centralizadas em uma única gerência. Em fevereiro de 2021, dividiu-se as referidas funções em duas gerências, a fim de dar mais agilidade e foco na atuação em cada tema. A primeira gerência responsável por Governança, Compliance e Controles Internos, e a segunda pela Gestão de Riscos da Companhia. A área de Governança, Compliance e Controles Internos e a área de Gestão de Riscos têm, dentre outras atribuições, o objetivo de incorporar os valores da Companhia e estabelecer um conjunto de práticas e relacionamentos entre Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Fiscal, com a finalidade de aperfeiçoar o desempenho da empresa e facilitar o acesso alinhado com o interesse dos acionistas.

Além disso, ambas as gerências têm atuação consultiva junto às áreas executivas da Companhia, porém com avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle. Adicionalmente, conta com as demais áreas da estrutura interna da Eneva, conforme citadas no item 5.1(b) acima, para implementar, verificar a adequação e monitorar continuamente a efetividade das políticas e medidas relacionadas a gerenciamento de riscos da Companhia.

(IV) Comitês

(A) Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”)

O Comitê de Auditoria Estatutário passou a ser previsto com a alteração do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2018 e foi instalado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de junho de 2019. Com sua instalação, o Comitê de Auditoria (não estatutário) criado na reunião do Conselho de Administração de 10 de agosto de 2016 e alterado em 10 de maio de 2017 deixou de existir. Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, o Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão colegiado de assessoramento do Conselho de Administração, composto por, no mínimo três membros, devendo um ser conselheiro independente e ao menos um deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

O Comitê de Auditoria Estatutário possui regras de funcionamento que dispõem sobre seus objetivos, composição, responsabilidades e periodicidade de reuniões, aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 31 de outubro de 2018, e tem as seguintes responsabilidades:

- I. avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, conforme Política de Gerenciamento de Riscos;
- II. opinar sobre a parametrização do modelo de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a Política de Gerenciamento de Riscos, seus recursos e tolerância máxima a riscos, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com:
 - a) a remuneração da administração;
 - b) a utilização de ativos da Companhia; e
 - c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- III. avaliar, em conjunto com a área jurídica da Companhia, todas as questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;
- IV. avaliar periodicamente a adequação dos relatórios gerenciais da administração, referentes a aspectos contábeis, de resultados financeiros e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, forma, conteúdo e distribuição (acesso às informações);
- V. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia;
- VI. opinar sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, levando em consideração a adequada cobertura de riscos;
- VII. opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente externa para a Companhia, bem como a substituição de tais auditores, e opinar sobre a sua contratação para qualquer outro serviço;
- VIII. analisar o escopo e o enfoque propostos pelos auditores externos e avaliar seus honorários e resultados dos serviços prestados, supervisionando suas atividades, a fim de avaliar:
 - a) a sua independência;
 - b) a qualidade de serviços prestados; e
 - c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- IX. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- X. monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

- XI. reunir-se com os auditores externos para tratar de mudança e/ou manutenção de princípios e critérios contábeis; uso de reservas e provisões; estimativas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras; métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; mudanças do escopo da auditoria; áreas de alto risco; deficiências relevantes e falhas significativas nos controles internos; conhecimento de atos ilegais; e efeitos de fatores externos (econômicos, normativos e setoriais) sobre os relatórios financeiros e sobre o processo de auditoria;
- XII. monitorar a implementação das recomendações feitas pela área de Auditoria Interna e pelos auditores externos, bem como a qualidade e integridade dos processos;
- XIII. acompanhar as manifestações encaminhadas através do canal de denúncias da Companhia, zelando pelo cumprimento do Código de Conduta, e alertar ao Conselho de Administração sobre fraudes e/ou crimes e sugerir providências;
- XIV. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
- XV. avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências, em conjunto com a administração, a área de governança, compliance e controles internos a área de controladoria e a área jurídica da Companhia;
- XVI. reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho da Companhia para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- XVII. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- XVIII. elaborar um relatório anual a ser apresentado pela Companhia juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) as atividades exercidas no período, as reuniões realizadas com os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados;
 - b) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;
 - c) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação;
 - d) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;
 - e) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e
 - f) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- XIX. opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração;
- XX. proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação; e
- XXI. manter postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades e, sobretudo, em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário se reunirá ao menos uma vez a cada trimestre, devendo coincidir com as datas de fechamento de resultados trimestrais da Companhia, e sempre que necessário.

(B) Comitê de Finanças

Criado na reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2017, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, o Comitê de Finanças da Companhia é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração. Para tanto, compete ao Comitê de Finanças aconselhar e fazer recomendações ao Conselho de Administração em suas decisões

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

relativas (i) à integridade das demonstrações financeiras e dos processos de controle interno; (ii) a políticas financeiras; e (iii) a metas e orçamentos para promover os objetivos estratégicos da Companhia.

O Comitê de Finanças deve ser formado por três a cinco membros, sendo ao menos um conselheiro e, a critério do Conselho de Administração, membros especialistas externos, sendo um dos membros eleito como "Coordenador".

Compete ao Comitê de Finanças, dentre outras matérias:

- I. recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração;
- II. assessorar o Conselho de Administração na análise e eventual revisão do orçamento da Companhia, bem como monitorar a sua implementação e execução;
- III. analisar e revisar os índices econômico-financeiros e de fluxo de caixa da Companhia, de modo a sugerir modificações e ajustes sempre que considerar necessário;
- IV. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento e/ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, questões tributárias e operações financeiras estruturadas de mercado;
- V. analisar os potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial nos negócios da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos, e na definição de estratégias financeiras apropriadas;
- VI. monitorar os riscos de mercado, liquidez e crédito da Companhia, por meio do acompanhamento de indicadores definidos pelo Comitê de Finanças;
- VII. analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação;
- VIII. acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessárias, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; e
- IX. proceder à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

As reuniões do Comitê de Finanças ocorrerão ordinariamente a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões serão realizadas nas dependências da Companhia, sendo que, em casos especiais, poderão ser realizadas por meio de conferência telefônica ou de outro modo que possibilite a participação de todos os membros do Comitê de Finanças e garanta a troca de ideias e impressões a respeito das matérias em discussão.

(V) Auditoria Interna

A Companhia conta, ainda, com uma área específica de Auditoria Interna, criada em 2013. A área de Auditoria Interna monitora continuamente os riscos aos quais a Companhia está exposta, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, e assegura a efetiva divulgação dos riscos identificados, a fim de adequar a estrutura de controle internos para minimizar eventual materialização de tais riscos. A estrutura e dimensão da área foram atualizadas, em 2017, para se adequar às atuais necessidades do negócio e garantir maior efetividade e agilidade aos processos por eles conduzidos, quando passou a reportar-se ao Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria Estatutário.

Importante destacar que a área de Auditoria Interna não possui qualquer vínculo hierárquico ou funcional com as unidades auditadas, mantendo, assim, um relacionamento de total independência funcional e técnica para o pleno exercício de suas funções.

À área de Auditoria Interna cabe avaliar de forma objetiva e independente a adequação e eficácia dos procedimentos e controles mantidos pela companhia, a fim de identificar oportunidades de melhoria e reduzir a exposição a riscos indesejáveis.

Além fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos, compete a ela monitorar a implementação de ações corretivas e/ou de melhoria recomendadas em seus relatórios, bem como avaliar/validar a eficácia das mesmas para reduzir e/ou eliminar os riscos identificados. Compete a ela:

- Auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos;
- Após a implementação dos planos de ação, auditar as ações para verificar se todas foram implementadas como planejado;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Identificar novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução; e
- Adequar o porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partir da identificação de novos riscos ou agravamento de riscos já identificados.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A efetividade das medidas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia é verificada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, descrito no subitem (b) acima, o qual reporta as suas constatações e recomendações para o Conselho de Administração da Companhia para que sejam adotados os planos de ação aplicáveis para aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia conta com as gerências de Governança, *Compliance* e Controles Internos e a gerência de Risco, mencionados no item 5.1.iii acima.

A Companhia conta, ainda, com uma área de Auditoria Interna, que tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a companhia não adotou tal política

A Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2018 ("Política de Gerenciamento de Riscos"), que contempla os princípios, diretrizes e responsabilidades aplicáveis à gestão de todos os riscos a que a Companhia está exposta, incluindo os riscos de mercado. Para mais informações, vide item 5.1.(a) deste Formulário de Referência.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, se houver

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta à volatilidade de diversos fatores de risco de mercado – principalmente taxas de juros, taxas de câmbio, taxas de inflação e preços de commodities – que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Atualmente, a Companhia realiza transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visando à proteção contra o risco de variação cambial do fluxo de caixa previsto para as despesas com Capex em 2021, tendo em vista que suas receitas e geração de fluxo de caixa são em reais e uma parcela da sua despesa de Capex é atrelada ao dólar norte-americano.

Para os demais fatores de risco de mercado não são adotadas estratégias de *hedge*, tendo em vista que o risco atribuído aos mesmos do ponto de vista consolidado não têm magnitude que justifique tais transações. Quando necessária a adoção de proteção patrimonial via derivativos, o Comitê de Finanças e a Diretoria da Companhia deverão ser consultados.

iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*)

Atualmente, a Companhia realiza transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos - contratos a termo – visando a proteção ao risco de variação cambial do fluxo de caixa previsto para as despesas com Capex em 2021, uma vez que suas receitas e geração de fluxo de caixa são em reais e uma parcela da sua despesa de Capex é atrelada ao dólar norte-americano.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

Com relação a derivativos, é estabelecido na Política de Finanças que somente será permitida a sua contratação para fins de proteção (*hedge*), devendo estes neste caso ser previamente aprovados pela Diretoria e consultado o Comitê de Finanças.

A referida política também veda investimentos de caixa e aplicações financeiras em instrumentos financeiros que apresentem risco de mercado.

Além disso, a Companhia elabora anualmente um Plano de Captação, que integra o plano de negócios da Companhia, bem como o orçamento anual, os quais são submetidos ao Conselho de Administração. As contratações de empréstimos e financiamentos que não estejam pré-aprovadas no Plano de Captação deverão ser autorizadas previamente pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração, neste último caso quando envolverem valores superiores a R\$50,0 milhões.

v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não utiliza atualmente instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia, por meio de sua Diretoria Financeira e área de Gestão de Risco, mediante acompanhamento e supervisão do Comitê de Finanças e do Conselho de Administração da Companhia, identifica, avalia e monitora os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

A Eneva adota em sua Política de Gerenciamento de Riscos o conceito das três Linhas de Defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, conforme definido no

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

item 5.1(b)(iii), subitem IV deste Formulário de Referência.

Os órgãos e áreas que atuam na Estrutura de Gerenciamento de Riscos da Companhia são os seguintes, descritos no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência:

- (I) Conselho de Administração;
- (II) Diretoria Executiva;
- (III) Gerência de Governança, Compliance e Controles Internos e Gerência de Risco;
- (IV) Comitês:
 - (A) Comitê de Auditoria Estatutário (CAE);
 - (B) Comitê de Finanças; e
- (V) Auditoria Interna.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos de mercado

A efetividade das medidas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia é verificada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, descrito no subitem 5.1(b)(iii) acima, o qual reporta as suas constatações e recomendações para o Conselho de Administração da Companhia, para que sejam adotados os planos de ação aplicáveis para aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia conta com a área de Governança, Compliance e Controles Internos, estrutura com atuação consultiva junto às áreas executivas, porém com avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle da Eneva. Adicionalmente contacom demais áreas de sua estrutura interna, conforme citadas no item 5.1(b) acima, para implementar, verificar a adequação e monitorar continuamente a efetividade das políticas e medidas relacionadas a gerenciamento de riscos da Companhia (1ª Linha de Defesa).

Auditoria Interna tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos, assim como as atividades descritas abaixo:

O sistema de Controles Internos e a área de Governança, Compliance e Controles Internos devem apoiar os donos de cada processo na gestão de seus riscos, de forma priorizada e buscando processos robustos e controles adequados. A área tem como principais atribuições:

- i. Gerenciar o sistema de Controles Internos da ENEVA, contribuindo como especialista consultivo independente para seu desenho e implantação;
- ii. Avaliar o propósito, eficiência e eficácia dos Controles Internos estabelecidos nos processos, a partir do mapeamento dos mesmos pela área de Gestão e Performance, observando sua execução e alertando os Donos de Processo se necessário;
- iii. Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na identificação e avaliação dos riscos e na definição dos controles para sua mitigação;
- iv. Reavaliar periodicamente a adequação dos Controles Internos em relação ao apetite ao risco, aos resultados dos testes sobre os mesmos e às oportunidades para simplificação e racionalização, sugerindo melhorias e corrigindo deficiências; e
- v. Acompanhar a implantação de Controles Internos.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com gerências específicas submetidas à Diretoria de Finanças, Diretoria Jurídica e Conselho, quais sejam: Governança, Compliance e Controles Internos, Riscos, Controladoria, Tesouraria e Auditoria Interna.

Além do mencionado acima, no subitem 5.1(b) "iii" também são detalhadas informações adicionais.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles estão descritos no item 5.3(a). Já a indicação das pessoas responsáveis indicando o cargo pode ser conferida no item 5.1(b).

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foi reportado pelos auditores independentes nenhuma deficiência significativa no relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020, em sua carta emitida em 07 de maio de 2021.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, uma vez que não foram identificadas deficiências significativas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia desenvolveu um Código de Conduta, um Código de Conduta de Terceiros e políticas acessórias determinando e esclarecendo a visão, valores e diretrizes da Companhia sobre a conduta esperada de seus colaboradores, administradores e terceiros e, como forma de disseminar e consolidar o Código de Conduta e políticas de integridade, a Companhia promove treinamentos presenciais e *on-line* seguidos de avaliações que devem ser respondidas por todos os colaboradores e administradores.

A fim de mitigar riscos relativos à contratação de terceiros fornecedores e prestadores de serviço, a Companhia realiza análises reputacionais utilizando o sistema UpMiner, o qual permite acesso a uma maior base de dados e obtém informações mais detalhadas sobre as pessoas jurídicas e físicas analisadas.

Por fim, a Companhia possui um canal de denúncias disponível 24 horas por dia, confidencial e aberto a todos, o qual permite que colaboradores e terceiros apresentem relatos os quais são recebidos, analisados e investigados pela área de *Compliance* da Companhia, que os reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração da Companhia. De acordo com a gravidade da denúncia e da violação ao Código de Conduta e políticas de integridade, a sanção ao denunciado é determinada pela Comissão de *Compliance* ou pelo Conselho de Administração.

A Companhia promove a avaliação de suas políticas e procedimentos periodicamente e sempre que julgar necessário, como forma de mantê-las sempre atualizadas e adequadas à estrutura de governança, à atuação da Companhia e às leis e regulamentos aplicáveis.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Comissão de *Compliance* é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, tendo como atribuição principal o acompanhamento da implementação das iniciativas de *Compliance*. A Comissão de *Compliance* é um órgão criado sem deliberação formal o qual se reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário e, quando necessário, ao Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia foi revisado e aprovado em reunião do Conselho de Administração em setembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros fiscais, quando aplicável, conselheiros de administração e terceiros. No que se refere a fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, a Companhia desenvolveu um Código de Conduta de Terceiros, detalhando as regras e recomendações específicas para aqueles que tenham relações comerciais com a Companhia ou suas subsidiárias.

Em setembro de 2020, foi elaborado e aprovado em reunião do Conselho de Administração a Política Anticorrupção, que é aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros de administração e terceiros.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Após a aprovação do Código de Conduta no início de 2017, foram conduzidos treinamentos presenciais, um treinamento *online* no primeiro semestre e outro treinamento *online* no segundo semestre daquele ano. Os treinamentos foram oferecidos a todos os colaboradores, diretores e conselheiros de administração da Companhia e todos contaram com mais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

de 95% de participação.

Durante o ano de 2018, foram conduzidos, pela área de Governança, Riscos e *Compliance*, treinamentos presenciais direcionados aos colaboradores da Companhia sobre assédio moral e suas particularidades. A fim de atender aos colaboradores que não puderam comparecer aos treinamentos presencialmente, a Companhia conduziu treinamentos *online*. Adicionalmente, a Companhia incluiu uma apresentação sobre o Código de Conduta no processo de ambientação de novos colaboradores.

A Companhia oferece treinamentos periódicos e realiza ações de comunicação contínuas relacionados a ética, integridade e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais na ambientação de novos colaboradores e *online*.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi conduzido treinamento presencial para 26 gerentes e 6 diretores sobre avaliação de riscos de integridade com escopo focado nas diretrizes do Código de Conduta da ENEVA. Foram lançados também 2 treinamentos *on-line* sobre temas de Compliance. Já em outubro de 2019 foi aplicado o curso de Relacionamento com Poder Público, que contou com 89% de adesão, considerando colaboradores próprios e terceiros, e, em dezembro de 2019, iniciou-se a aplicação do curso de Ética e Integridade.

Após a aprovação do Código de Conduta e Política Anticorrupção em setembro de 2020, foi conduzido treinamento online sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção. O treinamento foi disponibilizado a todos os colaboradores, terceiros e executivos da Companhia e todos somaram 95% de participação.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta determina que o descumprimento das condutas nele definidas ou estabelecidas nas políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis poderão resultar na aplicação de medidas disciplinares, as quais serão proporcionais à natureza e à gravidade da violação, podendo variar desde advertência até demissão por justa causa de acordo com diretriz de gestão de consequência, sem prejuízo de sanções administrativas, civis e penais, quando aplicáveis. Aos terceiros que violarem o Código de Conduta, políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis, a sanção imposta será aquela prevista no respectivo contrato, incluindo o término da relação comercial existente entre o terceiro e a Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de setembro de 2020. O código pode ser encontrado no website da Companhia em <https://ri.eneva.com.br/> e na central de sistemas da CVM em <http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ArquivoComCabecalho.asp?motivo=&protocolo=598916&funcao=visualizar&Site=C>.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncia é externo e gerido por empresa terceira especializada (atualmente, a ContatoSeguro).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncia está aberto para o recebimento de relatos de todos os colaboradores próprios e terceiros da Companhia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Os relatos podem ser realizados anonimamente pelos canais de denúncia disponibilizados pela ContatoSeguro, tanto através de ligação gratuita como através do *website*.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são apuradas e tratadas pela área de Governança, Compliance e Controles Internos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

reportadas periodicamente para a Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em todas operações societárias como fusão, aquisição e reestruturações societárias fora do grupo econômico da Companhia é realizado um detalhado processo de auditoria (*due diligence*) que busca identificar, dentre outros aspectos, a aderência e cumprimento às leis, regulamentos e normas de integridade e anticorrupção.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que, conforme descrito acima, a Companhia possui um programa de integridade em vigor para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, contra as regras e políticas da Companhia e/ou contra a lei e regulamentos aplicáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

A respeito do fator de risco *"As estimativas de reservas de gás natural da Companhia envolvem um grau significativo de incerteza e estão baseadas em premissas que podem não ser precisas"*, existem certas particularidades dos ativos da Companhia, bem como ações tomadas pela Companhia, que levam a uma mitigação dos riscos associados à realização de suas reservas:

1. A similaridade das características de seus reservatórios e do gás produzido reduzem os riscos dos projetos a serem desenvolvidos para atendimento dos contratos de gás.
2. O histórico da produção dos campos em produção vem reduzindo consistentemente as incertezas das reservas relacionadas à performance dos reservatórios e a seus planos de desenvolvimento;
3. A incerteza do preço do produto da Companhia é mitigada pelos contratos de longo prazo com preços definidos e sujeito a reduzidas variações; e
4. A incerteza da receita dos contratos é mitigada pela cláusula de uma receita fixa significativa e independente do despacho.

Estas e outras particularidades fazem com que os valores de reservas atualmente certificados pela GCA estejam muito próximos dos estimados pela Companhia, apresentando uma variação de cerca de 5%. Isto demonstra que o nível de informações existentes para suportar estas estimativas é bastante satisfatório e consistente, o que reduz em muito os riscos relacionados às reservas de gás da Companhia.

Com relação ao trecho *"Por sua vez, a UTE Parnaíba IV está no mercado livre vendendo energia somente por meio de contratos de curto prazo de acordo com a ordem de despacho do ONS. Existe discussão por parte de alguns agentes sobre a obrigação de pagamento de alguns débitos decorrentes do MCP. Tais agentes ingressaram com ações judiciais e obtiveram decisões liminares que afastaram a obrigação de pagamento desses débitos, o que compromete a liquidez do mercado e o recebimento de crédito dos agentes credores"*, constante do 1º fator de risco do item 4.1(a), a Companhia esclarece que a UTE Parnaíba IV tem a prioridade para recebimento integral de seus créditos no MCP garantidos por sentença judicial proferida pela 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal no processo nº 0051048-90.2015.4.01.3400. Nesse sentido, o risco destacado no trecho acima não será aplicável à usina enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial.

Ressalte-se que os fatores de risco descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência foram atualizados para refletir os potenciais impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia. Conforme descrito no item 5.1(b)(ii) deste Formulário de Referência, a Eneva instituiu a Comissão de Crise em março de 2020, de forma a auxiliar a diretoria na tomada de decisões, com a agilidade e a reponsabilidade que o tema exigia, para diminuir os possíveis impactos na continuidade das operações da companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

5.6 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e informações contábeis auditadas relativas ao exercício de 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva"), disponíveis no *website* da Companhia (www.eneva.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia:

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços líquida consolidada de R\$3.243,3 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A, que, em 1º de janeiro de 2020, incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I") em suas operações, Parnaíba II Geração de Energia S.A ("Parnaíba II"), Pecém II Geração de Energia ("Pecém II") e Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"). A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 1.006,5 milhões para exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$1.384,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$7.042,7 milhões.

No ano de 2019, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços líquida consolidada de R\$3.137,4 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I") (posteriormente incorporada por Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.), Parnaíba II Geração de Energia S.A ("Parnaíba II"), Pecém II Geração de Energia ("Pecém II") e Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"). A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 599,1 milhões para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$1.517,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$5.556,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No ano de 2018, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços líquida consolidada de R\$3.129,1 milhões, a qual foi originada pela operação das controladas Itaqui, Parnaíba I, Parnaíba II e Eneva Comercializadora, assim como pela operação de Pecém II, que passou a fazer parte das demonstrações contábeis consolidadas da Eneva S.A. a partir de abril de 2018. A Companhia apurou lucro líquido de R\$888,2 milhões para o referido exercício, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$1.152,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$5.163,7 milhões.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante era de 0,47 em 31 de dezembro de 2020, 0,53 em 31 de dezembro de 2019 e 0,49 em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas apresentaram prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.203,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, comparados a prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.068,4 milhões no em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.563,2 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Desta forma, os diretores acreditam que a Companhia apresenta planos de crescimento consistentes, conforme evolução dos resultados obtidos nos últimos três exercícios sociais, onde a Companhia passou de um lucro líquido de R\$888,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparados com um lucro líquido de R\$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$1.006,5 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Alterações no Capital Social

2020

Em 26 de maio de 2020, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$10,3 milhões, mediante a emissão de 284.502 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$ 36,25 por ação. Em 09 de outubro de 2020, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$3,2 milhões, mediante a emissão de 68.277 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$ 46,70 por ação.

2019

Em 28 de maio de 2019, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$6,0 milhões, mediante emissão de 285.538 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$ 21,00 por ação.

Em 3 de agosto de 2019, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$1,2 milhões, mediante emissão de 47.386 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$26,23 por ação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, em outubro de 2019, ocorreu aumento de capital social decorrente de plano de opção de compra ou subscrição de ações da Companhia no montante de R\$5,6 milhões, mediante emissão de 333.375 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo o preço de emissão de R\$16,83 por ação.

2018

Em 2018, não ocorreram aumentos de capital da Companhia.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio e capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta de 48,9% de capital próprio e 51,1% de capital de terceiros. Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$7.930,7 milhões, enquanto o endividamento bruto somado às obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$8.287,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta de 49,8% de capital próprio e 50,2% de capital de terceiros. Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$6.900,1 milhões, enquanto o endividamento bruto somado às obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$6.963,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta de 51,1% de capital próprio e 48,9% de capital de terceiros. Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$6.283,9 milhões, enquanto o endividamento bruto somado às obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$6.015,8 milhões.

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que, desde a conclusão do processo de recuperação judicial, os projetos da Companhia apresentam capacidade de pagamento suficiente para arcar com todos os seus compromissos financeiros, visto que a Companhia possui contratos de geração de energia de longo prazo com parcelas fixas e variáveis, além de reservas de gás natural suficientes para suprir todo o período da concessão.

Parte substancial da energia elétrica gerada pelos referidos projetos é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), o que permite a geração de receita fixa para as controladas da Companhia, por até 15 ou 20 anos (desde que as partes cumpram com as respectivas obrigações contratuais), além de parcela variável vinculada à quantidade de energia produzida que, para o Complexo do Parnaíba, é destinada à monetização da produção de gás.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018 a parcela circulante dos empréstimos e financiamentos e debêntures consolidados pode ser resumida como segue:

| Em R\$ milhões | | | |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|
| Mês de vencimento | 2020 | 2019 | 2018 |
| Em até 3 meses | 15,0 | 41,8 | 44,1 |
| Entre 3 e 6 meses: | 72,9 | 109,6 | 70,0 |
| Entre 6 e 9 meses: | -0,4 | 37,1 | 40,2 |
| Entre 9 e 12 meses: | 50,2 | 95,0 | 143,1 |
| | 137,7 | 283,5 | 297,4 |

As parcelas dos empréstimos e financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 apresentavam, respectivamente, o seguinte cronograma de pagamento:

| Em R\$ milhões | | | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Ano de vencimento | 2020 | 2019 | 2018 |
| 2020 | - | - | 411,5 |
| 2021 | - | 297,7 | 477,9 |
| 2022 | 269,8 | 433,1 | 525,6 |
| 2023 até o último vencimento | 6.635,2 | 4.542,2 | 3.451,3 |
| | 6.905,0 | 5.273,0 | 4.866,4 |

Em junho de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo remanescente da dívida proveniente do seu Plano de Recuperação Judicial, no montante total de R\$ 1.575,0 milhões, com recursos provenientes da 1ª e 2ª séries da sua 2ª emissão de debêntures.

Ao longo de 2020, a Companhia realizou novas emissões de debêntures para reforço de caixa e obtenção de recursos para execução do Capex dos projetos em curso. A 3ª emissão teve como destinação de recursos reembolso de parcela do investimento realizado na área de Infraestrutura de Gás Natural denominado Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba. A 4ª emissão, ocorrida em Abril, buscou reforço de caixa frente às incertezas instauradas pelo cenário de pandemia do Covid-19. A 5ª emissão destinou-se a parcela do Capex para área de Infraestrutura de Gás Natural no Parque dos Gaviões. Por fim, a 6ª emissão e última no ano de 2020 teve os seus recursos destinados aos projetos de Parnaíba VI, à UTE Jaguatirica II e parcela remanescente do Capex para área de Infraestrutura de Gás Natural no Parque dos Gaviões.

Diante da manutenção das condições financeiras favoráveis da Companhia, e a possibilidade de acesso ao mercado e bancos de fomento para financiar os Projetos em execução, a Eneva concluiu em 18 de dezembro de 2020 o resgate antecipado da 4ª Emissão de debêntures em valor equivalente a R\$416,4 milhões. O resgate antecipado teve como objetivo redução dos custos da dívida que foi constituída para uma eventual restrição de crédito, o que foi superado através da 6ª emissão de debêntures através da instrução CVM 400. A controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A refinanciou, através de recursos oriundos da sua 3ª emissão de debêntures e de capital próprio, as dívidas referentes à sua 1ª emissão de debêntures, à 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucédida por Parnaíba II) e à sua Cédula de Crédito Bancário emitida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., que totalizaram R\$ 1.188,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em agosto e novembro de 2020, as controladas Pecém II Geração de Energia S.A e Itaqui Geração de Energia S.A, respectivamente, liquidaram integralmente suas dívidas com o BNDES e Banco do Nordeste, totalizando R\$ 1.229,1 milhões

A controlada Azulão Geração de Energia S.A. contratou, em janeiro de 2020, uma linha de crédito de R\$1 bilhão junto ao Banco de Desenvolvimento da Amazônia, recursos estes destinados a implantação do Projeto Integrado Azulão-Jaguarica nas localidades de Silves (AM) e Boa Vista (RR) para fornecimento de energia ao sistema isolado de Roraima. Mediante a comprovação de gastos e cumprimento de condições precedentes ao desembolso, Azulão alcançou a liberação dos recursos no montante de R\$ 813,9 milhões.

A controlada Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A possui linha de crédito de R\$ 842,5 milhões contratados com o Banco do Nordeste referente a implantação do projeto de fechamento de ciclo da usina de Parnaíba I (projeto Parnaíba V). O projeto desembolsou R\$ 423,2 milhões, mediante a comprovação financeira e cumprimento de condições precedentes ao desembolso.

Considerando todas as liquidações e captações ao longo de 2020, a Companhia obteve um alongamento no prazo médio do seu endividamento consolidado, que passou de 4,6 anos em 2019 para 6,02 anos em 2020.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes de recursos utilizadas pela Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram as receitas obtidas dos contratos de energia de ativos, empréstimos e financiamentos, emissão de valores mobiliários, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Dentre as operações mais relevantes ocorridas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, os Diretores da Companhia destacam:

- Em 29 de setembro de 2020, a Eneva S.A. realizou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$947,9 milhões, em duas séries. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Primeira Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Primeira Série para investimentos e pagamentos futuros relativos à execução do Projeto Parque dos Gaviões. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Segunda Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Segunda Série para (i) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta, e (ii) investimentos e pagamentos futuros, sendo ambos os itens (i) e (ii) relativos à execução do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguarica II.
- Em 29 de junho de 2020, a Eneva realizou a sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em montante total de R\$650 milhões. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados para o reembolso dos gastos e despesas futuras relacionadas à execução do projeto Parque dos Gaviões enquadrados como prioritários através da portaria nº 327, expedida pelo MME, de 21 de agosto de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Em 24 de abril de 2020, a Eneva celebrou o contrato de financiamento com o China Construction Bank, no montante total de R\$90 milhões, com prazo de um ano. Os recursos líquidos obtidos por meio do referido financiamento foram destinados ao reforço da liquidez de caixa neste momento de incerteza derivada da pandemia de COVID19.
- Em 13 de abril de 2020, a Eneva realizou a sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, em montante total de R\$410 milhões, com prazo de um ano. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados ao reforço da liquidez de caixa em decorrência do momento de incerteza derivada da pandemia de COVID19. A Eneva concluiu em 18 de dezembro de 2020, o resgate antecipado da 4ª Emissão de debêntures em valor equivalente a R\$416,4 milhões
- Em janeiro de 2020 a Azulão Geração de Energia S.A contratou linha de crédito junto ao Banco de desenvolvimento da Amazônia destinados a implantação do Projeto Integrado Azulão nas localidades de Silves (AM) e Boa Vista (RR) para fornecimento de energia ao sistema isolado de Roraima no montante de R\$1 bilhão ao custo de IPCA + 1,5013%a.a., prazo de vigência de 196 (cento e noventa e seis) meses, incluídos 24 (vinte e quatro) meses de carência, vencendo em 15 de junho de 2036
- Em 15 de dezembro de 2019, a Eneva realizou a sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$650 milhões. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados para o reembolso dos gastos e despesas futuras relacionados aos projetos de exploração & produção de gás enquadrados como prioritários através da portaria nº 327 expedida pelo MME, de 21 de agosto de 2019.
- Em 21 de outubro de 2019 a Parnaíba II Geração de Energia S.A concluiu a sua 3ª emissão de debêntures no valor de R\$750 milhões em três séries, sendo a 1ª série no valor de R\$100 milhões, a 2ª no valor de R\$290 milhões e a 3ª no valor de R\$360 milhões. Os recursos obtidos foram destinados exclusivamente para liquidação antecipada do saldo remanescente das dívidas relativas à: 1ª emissão de debêntures simples de Parnaíba II, no montante de R\$ 717 milhões, com custo de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 2025, 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucetida por Parnaíba II, conforme Fato Relevante divulgado em 01 de outubro de 2018), no montante de R\$ 246 milhões, com custo de CDI + 2,95% a.a. e vencimento em 2024 e a Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social), no montante total de R\$ 223 milhões, com custo de TJLP + 5,15% a.a. e vencimento em 2027.
- A 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de outubro de 2022, com a remuneração de CDI + 0,60% a.a. para a 1ª Série, CDI + 1,01% a.a. para a 2ª Série e CDI + 1,40% a.a. para a 3ª série. A 1ª série tem pagamento de juros semestral e principal integral na data de vencimento, a 2ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 48 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas e a 3ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 72 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas.

- Em 28 de junho de 2019, a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia celebrou contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$ 842,6 milhões com prazo para 17 anos, carência de juros e principal por 5 anos e custo de IPCA + 1,938% a.a., considerando bônus de adimplência contratual. O contrato de financiamento tem como objetivo o desenvolvimento, a construção e a operação da UTE Parnaíba V.
- Em 15 de maio de 2019, a Eneva realizou 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no montante total de R\$2.000 milhões. Os recursos obtidos por meio das debêntures de primeira e segunda série foram utilizados para refinanciamento das dívidas da Eneva e os recursos obtidos por meio das debêntures de terceira série estão sendo destinados ao pagamento ou reembolso, conforme o caso, de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação da UTE Parnaíba V.
- Em novembro de 2018, a Parnaíba I Geração de Energia S.A. realizou a emissão de R\$866 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, com série incentivada e série não-incentivada. A série incentivada totalizou R\$315 milhões, com remuneração de 100% do IPCA acrescido de 7,2227% ao ano e vencimento em 2025. A série não-incentivada totalizou R\$551 milhões, com remuneração de 100% do DI acrescido de 2,5% ao ano e vencimento em 2025. Ambas as séries têm pagamento de juros semestral, carência de principal de 12 meses e serão amortizadas em 13 parcelas semestrais consecutivas. Os recursos captados foram parcialmente utilizados para a liquidação antecipada do saldo remanescente da dívida de Parnaíba I junto ao BNDES. Em função da incorporação da Parnaíba I Geração de Energia S.A. pela Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. em 01 de janeiro de 2020, a Parnaíba Geração e Comercialização sucedeu todas as obrigações estabelecidas na 1ª Emissão de Parnaíba I.
- Em dezembro de 2018, a Parnaíba II Geração de Energia S.A. realizou a emissão de R\$695 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, com remuneração de 100 % do DI acrescido de 2,5% ao ano e vencimento em 2025. As debêntures possuíam pagamento de juros semestral, carência de principal de 18 meses e amortizações em 12 parcelas semestrais consecutivas. Os recursos captados foram destinados ao refinanciamento de suas próprias dívidas cujo vencimento era previsto para 3 de janeiro de 2019, que foram os empréstimos com o Bradesco com remuneração de 100% do DI acrescido de 2,50% ao ano e Bradesco com remuneração de 100% do DI acrescido de 3,00% ao ano. Esta emissão foi resgatada antecipadamente com os recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II.
- Em outubro de 2017, houve a emissão de ações pela Companhia no montante de R\$834,5 milhões com o objetivo de realizar o pré-pagamento de determinadas dívidas celebradas por suas controladas. Até o fim do exercício de 2017, a dívida contraída pela Parnaíba II junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") no valor R\$391,0 milhões já havia sido integralmente quitada.

Em relação às fontes de financiamentos para investimentos em ativos não circulantes, vide comentários ao

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

item "f" abaixo.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia porque seus projetos são estruturados na modalidade *project finance*, a qual conta com financiamento de bancos de fomento, a juros subsidiados e prazos de amortização longos, que chegam a até 10 anos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional, inclusive no que diz respeito ao pagamento de juros e principal da dívida.

Adicionalmente, a Companhia monitora constantemente o mercado, podendo avaliar alternativas complementares de captação de recursos de terceiros, provenientes de empréstimos bancários junto às instituições financeiras de primeira linha, financiamentos junto a agências de fomento e/ou por meio de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas subsidiárias junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Empréstimos e Financiamentos****Em R\$ milhões**

| Empresa | Credor | Moeda | Taxas de juros | Taxas efetivas | Vencimento | Custo de captação a apropriar | Principal | Juros | Total |
|--|--------|-------|----------------|----------------|------------|-------------------------------|-----------|-------|---------|
| Térmicas a Gás | | | | | | | | | |
| PGC | BNB | R\$ | IPCA + 1,9388% | 6,46% | 15/07/2036 | (7,9) | 422,6 | 13,5 | 428,2 |
| AZULÃO | BASA | R\$ | IPCA + 1,6190% | 6,14% | 16/06/2036 | (8,5) | 490,6 | 2,7 | 484,8 |
| AZULÃO | BASA | R\$ | IPCA + 1,3247% | 5,84% | 16/06/2036 | (5,7) | 359,3 | 1,9 | 355,5 |
| Upstream | | | | | | | | | |
| ENEVA S/A | FINEP | R\$ | TJLP+3,00% | 7,87% | 15/03/2025 | - | 49,1 | 0,2 | 49,3 |
| ENEVA S/A | FINEP | R\$ | TJLP+1,00% | 5,87% | 15/12/2028 | (0,3) | 31,2 | 0,1 | 31,0 |
| | | | | | | (22,4) | 1.352,8 | 18,4 | 1.348,8 |
| Depósitos Vinculados | | | | | | - | (18,5) | - | (18,5) |
| Saldo líquido de empréstimos e financiamentos | | | | | | (22,4) | 1.334,3 | 18,4 | 1.330,3 |
| Circulante | | | | | | (1,1) | 15,4 | 4,8 | 19,1 |
| Não circulante | | | | | | (21,3) | 1.318,8 | 13,6 | 1.311,0 |

Debêntures**Em R\$ milhões**

| Empresa | Credor | Moeda | Taxas de juros | Taxas efetivas | Vencimento | Custo de captação a apropriar | Principal | Juros | Total |
|-----------------------|-----------------------|-------|----------------|----------------|------------|-------------------------------|-----------|-------|-------|
| Térmicas a Gás | | | | | | | | | |
| PGC | 1ª Emissão - 1ª Série | R\$ | IPCA + 7,2227% | 11,74% | 15/11/2025 | (5,2) | 305,7 | 2,7 | 303,2 |
| PGC | 1ª Emissão - 2ª Série | R\$ | CDI + 2,50% | 5,27% | 15/11/2025 | (8,4) | 435,3 | 2,4 | 429,3 |
| Parnaíba II | 3ª Emissão - 1ª Série | R\$ | CDI + 0,60% | 3,37% | 02/10/2022 | (0,3) | 100,0 | 0,6 | 100,3 |
| Parnaíba II | 3ª Emissão - 2ª Série | R\$ | CDI + 1,01% | 3,78% | 02/10/2024 | (1,1) | 290,0 | 2,0 | 290,9 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | | |
|------------------------------------|--------------------------|-----|----------------|--------|------------|---------|---------|------|---------|
| Parnaíba II | 3ª Emissão - 3ª Série | R\$ | CDI + 1,40% | 4,17% | 02/10/2026 | (1,5) | 360,0 | 2,9 | 361,4 |
| Upstream | | | | | | | | | |
| Eneva | 2ª Emissão - 1ª Série | R\$ | CDI + 0,95% | 3,72% | 15/05/2024 | (5,5) | 750,0 | 2,7 | 747,2 |
| Eneva | 2ª Emissão - 2ª Série | R\$ | CDI + 1,45% | 4,22% | 15/05/2027 | (6,3) | 750,0 | 3,2 | 746,9 |
| Eneva | 2ª Emissão - 3ª Série | R\$ | IPCA + 5,05% | 9,57% | 15/05/2029 | (4,5) | 529,8 | 3,3 | 528,6 |
| Eneva | 3ª Emissão - 1ª Série | R\$ | IPCA + 4,2259% | 8,75% | 15/12/2027 | (14,2) | 680,7 | 1,2 | 667,7 |
| Eneva | 5ª Emissão - 1ª Série | R\$ | IPCA + 5,50% | 10,02% | 15/06/2030 | (24,4) | 674,8 | 1,6 | 652,0 |
| Eneva | 6ª Emissão - 1ª Série | R\$ | IPCA + 4,127% | 8,65% | 15/09/2030 | (16,5) | 384,3 | 4,0 | 371,8 |
| Eneva | 6ª Emissão - 2ª Série | R\$ | IPCA + 4,5034% | 9,02% | 15/09/2035 | (25,4) | 589,7 | 6,6 | 570,9 |
| | | | | | | (113,3) | 5.850,3 | 33,2 | 5.770,2 |
| Depósitos Vinculados | | | | | | 0,0 | (57,9) | 0,0 | (57,9) |
| Saldo líquido de debêntures | | | | | | (113,3) | 5.792,5 | 33,2 | 5.712,4 |
| Circulante | | | | | | (15,9) | 101,2 | 33,2 | 118,5 |
| Não circulante | | | | | | (97,4) | 5.691,3 | 0,0 | 5.593,9 |

Em R\$ milhões

Em 31 de dezembro de 2019

| Empresa | Credor | Moeda | Taxas de Juros | Taxas efetivas | Vencimento | Custo de captação a apropriar | Principal | Juros | Total |
|--------------------------|-----------------|-------|----------------|----------------|------------|-------------------------------|-----------|-------|-------|
| Upstream | | | | | | | | | |
| ENEVA S/A | FINEP | R\$ | TJLP+3,00% | 7,70% | 15/03/2025 | - | 60,6 | 0,2 | 60,8 |
| ENEVA S/A | FINEP | R\$ | TJLP+1,00% | 5,66% | 15/12/2028 | (0,4) | 31,6 | 0,0 | 31,2 |
| Térmicas a Carvão | | | | | | | | | |
| Itaqui | BNDDES (Direto) | R\$ | TJLP+2,78% | 8,52% | 15/06/2026 | (4,3) | 605,4 | 2,0 | 603,1 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Em R\$ milhões | | | | | | Em 31 de dezembro de 2019 | | | |
|---|--------------------|-------|----------------|----------------|------------|-------------------------------|----------------|------------|----------------|
| Empresa | Credor | Moeda | Taxas de juros | Taxas efetivas | Vencimento | Custo de captação a apropriar | Principal | Juros | Total |
| Itaqui | BNB | R\$ | 10,00% | 8,61% | 15/12/2026 | (1,4) | 148,1 | 0,6 | 147,3 |
| Pecém II | BNDES (Direto) (a) | R\$ | TJLP+3,14% | 8,89% | 15/06/2027 | (2,8) | 333,7 | 1,1 | 332,1 |
| Pecém II | BNDES (Direto) (a) | R\$ | IPCA+10,59% | 13,95% | 15/06/2027 | (0,4) | 120,0 | 0,5 | 120,2 |
| Pecém II | BNB | R\$ | 10,00% | 8,67% | 31/01/2028 | (2,6) | 193,7 | - | 191,1 |
| | | | | | | (11,9) | 1.493,1 | 4,6 | 1.485,8 |
| Depósitos Vinculados | | | | | | - | (86,4) | - | (86,4) |
| Saldo líquido de empréstimos e financiamentos | | | | | | (11,9) | 1.406,7 | 4,6 | 1.399,4 |
| Circulante | | | | | | (2,6) | 176,2 | 4,6 | 178,2 |
| Não circulante | | | | | | (9,3) | 1.230,5 | - | 1.221,2 |

Debêntures

| Em R\$ milhões | | | | | | Em 31 de dezembro de 2019 | | | |
|-----------------------|-----------------------|-------|----------------|---------------|------------|---------------------------|----------------|-------------|----------------|
| Empresa | Credor | Moeda | Taxas de juros | Taxas efetiva | Vencimento | Custo a apropriar | Principal | Juros | Total |
| Térmicas a Gás | | | | | | | | | |
| PGC | 1ª Emissão - 1ª Série | R\$ | IPCA + 7,2227% | 10,67% | 15/11/2025 | (7,5) | 319,0 | 2,7 | 314,2 |
| PGC | 1ª Emissão - 2ª Série | R\$ | CDI + 2,50% | 7,78% | 15/11/2025 | (12,2) | 493,1 | 4,1 | 485,0 |
| Parnaíba II | 3ª Emissão - 1ª Série | R\$ | CDI + 0,60% | 5,50% | 03/10/2022 | (0,5) | 100,0 | 1,1 | 100,6 |
| Parnaíba II | 3ª Emissão - 2ª Série | R\$ | CDI + 1,01% | 5,92% | 02/10/2024 | (1,4) | 290,0 | 3,6 | 292,2 |
| Parnaíba II | 3ª Emissão - 3ª Série | R\$ | CDI + 1,40% | 6,33% | 05/10/2026 | (1,8) | 360,0 | 4,7 | 362,9 |
| Upstream | | | | | | | | | |
| Eneva | 2ª Emissão - 1ª Série | R\$ | CDI + 0,95% | 2,86% | 15/05/2024 | (7,3) | 750,0 | 5,0 | 747,7 |
| Eneva | 2ª Emissão - 2ª Série | R\$ | CDI + 1,45% | 3,37% | 05/12/2024 | (7,6) | 750,0 | 5,4 | 747,8 |
| Eneva | 2ª Emissão - 3ª Série | R\$ | IPCA + 5,05% | 17,20% | 15/05/2029 | (5,2) | 507,4 | 3,0 | 505,2 |
| Eneva | 3ª Emissão - 1ª Série | R\$ | IPCA + 4,2259% | 16,27% | 15/12/2027 | (16,0) | 652,0 | 0,6 | 636,6 |
| | | | | | | (59,5) | 4.221,5 | 30,2 | 4.192,2 |
| Depósitos Vinculados | | | | | | - | (35,1) | - | (35,1) |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | |
|-----------------------------|--------|---------|------|---------|
| Saldo líquido de debêntures | (59,5) | 4.186,4 | 30,2 | 4.157,1 |
| Circulante | (10,2) | 85,2 | 30,2 | 105,3 |
| Não circulante | (49,3) | 4.101,2 | - | 4.051,8 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Em R\$ milhões | | | | | | Em 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|-------|----------------|------------|-------------------|---------------------------|-------|---------|
| Empresa | Credor | Moeda | Taxas de juros | Vencimento | Custo a apropriar | Principal | Juros | Total |
| Itaqui | BNDES (Direto) | R\$ | TJLP+2,78% | 15/06/2026 | (5,5) | 746,4 | 2,4 | 743,4 |
| Itaqui | BNB | R\$ | 10,00% | 15/12/2026 | (1,8) | 183,6 | 0,8 | 182,7 |
| Pecém II | BNDES (Direto) (a) | R\$ | TJLP+3,14% | 15/06/2027 | (3,6) | 377,2 | 1,3 | 374,9 |
| Pecém II | BNDES (Direto) (a) | R\$ | IPCA+10,59% | 15/06/2027 | (0,5) | 130,3 | 0,5 | 130,3 |
| Pecém II | BNB | R\$ | 10,00% | 31/01/2028 | (3,1) | 207,7 | - | 204,5 |
| Parnaíba II | BNDES (Indireto) | R\$ | TJLP+5,15% | 15/09/2027 | - | 236,1 | 1,0 | 237,1 |
| ENEVA S/A | FINEP (b) | R\$ | TJLP+3,00% | 15/03/2025 | - | 70,0 | 0,3 | 70,3 |
| ENEVA S/A | FINEP (c) | R\$ | TJLP+1,00% | 15/12/2028 | (0,2) | 17,5 | - | 17,3 |
| ENEVA S/A | Banco Itaú BBA | R\$ | CDI+2,75% | 15/05/2028 | - | 282,6 | 168,8 | 451,4 |
| ENEVA S/A | Banco BTG Pactual | R\$ | CDI+2,75% | 15/05/2028 | - | 514,8 | 307,4 | 822,2 |
| ENEVA S/A | Bullseye I FIDC | R\$ | CDI+2,75% | 15/05/2028 | - | 19,7 | 11,8 | 31,5 |
| ENEVA S/A | FIDC Recebíveis Eneva | R\$ | CDI+2,75% | 15/05/2028 | - | 35,9 | 21,4 | 57,4 |
| ENEVA S/A | Bullseye I LLC | US\$ | LIBOR 6M | 15/05/2028 | - | 133,2 | 6,4 | 139,6 |
| ENEVA S/A | Zonda - VX FIDC | US\$ | LIBOR 6M | 15/05/2028 | - | 6,1 | 0,3 | 6,4 |
| ENEVA S/A | Crown Ocean Capital Credits III FIDC | US\$ | LIBOR 6M | 15/05/2028 | - | 8,4 | 0,4 | 8,8 |
| | | | | | (14,6) | 2.969,5 | 522,9 | 3.477,9 |
| Depósitos Vinculados | | | | | - | (96,3) | - | (96,3) |
| Saldo líquido de empréstimos e financiamentos | | | | | (14,6) | 2.873,2 | 522,9 | 3.381,5 |
| Circulante | | | | | (2,8) | 180,5 | 6,3 | 184,1 |
| Não circulante | | | | | (11,8) | 2.692,6 | 516,6 | 3.197,4 |
| Parnaíba I | 1ª Emissão - 1ª Série (Santander) | R\$ | IPCA + 7,2227% | 15/11/2025 | (6,8) | 314,2 | 2,1 | 309,5 |
| Parnaíba I | 1ª Emissão - 2ª Série (Santander/BB/Citi) | R\$ | CDI + 2,50% | 15/11/2025 | (11,7) | 551,0 | 4,6 | 543,8 |
| Parnaíba II | 1ª Emissão (Bradesco) | R\$ | CDI + 2,50% | 05/12/2025 | (19,1) | 695,0 | 1,9 | 677,8 |
| Parnaíba II* | 2ª Emissão (Bradesco) | R\$ | CDI + 2,95% | 05/12/2024 | (4,9) | 260,0 | 1,6 | 256,7 |
| | | | | | (42,5) | 1.820,2 | 10,2 | 1.787,9 |
| Depósitos Vinculados | | | | | | (5,7) | | (5,7) |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Em R\$ milhões | | | | | Em 31 de dezembro de 2018 | | | |
|----------------|--------|-------|----------------|-----------------------------|---------------------------|-----------|-------|---------|
| Empresa | Credor | Moeda | Taxas de juros | Vencimento | Custo a apropriar | Principal | Juros | Total |
| | | | | Saldo líquido de debêntures | (42,5) | 1.814,5 | 10,2 | 1.782,2 |
| | | | | Circulante | (4,5) | 107,6 | 10,2 | 113,3 |
| | | | | Não circulante | (38,0) | 1.706,9 | - | 1.668,9 |

*Emissão da Parnaíba III, que foi incorporada ao longo do ano de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo segue um sumário das principais obrigações que a Companhia e as suas controladas têm de observar no âmbito dos financiamentos e empréstimos por estas celebrados.

Ressalta-se que a Companhia, na qualidade de garantidora dos respectivos financiamentos e empréstimos de suas controladas, obriga-se a: (i) submeter à aprovação do respectivo credor quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da respectiva controlada, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da controlada ou em transferência do controle acionário da controlada, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da controlada, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; (ii) não reduzir o capital social da controlada, bem como não fazer amortização, resgate ou conversão de ações de emissão da controlada, sem a prévia e expressa anuência do respectivo credor.

As controladas da Companhia, na qualidade de devedoras dos financiamentos e empréstimos e emissoras de debêntures, obrigaram-se a: (i) não assumir novas dívidas, exceção feita a empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da controlada ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material ou que ultrapassem os limites dos índices de alavancagem contratuais; (ii) não celebrar mútuos com a Companhia ou seus acionistas; (iii) não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao respectivo credor; (iv) não distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido do exercício; e (v) guardar e conservar os bens dados em garantia, de acordo com o disposto nos incisos I e II do artigo 1.363 do Código Civil, responsabilizando-se civilmente pelo eventual descumprimento dessas obrigações.

Por fim, seguem abaixo informações adicionais sobre os principais financiamentos e empréstimos da Companhia e de suas controladas em aberto em 31 de dezembro de 2020:

1. Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui")

Empréstimo Direto – BNDES

Em dezembro de 2009, a Itaqui contratou um empréstimo direto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no valor total agregado de R\$797,6 milhões. O valor relativo aos subcréditos A, B e C, totalizando R\$784,0 milhões, era remunerado pela TJLP, acrescido de 2,78% ao ano. O prazo dos subcréditos A, B e C era de 17 anos, com 14 anos de amortização, e carência para pagamento de principal até julho de 2012. Já o subcrédito D, destinado a investimentos sociais (BNDES Social), no valor de R\$13,6 milhões, era remunerado pela TJLP. O prazo do subcrédito D de nove anos, com seis anos de amortização e com carência de pagamento até julho de 2012.

Em janeiro de 2015, a Itaqui obteve o reescalonamento da dívida, o que garantiu um novo prazo de carência de 24 meses, para o pagamento de principal, e de seis meses, para o pagamento de juros, de forma que o saldo devedor dos antigos subcréditos A, B e C foram consolidados em um novo subcrédito A, e o saldo devedor do antigo subcrédito D foi consolidado em um novo subcrédito B. Além disso, foi acordado o seguinte esquema de amortização para o novo subcrédito A: 3% em 2017, 5% em 2018, 8% em 2019,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10% em 2020 e os 74% restantes durante os anos seguintes, em parcelas mensais e sucessivas, até junho de 2026. A amortização do subcrédito B dar-se-á em 18 parcelas mensais e sucessivas, tendo vencido a primeira em janeiro de 2017, de forma que a última venceu em 15 de junho de 2018. Os encargos financeiros não sofreram alterações.

Durante o exercício de 2020 esse empréstimo foi liquidado. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia não possuía saldo em aberto. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo em aberto deste empréstimo era de R\$603,1 milhões e R\$743,4 milhões, respectivamente.

A Companhia era garantidora deste financiamento, que também contava com o pacote de garantias reais compartilhado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), o qual também era compartilhado com o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e Votorantim, incluindo: (i) contrato de penhor de ações; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos e créditos; (iii) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iv) instrumento particular de cessão condicional de contratos em garantia; (v) conta reserva de serviço da dívida; e (vi) hipoteca do imóvel objeto da matrícula nº 33.584 do 2º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Luís/MA, onde está localizada a planta.

A Itaqui se obrigava a manter uma relação patrimônio líquido por ativo total de no mínimo 20%.

Financiamento – BNB

Itaqui contava também com um empréstimo contratado junto ao BNB, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), em 15 de dezembro de 2009, no montante total de R\$202,8 milhões, cuja última parcela foi desembolsada em 28 de julho de 2011. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com 14 anos de amortização, sendo remunerado a juros de 10% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para 8,5% ao ano. Em fevereiro de 2015 esse empréstimo foi reescalonado ficando acordado o seguinte esquema de amortização: 5% em 2018, 8% em 2019, 10% em 2020 e os 74% restantes durante os anos seguintes, em parcelas mensais e sucessivas, até dezembro de 2026.

Durante o exercício de 2020 esse empréstimo foi liquidado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo em aberto era de R\$147,4 milhões e R\$182,7 milhões, respectivamente.

A Companhia era garantidora deste financiamento, que também conta com o pacote de garantias reais compartilhado com o BNDES, o qual também era compartilhado com os bancos Bradesco e Votorantim, incluindo: (i) contrato de penhor de ações; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos e créditos; (iii) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iv) instrumento particular de cessão condicional de contratos em garantia; (v) conta reserva de serviço da dívida; (vi) hipoteca do imóvel objeto da matrícula nº 33.584 do 2º Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Luís/MA, onde está localizada a planta.

A Itaqui se obrigou durante a vigência do contrato a manter uma relação patrimônio líquido por ativo total de, no mínimo, 20%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Repasse – BNDES

Até o exercício de 2018, a Itaqui possuía ainda uma linha de crédito indireto do BNDES, por meio da qual os bancos Bradesco e Votorantim repassaram à Itaqui recursos no montante de R\$100 milhões, referentes aos subcréditos A, B, C, D e. Esses subcréditos têm prazo total de 17 anos, com 14 anos de amortização. O financiamento era remunerado a IPCA mais 12,13%. O subcrédito F da linha de crédito indireto do BNDES, que corresponde a R\$141,8 milhões, foi integralmente repassado à Itaqui. Essa parte do empréstimo tem prazo total de 17 anos, com 14 anos de amortização. O custo anual contratado é de TJLP mais 4,80%.

Em janeiro de 2015, esse empréstimo foi repactuado, o que garantiu um novo prazo de carência de 24 meses, para o pagamento do principal, e de seis meses, para o pagamento de juros. Além disso, foi acordado o seguinte esquema de amortização para os subcréditos A E, a ser pago em 10 prestações anuais e sucessivas: 3% em 2017, 5% em 2018, 8% em 2019, 10% em 2020 e os 74% restantes durante os anos seguintes, em parcelas anuais e sucessivas, até julho de 2026. A amortização do subcrédito ocorreria em 114 parcelas mensais e sucessivas, de acordo com o seguinte esquema: 3% em 2017, 5% em 2018, 8% em 2019, 10% em 2020 e os 74% restantes durante os anos seguintes, em parcelas mensais e sucessivas, até junho de 2026. Os encargos financeiros não sofreram alterações durante o exercício de 2018 este empréstimo foi liquidado

A Companhia era garantidora deste financiamento, que também contava com o pacote de garantias reais compartilhado com o BNB e com o BNDES, incluindo: (i) contrato de penhor de ações; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos e créditos; (iii) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iv) instrumento particular de cessão condicional de contratos em garantia; (v) conta reserva de serviço da dívida; e (vi) hipoteca.

A Itaqui se obrigava a manter uma relação patrimônio líquido por ativo total de, no mínimo, 20%.

2. Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I")

Esclarece-se que a Parnaíba I foi incorporada em 1º de janeiro de 2020, e dessa forma a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. sucedeu a Parnaíba I nos direitos e obrigações das operações abaixo. Para mais informações vide os itens 9.2 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Empréstimo Direto – BNDES

Em 18 de dezembro de 2012, Parnaíba I celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES, no valor total de R\$887,5 milhões, para implantação das usinas termelétricas Maranhão IV e V. Ainda em dezembro de 2012, Parnaíba I recebeu a liberação de R\$495,7 milhões, referentes aos subcréditos B e C do financiamento de longo prazo. Estes subcréditos começaram a ser amortizados a partir de 15 de julho de 2013, sendo seu vencimento final em 15 de junho de 2027. O financiamento é remunerado pela TJLP, acrescido de 3,77% ao ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, Parnaíba I recebeu em dezembro de 2012 a liberação de R\$204,3 milhões, referentes à totalidade do subcrédito A do mesmo contrato de financiamento de longo prazo. Esse subcrédito tem amortização em 13 parcelas anuais com início em 15 de julho de 2014, junto com os juros devidos. Esta parcela do financiamento é remunerada por IPCA + 4,78%.

Durante o exercício de 2018 este empréstimo foi liquidado por meio do uso das debêntures emitidas pela Parnaíba I, porém em 2017 o saldo em aberto deste empréstimo era de R\$525,4 milhões. Em consequência dessa liquidação, foram liberadas as fianças bancárias remanescentes atreladas ao financiamento no valor de R\$182 milhões.

A Parnaíba I se obrigava a manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,20, a partir do exercício social de 2014 e, durante todo o período do financiamento, o índice de Capital Próprio de, no mínimo, 25%, o qual era calculado pelo resultado da divisão do patrimônio líquido pelo passivo total da Companhia.

Esse financiamento de longo prazo era garantido por fianças bancárias, contando ainda com pacote de garantias reais, incluindo: (i) contrato de penhor de ações; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos e créditos; (iii) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iv) conta reserva para pagamento e garantia do serviço da dívida; e (v) hipoteca.

Debêntures – 1ª emissão

Em 15 de novembro de 2018 a Parnaíba I realizou a 1ª emissão de debêntures no valor de R\$866 milhões em duas séries. Os recursos oriundos da 1ª série foram destinados exclusivamente para investimentos na Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão IV, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito e da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão V, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Com relação aos recursos captados pela Parnaíba, por meio da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, estes foram utilizados para liquidação antecipada do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1284.1 contraído com o BNDES. Os recursos remanescentes foram distribuídos à Fiadora para realização de pagamentos, conforme detalhado nos contratos de garantias da emissão.

A 1ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025, com a remuneração de IPCA + 7,2227% para a 1ª Série e CDI + 2,5% para a 2ª Série. No que tange aos juros remuneratórios, estes são pagos semestralmente, a partir da data da emissão, sendo que (i) no caso da 1ª Série, o primeiro pagamento de juros ocorreu em 15 de novembro de 2019, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro; e (ii) no caso da 2ª Série, o primeiro pagamento foi devido em 15 de maio de 2019, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a respectiva data de vencimento das debêntures.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba I se obriga a:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- i) Manutenção da relação Dívida Líquida/EBITDA inferior aos limites escalonados anualmente, conforme abaixo:

| 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|------|------|------|------|------|------|------|
| 3,5x | 3,5x | 3,0x | 3,0x | 2,5x | 2,5x | 2,0x |

* Essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

Após a incorporação de Parnaíba I pela PGC o Covenant Dívida Líquida/Ebitda foi ajustado através do 4º aditamento à Escritura para a manutenção escalonada dos seguintes limites anuais:

| 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|------|------|------|------|------|------|------|
| 3,5x | 6,0x | 6,0x | 5,0x | 2,5x | 2,5x | 2,0x |

* Essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

- ii) Manutenção do nível de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior ou equivalente a 1,20x

Além de aval prestado pela Eneva as debêntures contam ainda com garantias reais, incluindo:

- (i) Alienação Fiduciária de Ações da Emissora;
- (ii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos do Projeto;
- (iii) Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos de titularidade da Parnaíba I;
- (iv) Hipoteca em primeiro grau do terreno da Parnaíba I, descrito na matrícula nº 2.952;
- (v) Cessão Fiduciária da Conta Reserva do Serviço da Dívida;
- (vi) Cessão Fiduciária da Conta Reserva Especial;
- (vii) 50% da Alienação Fiduciária dos Equipamentos da Parnaíba Gás Natural ("PGN");
- (viii) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos emergentes das concessões para exploração de gás; e
- (ix) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Arrendamento e Fornecimento de Gás.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente a essas debêntures era de R\$732,4 milhões.

3. Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II")

CCBs – Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") / Bradesco

A Parnaíba II captou junto ao Itaú, em 29 de março de 2012, o valor de R\$100 milhões mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário ("CCB I"), tendo a Companhia como avalista. Em 26 de dezembro de 2013, uma nova captação no valor de R\$100 milhões foi realizada junto à mesma instituição ("CCB II" e, em conjunto com a CCB I, as "CCBs"). Os financiamentos destinavam-se à implantação da usina termelétrica Maranhão III. As CCBs eram remuneradas aos juros anuais de 100% do CDI mais 3%. Após consecutivas renegociações, em 2 de setembro de 2015, as CCBs foram aditadas para terem seus respectivos vencimentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

prorrogados para 31 de dezembro de 2017 e seus valores individuais ajustados para R\$126,3 milhões e R\$126,4 milhões. Essa dívida foi parcialmente liquidada com os recursos oriundos do financiamento mediante repasse contratado com o BNDES, descrito abaixo.

Em 27 de junho de 2017 as CCBs foram endossadas pelo Itaú ao Bradesco com cláusula “sem responsabilidade” e em 29 de junho de 2017 as CCBs foram aditadas para, dentre outras alterações, refletir referido endosso, prorrogar o prazo de vencimento para 3 de janeiro de 2019 e alterar a taxa de juros para CDI mais 2,5% a.a.

Durante o exercício de 2018, este empréstimo foi liquidado e repactuado por meio das debêntures emitidas pela Parnaíba II, porém, em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto destas CCBs era de R\$40,0 milhões.

Além do aval prestado pela Companhia, as CCBs contavam ainda com as seguintes garantias reais, as quais eram compartilhadas entre os credores da Parnaíba II (CEF, Bradesco e Itaú): (i) contrato de alienação fiduciária de ações; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iv) contrato de cessão condicional e cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de gás e de arrendamento da UTG; e (v) alienação fiduciária de 1 (um) dos imóveis que compõem a planta onde a UTE da Parnaíba II está instalada, objeto da matrícula 2.947 da Serventia Extrajudicial de Santo Antônio do Lopes/MA.

CCBs – Bradesco

Parnaíba II recebeu do BNDES empréstimo-ponte no valor de R\$280,7 milhões ao final de dezembro de 2013, para fins de financiamento da implantação da usina termelétrica Maranhão III. O custo anual contratado foi de TJLP, acrescido de 2,4% ao ano. Para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas perante o BNDES, Parnaíba II apresentou fiança bancária contratada junto ao HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“HSBC”). O empréstimo deveria ser amortizado em uma parcela única em 15 de junho de 2015, juntamente com os juros, mas não se chegou a um acordo para postergar o vencimento, de modo que, em 18 de junho de 2015, o HSBC foi notificado pelo BNDES para honrar o pagamento devido pela Parnaíba II. Desde então, a obrigação da Parnaíba II passou a ser perante o HSBC, que acordou em renegociar seus termos e representá-la por meio de uma CCB emitida em seu favor pela Parnaíba II. A CCB, no valor de R\$334,1 milhões, foi emitida em 2 de setembro de 2015, prevendo vencimento para 30 de junho de 2016 e remuneração anual equivalente a CDI, acrescido de 3%.

Em 23 de junho de 2016 a CCB foi aditada, tendo sido o vencimento prorrogado para 16 de janeiro de 2017. Na ocasião do aditamento, foi ainda emitida pela Parnaíba II uma nova CCB, em favor do HSBC, no valor de R\$10,1 milhões (equivalente à remuneração incorrida na CCB original), prevendo amortização em quatro parcelas mensais e sucessivas, a partir de 15 de setembro de 2016, e remuneração anual equivalente a CDI, acrescido de 3%.

Em 12 de janeiro de 2017 a Companhia renegociou esta CCB passando ela a ter um principal de R\$334,1 milhões, com vencimento em 3 de janeiro de 2019, mantida a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3% a.a., tendo o Bradesco sucedido o HSBC como credor de Parnaíba II.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Durante o exercício de 2018 esse empréstimo foi liquidado e repactuado por meio do uso das debêntures emitidas pela Parnaíba II, porém, em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto destas CCBs era de R\$341,2 milhões.

Além de aval prestado pela Companhia, as CCBs contavam ainda com as seguintes garantias reais, as quais, exceto com relação ao item (iii) abaixo, são compartilhadas entre os credores da Parnaíba II (CEF, Bradesco e Itaú): (i) contrato de alienação fiduciária de ações; (ii) contrato de cessão condicional e cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de gás e de arrendamento da UTG; e (iii) cessão fiduciária de certificado de depósito bancário.

Repasse – BNDES

Em 2 de outubro de 2015, Parnaíba II emitiu CCB no valor de R\$256,6 milhões em favor do Itaú, captando financiamento de R\$225,3 milhões mediante repasse contratado com o BNDES, para fins de implantação da Usina Termelétrica Maranhão III. O financiamento é remunerado a (i) TJLP acrescido de 5,90% até a emissão do despacho de início da operação comercial do projeto; e (ii) TJLP acrescido de 5,15% após a emissão do despacho de início da operação comercial do projeto, fato ocorrido em 1º de julho de 2016. Esse empréstimo contava com carência de principal e juros até 15 de dezembro de 2016, prevendo amortização e pagamento de juros em 129 prestações mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2017, com vencimento previsto para 15 de setembro de 2027.

Em outubro de 2019 esse empréstimo foi liquidado antecipadamente, através de recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures da Parnaíba II e de capital próprio, porém em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$237,1 milhões e R\$251,6 milhões, respectivamente.

Os recursos oriundos desse financiamento foram também utilizados para liquidar parcialmente as CCBs celebradas com o Itaú em março de 2012 e dezembro de 2013, conforme descrito acima.

Além de aval prestado pela Companhia, a CCB conta ainda com garantias reais, que eram compartilhadas entre os credores da Parnaíba II (Bradesco, Itaú e, até o exercício de 2017, CEF), incluindo: (i) contrato de alienação fiduciária de ações; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos e créditos; (iii) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; e (iv) contrato de cessão condicional e cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de gás e de arrendamento da UTG, (v) alienação fiduciária de bem imóvel e (vi) cessão fiduciária de contas reserva do projeto.

Debêntures - 1ª emissão

Em 05 de dezembro de 2018 a Parnaíba II realizou a sua 1ª emissão de debêntures no valor de R\$695 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados para (a) quitação integral do saldo devedor (i) da Cédula de Crédito Bancário ("CCB") nº 0454-08967-17 emitida pela Parnaíba II em 2 de setembro de 2015 em favor do HSBC Bank Brasil S.A., sucedido pelo Banco Bradesco S.A., conforme aditada, (ii) da CCB nº 100112030018300 emitida pela Parnaíba II em 29 de março de 2012 em favor do Banco Bradesco S.A., e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(iii) da CCB nº 100113120017700 emitida pela Parnaíba II em 26 de dezembro de 2013 em favor do Banco Bradesco S.A e (b) realização de outros pagamentos, conforme previsto nos contratos de garantia.

A 1ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da respectiva data de emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de dezembro de 2025, com a remuneração de CDI + 2,5%. As debêntures serão amortizadas em 12 parcelas semestrais consecutivas, a partir do 18º mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 5 de junho de 2020, e, o último, na respectiva data de vencimento. Os juros remuneratórios são pagos pela Parnaíba II semestralmente, a partir da data de emissão, no dia cinco dos meses de junho e dezembro de cada ano. O primeiro pagamento de juros remuneratórios das debêntures ocorreu em 5 de junho de 2019 e o último ocorrerá na data de vencimento.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba II se obriga a:

- i) Manutenção da relação Dívida Líquida/EBITDA inferior aos limites escalonados anualmente, conforme abaixo:

| Demonstração Financeira Base | Índice |
|---------------------------------------|--------|
| 31 de dezembro de 2018 | 3,25x |
| 31 de dezembro de 2019 | 3,00x |
| 31 de dezembro de 2020 e subsequentes | 2,50x |

- ii) Manutenção do nível de ICSD superior ou igual a 1,20x

Além de fiança prestada pela Companhia, as debêntures contam ainda com garantias reais, incluindo:

- (i) 50% da Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes das Autorizações PGN;
- (ii) 50% da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Gás Natural;
- (iii) 50% da Cessão Fiduciária da conta vinculada de titularidade da PGN na qual deverão ser depositados a totalidade dos recursos oriundos dos itens (i) e (ii) acima;
- (iv) 50% da Alienação Fiduciária dos Equipamentos PGN;
- (v) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos Contratos de Comercialização de Energia;
- (vi) Cessão Fiduciária dos Contratos de Fornecimento PGN;
- (vii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos Parnaíba;
- (viii) Alienação Fiduciária de Imóvel;
- (ix) Alienação Fiduciária de Ações da Companhia; e
- (x) Cessão Fiduciária da Conta Reserva Especial.

Em outubro de 2019 esse empréstimo foi liquidado antecipadamente, através de recursos oriundos da 3ª emissão de debêntures da Parnaíba II e de capital próprio, porém em 31 de dezembro de 2018, o saldo referente a essas debêntures era de R\$677,8 milhões.

Debêntures – 3ª emissão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 21 de outubro de 2019 concluiu-se a 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II no valor de R\$750 milhões em três séries, sendo a 1ª série no valor de R\$100 milhões, a 2ª no valor de R\$290 milhões e a 3ª no valor de R\$360 milhões. Os recursos obtidos foram destinados exclusivamente para liquidação antecipada do saldo remanescente das dívidas relativas à: 1ª emissão de debêntures simples de Parnaíba II, no montante de R\$ 717 milhões, com custo de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 2025, 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucédida por Parnaíba II, conforme Fato Relevante divulgado em 01 de outubro de 2018), no montante de R\$ 246 milhões, com custo de CDI + 2,95% a.a. e vencimento em 2024 e a Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social) no montante total de R\$ 223 milhões, com custo de TJLP + 5,15% a.a. e vencimento em 2027.

A 3ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de outubro de 2022, com a remuneração de CDI + 0,60% a.a. para a 1ª Série, CDI + 1,01% a.a. para a 2ª Série e CDI + 1,40% a.a. para a 3ª série. A 1ª série tem pagamento de juros semestral e principal integral na data de vencimento, a 2ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 48 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas e a 3ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 72 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba II se obriga a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,0 (durante toda a vigência das debêntures, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras anuais e adicionalmente a Eneva, fiadora da emissão, compromete-se a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA* inferior ou igual a 4,5 durante toda a vigência das debêntures a ser acompanhado trimestralmente. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo referente a essas debêntures era respectivamente de R\$ 752,6 milhões e R\$ 755,7 milhões.

4. Parnaíba III Geração de Energia S.A. ("Parnaíba III")

1ª Emissão de Debêntures de Parnaíba III

Em 25 de novembro de 2013, Parnaíba III contratou junto ao Bradesco um empréstimo-ponte no valor de R\$120 milhões, para fins de financiamento da implantação da sua usina termelétrica, com vencimento inicialmente previsto para 9 de janeiro de 2014. Naquela data, foi repactuado novo vencimento para 31 de janeiro de 2014. O custo do empréstimo-ponte era de CDI, acrescido de 2,53% ao ano, com principal e juros a serem pagos ao final da operação. Em substituição a esse empréstimo foi emitida uma nota promissória nas mesmas condições e com novo vencimento em 29 de julho de 2014. Em substituição a essa nota promissória foi emitida outra nota promissória ao custo de CDI acrescido de 3,0% ao ano e com novo vencimento em 26 de janeiro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A 1ª emissão de debêntures possuía prazo de vencimento de 84 meses contados da respectiva data de emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de dezembro de 2025, com a remuneração de CDI + 2,5%. As debêntures com amortização em 12 parcelas semestrais consecutivas, a partir do 18º mês contado da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 5 de junho de 2020, e, o último, na respectiva data de vencimento. Os juros remuneratórios são pagos pela Parnaíba II semestralmente, a partir da data de emissão, no dia cinco dos meses de junho e dezembro de cada ano. O primeiro pagamento de juros remuneratórios das debêntures ocorreu em 5 de junho de 2019 e o último ocorrerá na data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2017, as debêntures da 1ª emissão foram resgatadas antecipadamente.

2ª Emissão de Debêntures de Parnaíba III, sucedida por Parnaíba II

Em 24 de novembro de 2017, a Parnaíba III realizou a sua 2ª emissão de debêntures no valor total de R\$260,0 milhões, remuneradas a 100% do CDI acrescido de spread de 2,95% ao ano, a serem amortizadas em 12 parcelas semestrais consecutivas a partir de junho de 2019. A 1ª série desembolsada em 13 de dezembro de 2017, no montante de R\$100,0 milhões, foi utilizada para realizar o resgate antecipado total das debêntures da 1ª emissão de R\$100,5 milhões. O desembolso da 2ª série, no montante de R\$160,0 milhões, ocorreu em 6 de fevereiro de 2018 e foi utilizada para redução de capital da emissora, distribuição de dividendos e liquidação antecipada do saldo remanescente da dívida da Itaqui Geração de Energia S.A. junto ao Bradesco, proveniente de repasse de recursos do BNDES.

Após a reestruturação societária detalhada no item 10.1.h, as debêntures da 2ª emissão foram incorporadas à Parnaíba II e, posteriormente em outubro de 2019, as debêntures da 2ª emissão foram integralmente resgatadas antecipadamente com os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II e de capital próprio.

As debêntures da 2ª emissão não possuíam saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019, porém, no ano de 2018, seu saldo em aberto era de R\$256,7 milhões.

Além de fiança prestada pela Companhia, as debêntures da 2ª emissão contavam ainda com garantias reais, incluindo: (i) contrato de alienação fiduciária de ações de emissão da Parnaíba III e de titularidade da Parnaíba Participações; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de venda de energia; (iii) contrato de alienação fiduciária de ações de emissão da Parnaíba III transferidas à Companhia; (iv) contrato de cessão fiduciária emergentes das autorizações; e (v) conta vinculada de titularidade da Parnaíba III.

5. Eneva S.A.

No Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado pelos credores e homologado em 12 de maio de 2015, foi definido que o saldo remanescente da dívida de cada credor corresponderia ao saldo dos valores após (i) o abatimento da quantia de R\$0,3 milhão, (ii) a redução obrigatória do valor de 20% mediante aplicação de deságio sobre o valor da dívida no montante que superar R\$0,3 milhão, e (iii) redução obrigatória de 40% do valor da dívida no montante que superar R\$0,3 milhão, o que ocorrerá por meio de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

capitalização da dívida. O saldo remanescente tem incidência de juros de CDI + 2,75% a.a. para as dívidas em Reais, e de Libor, para as dívidas em moeda estrangeira. Esse saldo conta ainda com uma carência de 4 anos para pagamento de juros e 8 anos para pagamento do principal, que deve ser amortizado, observado o seguinte cronograma de pagamento: 15% no 9º ano, 15% no 10º ano, 20% no 11º ano, 25% no 12º ano e 25% no 13º ano. Em novembro de 2015, ocorreu a redução obrigatória de 40% do valor da dívida, acima mencionada.

Em junho de 2019, com os recursos provenientes da sua 2ª emissão de debêntures, a Companhia quitou integralmente o saldo remanescente da dívida proveniente do seu Plano de Recuperação Judicial, no montante total de R\$ 1.575,0 milhões, dos quais R\$856,1 milhões foram destinados ao Banco BTG Pactual S.A., R\$469,0 milhões ao Itaú Unibanco S.A., R\$142,2 milhões ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch, R\$92,3 milhões ao FIDC Eneva Recebíveis, R\$8,9 milhões ao Crown Ocean Capital Credits III FIDC e R\$6,6 milhões ao Zonda - VX FIDC.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do endividamento decorrente do Plano de Recuperação Judicial acima descrita era de R\$1.517,4 milhões, dos quais R\$822,2 milhões são devidos ao Banco BTG Pactual S.A., R\$451,4 milhões ao Itaú Unibanco S.A., R\$139,6 milhões ao Bullseye I LLC, R\$57,4 milhões ao FIDC Recebíveis Eneva, R\$31,5 milhões ao Bullseye I FIDC, R\$8,8 milhões ao Crown Ocean Capital Credits III FIDC e R\$6,4 milhões ao Zonda - VX FIDC.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do endividamento decorrente do Plano de Recuperação Judicial acima descrita era de R\$1.376,1 milhões, dos quais R\$752,1 milhões são devidos ao Banco BTG Pactual S.A., R\$412,9 milhões ao Itaú Unibanco S.A., R\$117,1 milhões ao Bullseye I LLC, R\$81,3 milhões ao Bullseye I FIDC, e R\$12,7 milhões ao Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited.

Em 29 de junho de 2016, o juízo da 4ª Vara Empresarial proferiu decisão decretando o encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e de sua subsidiária Eneva Participações, mas tal decisão foi objeto de apelação em 24 de outubro de 2016. Os eventuais efeitos dessa apelação, caso julgada contrariamente aos interesses da Companhia, envolvem o retorno dos autos para a 4ª Vara Empresarial, a fim de que a decretação do fim da recuperação judicial ocorresse somente após o fim do biênio legal, o qual se encerrou em maio de 2017. Para mais informações sobre o Plano de Recuperação Judicial, ver o item 6.5 do Formulário de Referência.

Debêntures – 2ª emissão

Em 15 de maio de 2019 a Eneva S.A. realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$2.000,0 milhões, em três séries, *clean*, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 29 de abril de 2019. Os recursos oriundos da 1ª e 2ª séries, no montante de R\$750,0 milhões cada, foram destinados à quitação integral do saldo remanescente dos credores quirografários do Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Os recursos da 3ª série, no montante de R\$500,0 milhões, foram destinados ao pagamento ou reembolso de gastos e despesas relacionados ao projeto de implantação da Central Geradora Termelétrica 5A e 5B (UTE Parnaíba V) com capacidade instalada de 386 MW. O projeto de Parnaíba V foi enquadrado como prioritário pelo MME, conforme a Lei 12.431 e o Decreto 8.874 e as debêntures da 3ª

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

série representam o percentual estimado na data de emissão de 38,46% dos investimentos para a construção da UTE Parnaíba V.

As 3 séries da 2ª emissão de debêntures possuem as seguintes características: (i) a 1ª série possui prazo de 60 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2024, com remuneração de CDI + 0,95% ao ano, amortização integral na data de vencimento e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da respectiva data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; (ii) a 2ª série possui prazo de 96 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2027, com remuneração de CDI + 1,45% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; e (iii) a 3ª série possui prazo de 120 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2029, com remuneração de IPCA + 5,05% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2027 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Emissora se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo referente a essas debêntures era respectivamente de R\$ 2.022,7 milhões e R\$ 2.000,7 milhões.

Debêntures – 3ª emissão

Em 15 de dezembro de 2019 a Eneva S.A. realizou a sua 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$650,0 milhões, em série única, clean, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 21 de janeiro de 2020. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinaram-se para investimentos, pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

A emissão possui a seguinte característica: prazo de 8 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027, com remuneração de IPCA + 4,2259% ao ano, amortização anual a partir de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano;

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na respectiva escritura, a Eneva se obriga, durante a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo referente a essas debêntures era respectivamente de R\$ 667,8 milhões e R\$ 636,6 milhões.

Debêntures – 4ª emissão

Em 13 de abril de 2020, a Eneva S.A. realizou a sua 4ª emissão de debêntures, no valor de R\$410,0 milhões, em série única, clean. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinaram-se ao reforço de capital de giro.

A Emissão possui as seguintes características: prazo de 1 ano contado da data de emissão, a vencer, portanto, em 13 de abril de 2021, com a remuneração a remuneração semestral de CDI + 2,50% ao ano e amortização de principal *bullet*, ou seja, em seu vencimento. Em 28 de dezembro de 2020 esse empréstimo foi liquidado.

Debêntures – 5ª emissão

Em 15 de junho de 2020, a Eneva S.A. realizou a sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$650,0 milhões, em série única, clean, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 25 de junho de 2020. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinam-se para investimentos, pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

A emissão possui a seguinte característica: prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2030, com remuneração de IPCA + 5,50% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Emissora se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 3.2 deste documento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 651,9 milhões.

Debêntures – 6ª emissão

Em 29 de setembro de 2020, a Eneva S.A. realizou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$947,9 milhões, em duas séries, clean, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 24 de agosto de 2020. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Primeira Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Primeira Série (conforme termo abaixo definido) para investimentos e pagamentos futuros relativos à execução do Projeto Parque dos Gaviões, o qual foi enquadrado pelo MME como prioritário, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME do Projeto Parque dos Gaviões. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Segunda Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Segunda Série (conforme termo abaixo definido) para (i) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da Oferta, e (ii) investimentos e pagamentos futuros, sendo ambos os itens (i) e (ii) relativos à execução do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II, os quais foram enquadrados pelo MME como prioritários, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME Parnaíba VI e da Portaria do MME UTE Jaguatirica II.

A primeira série possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2030, com remuneração de IPCA + 4,127% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

A segunda série possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2035, com remuneração de IPCA + 4,5034% ao ano, amortização anual a partir de 2033 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 984,6 milhões.

6. Pecém II Geração de Energia S.A. ("Pecém II")

A partir de abril de 2018, a Pecém II passou de controlada indireta para controlada direta, passando a ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia. Para mais informações sobre a aquisição do controle de Pecém II, ver a seção 10.1 item (h) deste Formulário de Referência.

Empréstimo Direto – BNDES

Em 28 de setembro de 2010, Pecém II contratou um financiamento de longo prazo com o BNDES no valor de R\$737,4 milhões, para fins de financiamento da implantação da sua usina termelétrica. Pecém II recebeu o montante de R\$615,3 milhões previstos nos subcréditos A, B, C, D e L e R\$110,1 milhões previstos nos subcréditos E, F, G, H e I. Esses subcréditos têm prazo total de 17 anos, com 14 anos de amortização, e com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2013. A remuneração inicialmente acordada

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para os subcréditos A, B, C e D era de TJLP, acrescido de 2,18% ao ano, e de Taxa Referência BNDES, acrescido de 2,18% para os subcréditos E, F, G, H e I (estes últimos sendo ajustados pelo IPCA), enquanto para o subcrédito L foi pactuada inicialmente taxa juros equivalente a TJLP. O subcrédito J, no valor de R\$22 milhões foi transferido, em abril de 2012, para o subcrédito A. Em dezembro de 2014, uma repactuação do contrato foi realizada e os juros incorridos até aquela data foram incorporados ao principal, ficando a carência alterada para até dezembro de 2015. Naquela mesma ocasião, o *spread* do financiamento foi alterado para 3,14% ao ano. Os juros apurados durante a fase de carência foram capitalizados junto aos valores desembolsados. Em dezembro de 2014, foi obtido um reescalonamento da dívida o que garantiu um novo prazo de carência para o principal e juros de 12 meses. O financiamento tem vencimento previsto para 15 de dezembro de 2027.

Em abril de 2018, a controlada Pecém II realizou a liquidação antecipada de R\$ 220 milhões do saldo devedor atualizado de seu contrato de financiamento junto ao BNDES (R\$ 162 milhões ao custo de TJLP acrescido de 3,1% ao ano e R\$ 58 milhões ao custo de IPCA acrescido de 10,6% ao ano). A redução do endividamento permitiu a declaração de Performance Financeira e Operacional de Pecém II pelo BNDES, e consequente liberação de todas as fianças bancárias garantidoras do financiamento.

Pecém II se obrigou a manter índice de cobertura do serviço de dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,20, a partir do exercício social de 2017.

O financiamento contava ainda com garantias reais, incluindo: (i) penhor das ações de Pecém II de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iv) hipoteca de terreno onde está localizada a planta; e (v) constituição de conta de receitas e conta reserva.

Durante o exercício de 2020 esse empréstimo foi liquidado. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia não possuía saldo em aberto. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o saldo em aberto destes financiamentos era de R\$452,2 milhões e R\$ 505,1 milhões, respectivamente.

Empréstimo – BNB

A Pecém II contava também com um empréstimo do BNB com recursos do FNE, o qual foi contratado em 31 de janeiro de 2011, para fins de financiamento da implantação da sua usina termelétrica, no montante total de R\$250 milhões, os quais já foram totalmente desembolsados. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com juros trimestrais, com 14 anos de amortização e com carência para pagamento de principal até fevereiro de 2014, sendo remunerado a juros de 10% ao ano, com vencimento previsto para 31 de janeiro de 2028. O financiamento previa um bônus de adimplência (15%), com a consequente redução do custo para 8,5% ao ano. Em maio de 2015, foi obtido um reescalonamento da dívida o que garantiu um novo prazo de carência de um ano para o principal.

Pecém II se obrigava a manter ICSD de, no mínimo, 1,20, a partir do exercício social de 2017.

O financiamento contava ainda com as seguintes garantias reais: (i) hipoteca; (ii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (iii) cessão fiduciária de direitos e créditos; (iv) penhor de ações; (v) cessão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

fiduciária de direitos creditórios; e (vi) fundo de liquidez em conta reserva.

Durante o exercício de 2020 esse empréstimo foi liquidado. Em 31 de dezembro de 2020 a companhia não possuía saldo em aberto. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$191,1 milhões e R\$204,5 milhões, respectivamente.

7. Parnaíba Gás Natural S.A ("PGN")

Em 28 de dezembro de 2018 a Eneva S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da Parnaíba Gás Natural S.A. Nesta mesma data, em consonância com o previsto no plano de reestruturação societária e de estrutura de capital da Eneva S.A. e de suas subsidiárias de geração a gás e *upstream*, foi efetuado o pagamento antecipado do saldo integral da dívida relativa às 2ª e 6ª emissões de debêntures simples da Parnaíba Gás Natural S.A.

FINEP

Em 21 de agosto de 2017, a PGN contratou um financiamento de longo prazo com a FINEP no valor de R\$79,3 milhões, com o objetivo de financiar, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do seu Plano Estratégico de Inovação. O recurso proveniente deste financiamento foi recebido em duas tranches, sendo a primeira em 27 de setembro de 2017, no valor de R\$39,6 milhões e a segunda em 25 de julho de 2018, no valor de R\$29,9 milhões. O financiamento possui prazo de carência de 18 meses contados da data da sua assinatura, com amortização em 73 parcelas mensais e sucessivas, desde 15 de março de 2019, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2025. Sobre o montante desembolsado incidirão juros ao custo de TJLP acrescido de 3% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato, a PGN deu como garantia a este financiamento fianças bancárias, que, por sua vez, estavam garantidas pela Companhia através de nota promissória e cessão fiduciária de aplicação financeira. Em março de 2018, a Companhia obteve autorização para o cancelamento da cessão fiduciária da aplicação financeira constituída como garantia destas fianças bancárias.

Em 10 dezembro de 2018, foi firmado com a FINEP um novo contrato no montante de R\$ 36,5 milhões pela Parnaíba Gás Natural S.A., também destinados ao financiamento do seu Plano Estratégico de Inovação. Em 31 de dezembro de 2019, a PGN havia recebido o montante de R\$31,5 milhões provenientes desse financiamento, restando, ainda, um crédito no valor de R\$5,0 milhões a serem utilizados até junho de 2020. O contrato será amortizado em 97 parcelas mensais e sucessivas a partir de dezembro de 2020, e possui juros incidindo sobre o principal da dívida ao custo de TJLP acrescido de 1% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Em garantia a este financiamento foi apresentada fiança bancária.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo mantido pela PGN junto à FINEP era de R\$ 80,2 milhões, R\$92,1 milhões e R\$87,6 milhões, respectivamente.

2ª Emissão de Debêntures Privadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em fevereiro de 2014, a Administração da PGN aprovou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de até R\$745 milhões, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2020, e custo de 120% do CDI, com juros remuneratórios semestrais e amortização do principal na seguinte proporção: 11,2% em fevereiro de 2016, 22,2% em fevereiro de 2017, 22,2% em fevereiro de 2018, 22,2% em fevereiro de 2019 e 22,2% em fevereiro de 2020. Desse total, R\$650 milhões foram integralizados em março de 2014 e o saldo remanescente de R\$95 milhões foi integralizado em setembro de 2014. Do total das debêntures, 55.000 foram adquiridas pelo Bradesco e 19.500 pelo Citibank.

Em 25 de fevereiro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a prorrogação da amortização do principal da 2ª emissão de Debêntures, referente a parcela vincenda em 28 de fevereiro de 2016 para 28 de agosto de 2016.

Em 13 de julho de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas aditamento à escritura de emissão das debêntures, em decorrência dos Acordos de Subscrição celebrados por Cambuhy e OGX, que deliberou, dentre outros temas, pela supressão de todo e qualquer prêmio a ser pago pela PGN em razão de resgates antecipados ou amortizações antecipadas e pela alteração da remuneração das debêntures para 123% do CDI, a partir da vigência desse aditamento.

Em fevereiro de 2017, foi realizada amortização do valor principal das debêntures no montante de R\$165,4 milhões. Em dezembro de 2018 as debêntures foram pagas antecipadamente em consonância com o plano de reestruturação societária da Companhia, porém, em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto referente às debêntures da 2ª emissão da PGN era de R\$507,6 milhões.

3ª e 4ª Emissão de Debêntures

Em fevereiro de 2015, a Administração da PGN aprovou a 3ª emissão de até 20.000 debêntures simples, mandatoriamente conversíveis em ações, em série única, para financiamento de seu plano de investimentos na exploração e desenvolvimento dos blocos da bacia do Parnaíba, com vencimento em 2022 e custo de 100% do CDI + 3,5%. Em 06 de abril de 2015, a Cambuhy integralizou a totalidade das debêntures com valor equivalente a R\$199,9 milhões.

Em setembro de 2015, a PGN efetuou a 4ª emissão de debêntures, para subscrição privada, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante de R\$150 milhões, com prazo de 7 anos a contar da data de emissão e custo de CDI + 3,5%, vencendo, portanto, em 2022. Os recursos da referida emissão se destinam ao financiamento do plano de investimentos da PGN na exploração e desenvolvimento dos blocos da bacia do Parnaíba. A Cambuhy integralizou a totalidade das 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000,00.

Em 26 de fevereiro de 2016, o debenturista único da 3ª e 4ª emissões de debêntures da PGN concordou com a prorrogação da data de vencimento das remunerações devidas no decorrer do exercício social de 2016 para 1º de março de 2017, sem encargos moratórios.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 13 de julho de 2016, os debenturistas da 2ª emissão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aprovaram a transferência das debêntures conversíveis da 3ª e 4ª emissões da PGN, antes detidas pela Cambuhy, para a Companhia.

Em 28 de dezembro de 2018, com a incorporação da PGN pela Companhia, as debêntures foram extintas visto que perderam sua funcionalidade e seu valor legal, porém, em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto referente às debêntures da 3ª e 4ª emissões da PGN era de R\$491,1 milhões.

5ª Emissão de Debêntures

Em 25 de fevereiro de 2016, a PGN efetuou a 5ª emissão de debêntures, de subscrição privada, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, no montante de R\$70,0 milhões, na quantidade de 7.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 e vencimento em 25 de fevereiro de 2017.

Em 25 de agosto de 2016 foram subscritas 5.000 debêntures nominativas, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 no montante total de R\$50.000,00 pela Cambuhy. As condições de remuneração e prazo de integralização das debêntures foram alteradas em Assembleia Geral de Debenturistas de 17 de agosto de 2016, passando (i) a remuneração de 120% para 123% do CDI e; (ii) o prazo de integralização de 180 para 360 dias a partir da data de emissão.

Conforme aprovado na Assembleia Geral de Debenturistas da PGN realizada em 16 de fevereiro de 2017, na forma prevista na escritura, a prorrogação da data de vencimento das remunerações devidas foi alterada para 25 de agosto de 2017.

Em 23 de agosto de 2017, a debenturista da referida 5ª emissão anuiu, por meio de Instrumento Particular de Deliberação do Debenturista Único da Quinta Emissão para Subscrição Privada de Debêntures Quirografárias, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, de Emissão da PGN, com a postergação da data de vencimento das debêntures, a qual foi alterada para 25 de fevereiro de 2018.

Em 15 de setembro de 2017, a debenturista Cambuhy celebrou, com a anuência da PGN, contrato de compra e venda, no qual alienou as debêntures da 5ª emissão de sua titularidade para a Icatu.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo referente a essas debentures era zero em função da sua liquidação em 25 de fevereiro de 2018, porém em 31 de dezembro de 2017, o saldo referente às debêntures da 5ª emissão da PGN era de R\$50,4 milhões.

Empréstimo – BTGI Stigma

Em 25 de setembro de 2015, a BPMB Parnaíba S.A. (incorporada pela PGN em 31 de julho de 2017) contratou empréstimo junto ao BTGI Stigma LLC. O valor disponível no âmbito deste empréstimo era de R\$70,0 milhões, tendo sido posteriormente reduzido para R\$50,0 milhões, os quais foram integralmente desembolsados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Seu vencimento inicial, em parcela única, ocorreria em 5 dezembro de 2016, e sua remuneração equivale a 100% do CDI, acrescido de um *spread* de 3,50% a.a. com cobrança semestral a partir de 7 de dezembro de 2015 e terminando na data de vencimento do empréstimo. Em 5 dezembro de 2016, esta dívida teve o seu vencimento postergado por 18 meses, sendo prevista a liquidação do principal de R\$50,0 milhões em duas parcelas de R\$25,0 milhões, respectivamente, em dezembro de 2017 e junho de 2018.

Durante o exercício de 2018, esse empréstimo foi liquidado, porém em 2017, o saldo em aberto deste empréstimo era de R\$25,2 milhões.

A companhia se obrigava a manter uma relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,5, a qual era medida trimestralmente com base nos últimos 12 meses.

O empréstimo tomado junto ao BTGI Stigma LLC era garantido por (i) penhor de direitos emergentes de concessão de exploração e produção de petróleo e gás natural; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos sobre contas; e (iii) aval da Companhia.

8. Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC")

Financiamento – BNB

Em 28 de junho de 2019, PGC contratou junto ao BNB um empréstimo no valor de R\$843 milhões, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), para fins de financiamento da implantação da Central Geradora Termelétrica Parnaíba 5ª e 5B. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com 12 anos de amortização, sendo remunerado a IPCA + 2,281% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para 1,938% ao ano.

A Companhia é garantidora deste financiamento, que também conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização concedida pelo MME relativa ao projeto; (iii) contrato de penhor de ações; (iv) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (v) conta reserva de serviço da dívida; (vi) conta reserva de operação e manutenção (O&M) e (vi) fiança bancária até o *completion* técnico e financeiro. Em 15 de maio de 2020, 29 de junho de 2020 e 16 de outubro, a PGC desembolsou respectivamente R\$ 138,9 milhões, R\$ 81,8 milhões e 202,5 milhões

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 428,2 milhões.

9. Azulão Geração de Energia. S.A. ("Azulão")

Financiamento – Basa

Em 31 de janeiro de 2020, Azulão formalizou a contratação junto ao Banco da Amazônia o empréstimo no valor de R\$1 bilhão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguaririca nos estados de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Amazonas e Roraima. O empréstimo tem prazo total de 196 meses, incluídos 24 meses de carência contados a partir de 15 de fevereiro de 2020. A amortização será no sistema SAC em 172 prestações mensais e sucessivas, sendo remunerado a IPCA + 1,9048% ao ano para subcréditos com investimentos em Boa Vista (Roraima) e IPCA + 1,5584% para investimentos em Silves (Amazonas). O financiamento prevê um bônus de adimplência, com a redução dos juros para IPCA + 1,6190% a.a. e 1,3247% ao ano, respectivamente.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) Penhor de ações da Azulão, (ii) Cessão fiduciária de Recebíveis; (ii) Cessão fiduciária de direitos emergentes ; (iii) Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da CCC ; (iv) Cessão fiduciária do contrato de fornecimento de gás para a Usina Termelétrica; (v) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos do Projeto e (vi) Hipoteca do terreno de Azulão.

Em 24 de setembro de 2020 e 04 de dezembro de 2020, a Azulão desembolsou respectivamente R\$ 237,0 milhões e R\$ 576,9 milhões

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 840,4 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas com instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) acima.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía no saldo consolidado do seu endividamento, posição detida por acionistas representativos do seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, 29,3% do saldo consolidado do endividamento da Companhia era detido por acionistas representativos de 32,7% do capital social da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de financiamento de longo prazo celebrados pelas controladas da Companhia descritos acima são, em sua maioria, financiamentos na modalidade de *Project Finance*, e possuem garantia real, tais como: (i) alienação fiduciária de ações, (ii) cessão fiduciária e condicional de contratos de fornecimento de gás, (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, (iv) cessão fiduciária dos CCEARs e contratos de arrendamento, (v) alienação fiduciária de imóvel, (vi) cessão fiduciária de contas reserva e (vii) hipoteca. Os empreendimentos que possuem financiamento têm obrigações usualmente praticadas no mercado de não constituir, salvo autorização prévia e expressa dos respectivos financiadores, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas aos financiadores, com exceção dos ônus permitidos previstos nos respectivos contratos.

Ademais, os contratos de financiamento de uma empresa não apresentam qualquer subordinação com as dívidas contraídas em relação aos demais contratos de financiamento da Companhia e de suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em eventual concurso universal de credores, após a realização dos ativos da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, flutuante e quirografários.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas/sociedades controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de *covenants*, as quais se encontram descritas no item 10.1.f(i) acima.

Em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 2018 todos os *covenants* financeiros previstos nos contratos se encontravam atendidos.

Além disso, certos contratos de empréstimos e financiamentos apresentam restrições e obrigações não financeiras adicionais, como, por exemplo, os abaixo destacados, as quais em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 2018 se encontravam atendidas:

- (i) obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- (iii) obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) obrigação de realização de aportes de recursos pela Companhia em suas subsidiárias;
- (vii) constituição de contas reserva (para pagamento de serviço da dívida e/ou de *overhaul*) e manutenção de montantes mínimos em tais contas;
- (viii) restrições quanto ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, seja pelas subsidiárias da Companhia, seja pela própria Companhia a seus acionistas. Nesse sentido, ressalta-se que alguns contratos possuem vedação de distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, exceto para os casos de anuência prévia ou atingimento de *covenants* financeiros pré-estabelecidos;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ix) restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (x) restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (xi) limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos conduzidos por Parnaíba I Geração de Energia S.A. bem como as emissões de debêntures da Companhia, da Parnaíba I Geração de Energia S.A. e Parnaíba II Geração de Energia S.A., contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

| Empresa | Descrição dos Covenants Financeiros | Periodicidade de apuração | Posição em 31/12/2020 |
|-------------|--|---------------------------|-----------------------|
| Eneva | Dívida Líquida de no máximo 4,5 vezes o EBITDA | Trimestral | Atendido |
| PGC | Dívida Líquida de no máximo 6,0 vezes o EBITDA | Anual | Atendido |
| PGC | Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,20 | Anual | Atendido |
| PGC | Comprometimento da Capacidade de Pagamento < 70% | Anual | Atendido |
| Parnaíba II | Índice de Cobertura de Dívida de no mínimo 1,20 | Anual | Atendido |
| Parnaíba II | Dívida Líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA | Anual | Atendido |

Adicionalmente, ressalta-se que em virtude dos contratos financeiros celebrados pela Companhia, as ações/quotas de determinadas controladas da Companhia (como por exemplo, PGC, Parnaíba II, Itaquí e Pecém II, por exemplo) são objeto de penhor ou alienação fiduciária aos credores das dívidas por estas contraídas. Para mais informações, vide o item 10.1(f) acima e os itens 10.1 (h) e (i) abaixo.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia e/ou suas controladas possuíam os seguintes financiamentos contratados e ainda não utilizados até 31 de dezembro de 2020:

Em R\$ milhões

| Empresa | Credor | Valor contratado | Valor utilizado | Saldo utilizado (%) |
|--|-----------------------------|------------------|-----------------|---------------------|
| ENEVA S/A | FINEP | 36,5 | 31,5 | 86,3% |
| AZULÃO GERAÇÃO DE DENERGIA S.A. | BANCO DA AMAZÔNIA | 1.000 | 849,9 | 85,0% |
| PARNAÍBA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A. | BANCO DO NORDESTE DO BRASIL | 842,6 | 423,2 | 50,2% |

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resumo das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras encerradas nos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos encerramentos dos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis adotadas por essas sociedades são uniformes.

A Companhia esclarece que, em virtude de determinadas operações societárias nos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018, conforme abaixo descritas, a comparabilidade dos resultados dos exercícios encerrados acima é limitada.

Ao longo do exercício de 2018 a Companhia realizou uma reestruturação de seu organograma societário mediante os seguintes movimentos:

- a) Em 16 de abril de 2018, foi concluída a aquisição da totalidade da participação societária que a Uniper Holding GmbH possuía em Pecém II Participações S.A, o pagamento pela contraprestação transferida pelas ações, no valor de R\$160 milhões, foi efetivado pela Companhia na mesma data. Cabe destacar que a partir de abril de 2018 os saldos de Pecém II Participações passaram a fazer parte das demonstrações contábeis consolidadas da Eneva S.A.;
- b) Em 30 de setembro de 2018, a Parnaíba II efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da Parnaíba III e Parnaíba IV. A incorporação se deu pelo valor de livros da sociedade e não gerou ágio;
- c) Em 28 de dezembro de 2018, a Eneva S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da Parnaíba Gás Natural S.A.; e
- d) Em 28 de dezembro de 2018, a controlada Eneva Participações S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da Parnaíba Participações S.A. O montante vertido como capital incorporado equivale a 50% do capital da empresa incorporada Parnaíba Participações S.A., tendo em vista a participação dos demais 50% que a Eneva Participações S.A. obtinha.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- e) Em 02 de janeiro de 2021 a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da Parnaíba I. A incorporação se deu pelo valor de livros da sociedade e não gerou ágio.

Para informações adicionais sobre as operações societárias, vide o item 10.3(b) deste Formulário de Referência.

Comparação dos resultados consolidados da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

| <i>em R\$ milhões, exceto percentuais</i> | Em 31 de dezembro de 2020 | Análise Vertical 2020 | Em 31 de dezembro de 2019 | Análise Vertical 2019 | Variação 2020/2019 |
|---|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Receita de venda de bens e/ou serviços | 3.243,3 | 100,0% | 3.137,4 | 100,0% | 3,4% |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | (1.745,4) | -53,8% | (1.899,6) | -60,5% | -8,1% |
| Resultado bruto | 1.497,9 | 46,2% | 1.237,8 | 39,5% | 21,0% |
| Despesas/Receitas operacionais | (381,2) | -11,8% | (271,1) | -8,6% | 40,6% |
| Gerais e administrativas | (448,5) | -13,8% | (373,1) | -11,9% | 20,2% |
| Outras receitas e despesas operacionais | 76,1 | 2,3% | 104,3 | 3,3% | -27,0% |
| Resultado de equivalência patrimonial | (8,8) | -0,3% | (2,3) | -0,1% | 274,6% |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | 1.116,8 | 34,4% | 966,6 | 30,8% | 15,5% |
| Resultado financeiro | (299,7) | -9,2% | (410,2) | -13,1% | -26,9% |
| Receitas financeiras | 192,1 | 5,9% | 178,6 | 5,7% | 7,5% |
| Despesas financeiras | (491,7) | -15,2% | (588,8) | -18,8% | -16,5% |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 817,1 | 25,2% | 556,5 | 17,7% | 46,8% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro | 189,4 | 5,8% | 42,6 | 1,4% | 344,4% |
| Corrente | (33,9) | -1,0% | (39,5) | -1,3% | -14,2% |
| Diferido | 223,3 | 6,9% | 82,1 | 2,6% | 171,9% |
| Lucro líquido do exercício | 1.006,5 | 31,0% | 599,1 | 19,1% | 68,0% |

Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia passou de R\$ 3.137,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.243,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 3,4% e teve como principais fatores:

- a) Aumento de R\$52,3 milhões na receita fixa em função do reajuste anual indexado ao IPCA.
- b) Aumento de R\$50,5 milhões na receita variável motivado por:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Aumento da garantia física da usina termelétrica de Parnaíba I para 129,9 MW médios e da usina termelétrica Parnaíba III para 30,4 MW médios, permitindo a comercialização do excedente de energia gerado no ambiente de contratação livre.
- Aumento de 44% do volume de energia negociado no mercado bilateral, que passou de 2.701 MW em 2019 para 3.901 MW em 2020.

Custo dos bens e/ou serviços vendidos

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$1.899,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.745,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma queda de 8,1%. Tal variação refere-se, basicamente, à redução de R\$152,5 milhões no consumo dos insumos de geração devido à queda no nível médio de despacho de Pecém II, em 52%, e de Itaquí, em 19%, comparando-se ao ano de 2019.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$373,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$448,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de despesas de 20,2%. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- a) Incremento nos gastos de pessoal, no montante de R\$42,8 milhões que está, substancialmente, ligado à atualização ao valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidos pela Companhia aos seus administradores e que tiveram um impacto de R\$35,1 milhões no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019, e pelo aumento da quantidade de funcionários na Eneva S.A. na ordem de 11,8%.
- b) Aumento dos gastos com exploração e poços secos na controladora Eneva S.A. em R\$36,5 milhões no ano de 2020 quando comparado ao ano de 2019.

Despesas/Receitas operacionais

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais passaram de um saldo positivo de receitas de R\$104,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um saldo positivo de receitas de R\$76,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução na ordem de 27,0%, deve-se principalmente:

- a) Pela variação negativa de R\$74,3 milhões gerada pela reversão do *impairment* na subsidiária Itaquí Geração de Energia na comparação dos exercícios de 2020 e 2019 nos montantes de, respectivamente, R\$52,8 milhões e R\$127,1 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- b) Pela não ocorrência, no ano de 2020, do ganho decorrente de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que acatou o pedido da Parnaíba Gás Natural S.A., incorporada pela Eneva S.A., para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no montante de R\$33,7 milhões, auferido em março de 2019;
- c) Pela variação positiva de R\$55,4 milhões em contingências na comparação dos exercícios de 2020 e 2019, em função de reversões de provisões trabalhistas na Controladora e na subsidiária Itaqui Geração de Energia, devido à mudança de prognóstico;
- d) Pelo reconhecimento de ganho no montante de R\$18,1 milhões referente à alienação da participação societária na Seival Sul Mineração em abril de 2020.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R\$2,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R\$8,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 274,6%. Essa variação refere-se, basicamente, às perdas com a controlada em conjunto MABE, no montante de R\$ 7,5 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa financeira líquida de R\$410,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2019, para uma despesa financeira líquida de R\$299,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com redução na ordem de 26,9%, principalmente em decorrência dos seguintes fatores: As despesas financeiras passaram de R\$588,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$491,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 16,5%, principalmente em decorrência de:

- a) A não ocorrência de encargos financeiros das dívidas das subsidiárias Pecém II e Itaqui com o BNB e BNDES devido ao pré-pagamento realizado em 2020.
- b) Reestruturação das dívidas da companhia com as emissões da 3ª, 5ª e 6ª emissão de debêntures e dos desembolsos dos projetos de Azulão com financiamento pelo BASA e Parnaíba V com financiado pelo BNB. As novas dívidas são dedicadas aos projetos de capital da companhia, portanto, tiveram seus encargos ativados.
- c) A redução do CDI médio de 5,9% em 2019 para 2,8% em 2020 que representa atualmente uma exposição de 37%.

Imposto de renda e contribuição social

Corrente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente passou de uma despesa de R\$39,5 milhões no exercício de 2019 para uma despesa de R\$33,9 milhões no exercício de 2020, representando uma redução de despesa de 14,2%. Essa variação deve-se principalmente:

- a) Redução de R\$ 16,7 milhões na Eneva S.A, referente ao lucro fiscal menor apurado, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, ocasionado principalmente pelo aumento do incentivo fiscal para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, quando comparado ao mesmo período de 2019.
- b) Aumento de R\$ 10,3 milhões nas subsidiárias Eneva Comercializadora e Parnaíba II decorrente do lucro fiscal apurado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019.
- d) Na subsidiária Itaqui que apurou lucro fiscal no valor de R\$ 26 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo fiscal no montante de R\$ 11 milhões em 2019. Essa variação ocasionou um aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social correntes, no valor de R\$ 2,3 milhões no exercício social encerrado em 2020.

Diferido

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de um efeito positivo de R\$82,1 milhões no exercício findo em 2019 para efeito positivo de R\$223,3 milhões no exercício findo em 2020, apresentando um aumento de 171,9%. Esse aumento deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- a) Aumento no montante de R\$ 122,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, quando comparado ao mesmo período de 2019, decorrente da constituição do ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro na Eneva S/A e nas subsidiárias Itaqui e Eneva Comercializadora.
- b) Aumento no montante de R\$ 49,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da constituição de diferido sobre diferenças temporárias na Eneva S/A e nas subsidiárias Pecém II, Itaqui, Eneva Comercializadora.
- c) Redução no montante de R\$ 29,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrente da utilização no exercício do ativo diferido sobre a compensação do prejuízo fiscal e base negativa nas subsidiárias PGC, Itaqui e Eneva Comercializadora.

Lucro líquido do período

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido passou de R\$599,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para um lucro líquido de R\$1.006,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 68,0%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação dos resultados consolidados da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

| <i>em R\$ milhões, exceto percentuais</i> | Em 31 de dezembro de 2019 | Análise Vertical 2019 | Em 31 de dezembro de 2018 | Análise Vertical 2019 | Variação 2019/2018 |
|---|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Receita de venda de bens e/ou serviços | 3.137,4 | 100,0% | 3.129,1 | 100,0% | 0,3% |
| Custo dos bens e/ou serviços vendidos | (1.899,6) | -60,5% | (1.875,1) | -59,9% | 1,3% |
| Resultado bruto | 1.237,8 | 39,5% | 1.254,0 | 40,1% | -1,3% |
| Despesas/Receitas operacionais | (271,1) | -8,6% | (135,9) | -4,3% | 99,5% |
| Gerais e administrativas | (373,1) | -11,9% | (330,1) | -10,5% | 13,0% |
| Outras receitas operacionais | 171,9 | 5,5% | 203,1 | 6,5% | -15,4% |
| Outras despesas operacionais | (67,6) | -2,2% | (0,0) | 0,0% | n. r |
| Resultado de equivalência patrimonial | (2,3) | -0,1% | (8,9) | -0,3% | -73,7% |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | 966,6 | 30,8% | 1.118,1 | 35,7% | -13,5% |
| Resultado financeiro | (410,2) | -13,1% | (504,3) | -16,1% | -18,7% |
| Receitas financeiras | 178,6 | 5,7% | 186,7 | 6,0% | -4,4% |
| Despesas financeiras | (588,8) | -18,8% | (691,0) | -22,1% | -14,8% |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 556,5 | 17,7% | 613,8 | 19,6% | -9,3% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro | 42,6 | 1,4% | 274,5 | 8,8% | -84,5% |
| Corrente | (39,5) | -1,3% | (35,9) | -1,1% | 9,9% |
| Diferido | 82,1 | 2,6% | 310,4 | 9,9% | -73,5% |
| Lucro líquido do exercício | 599,1 | 19,1% | 888,2 | 28,4% | -32,6% |

Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia passou de R\$ 3.129,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.137,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 0,3%. Os principais fatores para esta variação foram:

- Aumento da receita operacional da subsidiária Pecém II, que passou a ser consolidada pela Eneva S.A. em abril de 2018, impactando o resultado consolidado por apenas nove meses quando comparado com 2019, gerando um incremento de receita em 2019 de R\$81,5 milhões;
- Diminuição no nível médio de despacho das subsidiárias Parnaíba I, Parnaíba II e Itaqui no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparados ao mesmo período em 2018 ocasionando um decréscimo da receita operacional variável, no montante de R\$77,7 milhões;

Despesas gerais e administrativas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$330,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$373,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de despesas de 13,0%. Esse aumento deveu-se, principalmente:

- ao início da amortização, em janeiro de 2019, da mais valia decorrente da aquisição da Parnaíba Gás Natural, cujo fato gerador foi sua incorporação pela Eneva S.A. no exercício de 2018, no montante de R\$ 15,2 milhões; e
- pelo aumento das despesas de pessoal, no montante de R\$ 22,4 milhões, em decorrência do aumento do número de funcionários na controladora Eneva S.A., de 17,8%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Despesas/Receitas operacionais

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais passaram de R\$203,1 milhões exercício encerrado em, 31 de dezembro de 2018 para R\$171,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 15,4%. Essa redução deveu-se principalmente a não ocorrência em 2019 do ganho auferido na compra vantajosa da participação remanescente de Pecém II Participações em abril de 2018, no montante de R\$192,4 milhões, que foi parcialmente compensado pelo ganho em março de 2019 no montante de R\$ 33,7 milhões, decorrente de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que acatou o pedido da Parnaíba Gás Natural S.A., incorporada pela Eneva S.A., para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, e pela reversão parcial do impairment constituído pela subsidiária Itaqui, no montante R\$ 127,1 milhões em 2019.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais passaram de R\$0,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$67,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, parcialmente, à variação de R\$ 28,1 milhões decorrente de aumento na constituição de provisão trabalhista devido a mudança de prognósticos e entrada de novos processos na Eneva S.A. e na subsidiária Pecém II Geração de Energia S.A. no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período em 2018, ao reconhecimento de R\$ 4,0 milhões em março de 2019 da última parcela do acordo realizado com a Petra sobre a utilização de créditos tributários, além do reconhecimento de baixa de estoques e ativos na controladora e nas subsidiárias Itaqui, Pecém II Geração, Parnaíba I e Parnaíba II, no montante de R\$ 17,2 milhões.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R\$8,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R\$2,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2019, representando uma redução de 73,7%. Essa variação refere-se ao reconhecimento de passivo a descoberto no montante de R\$ 3,4 milhões apurado na controlada em conjunto MABE no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 parcialmente compensado pela não ocorrência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 de perdas com equivalência patrimonial no montante de R\$ 7,3 milhões nas coligadas Seival Sul Mineração, Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. e Pecém Operação e Manutenção de Geração Elétrica S.A. ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa financeira líquida de R\$504,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para uma despesa financeira líquida de R\$410,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

Receitas Financeiras

O saldo das receitas financeiras passou de R\$186,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$178,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 4,4%.

Os principais motivos dessa variação foram a redução dos ganhos com variação cambial e monetária, no montante de R\$27,1 milhões, em decorrência do menor incremento da TJLP durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, compensada pelo reconhecimento de R\$ 8,5 milhões referente à atualização monetária de PIS e COFINS decorrente de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que acatou o pedido da Parnaíba Gás Natural S.A., incorporada pela Eneva S.A., para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e pelo o reconhecimento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 11,4 milhões referente a avaliação positiva do valor justo dos contratos bilaterais de energia celebrados pela subsidiária Eneva Comercializadora.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$691,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$588,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 14,8%, principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- Redução de encargos da dívida no montante de R\$26,5 milhões decorrente da liquidação antecipada de empréstimos entre a Eneva S.A. e os credores BTG Pactual, Bullseye I FIDC, FIDC Recebíveis Eneva, Bullseye I LLC, Zonda Vx FIDC e Crown Ocean Credits III FIDC;
- Não ocorrência em 2019 de juros com empréstimo entre a subsidiária Parnaíba I e o BNDES no montante de R\$34,0 milhões devido a liquidação antecipada desse empréstimo no decorrer de 2018;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Não ocorrência em 2019 de juros com empréstimo entre a subsidiária Parnaíba II e o Banco Itaú BBA e Bradesco no montante de R\$27,4 milhões devido a liquidação antecipada desse empréstimo no decorrer de 2018;
- Não ocorrência em 2019 de perdas financeiras que ocorreram no mesmo período em 2018 na subsidiária Eneva Comercializadora decorrentes do contrato bilateral de venda de energia com o cliente Porto Sudeste no montante de R\$17,8 milhões;
- Não ocorrência em 2019 de pagamento de fianças bancárias decorrente de repactuação do contrato de empréstimo entre a subsidiária Parnaíba II e a CEF no montante de R\$10,2 milhões que eliminou a necessidade desse tipo de desembolso;
- Quitação de empréstimos em moeda estrangeira em junho de 2019 que gerou uma variação cambial passiva menor no montante de R\$18,3 milhões; e
- Liberação das fianças bancárias garantidoras de financiamentos do BNDES com a subsidiária Parnaíba I, gerando uma redução no montante de R\$5,1 milhões quando comparado o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 com o mesmo período em 2018.

Os fatores acima foram parcialmente compensados pelo aumento de juros sobre debêntures no montante de R\$142,1 milhões quando comparado o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 com o mesmo período de 2018, decorrente de juros sobre a 2ª emissão de debêntures da Eneva S.A. no montante de R\$2.000,0 milhões ocorrida em maio de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

Corrente

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente passou de uma despesa de R\$35,9 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R\$39,5 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de despesa de 9,9%. Esse aumento decorreu dos seguintes fatores:

- a) Aumento de R\$9,5 milhões referente ao lucro fiscal maior apurado pela Eneva S.A. (impacto do resultado dezembro/2019) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, quando comparado ao mesmo período em 2018 incluindo a subsidiária Parnaíba Gás Natural incorporada em dezembro de 2018;
- b) Aumento de R\$ 6,1 milhões referente ao lucro fiscal maior apurado pela Parnaíba I no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, quando comparado ao mesmo período em 2018;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c) Redução de R\$11,3 milhões referente ao lucro fiscal menor apurado pela subsidiária Parnaíba II no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, quando comparado ao mesmo período em 2018.

Diferido

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de um ganho de R\$310,4 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para um ganho de R\$82,1 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de 73,5% no ganho deveu-se principalmente aos seguintes fatores:

- a) Constituição de ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro nos próximos 10 anos da Eneva S.A. e das controladas Itaqui, Pecém II e PGC foram reconhecidos no montante de R\$279,0 milhões no exercício de 2018 e R\$ 137 milhões no exercício de 2019, gerando uma variação de R\$ 142 milhões;
- b) Não ocorrência de baixa do passivo de IRPJ/CSLL diferidos constituídos em 2016 sobre direito de uso (Mais-valia) dos contratos de concessão, surgidos na aquisição de controle da Parnaíba Gás Natural. A baixa deu-se por decorrência da incorporação desta empresa, em 28 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 153,4 milhões;
- c) Não ocorrência de ajuste da compra vantajosa referente à aquisição de Pecém II, pela Eneva, em 2018 no montante de R\$65,3 milhões.

Lucro líquido do período

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido passou de R\$888,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para um lucro líquido de R\$599,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 32,6%.

Comparação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

| em R\$ milhões, exceto percentuais | Em 31 de dezembro de 2020 | Análise Vertical 2020 | Em 31 de dezembro de 2019 | Análise Vertical 2019 | Variação 2020/2019 |
|--|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.384,9 | 8,5% | 1.517,6 | 10,9% | -8,7% |
| Títulos e valores mobiliários | 511,3 | 3,2% | 270,7 | 2,0% | 88,9% |
| Contas a receber | 701,0 | 4,3% | 695,2 | 5,0% | 0,8% |
| Estoques | 179,0 | 1,1% | 102,2 | 0,7% | 75,1% |
| Despesas antecipadas | 29,4 | 0,2% | 9,1 | 0,1% | 222,0% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar | 73,0 | 0,5% | 92,5 | 0,7% | -21,1% |
| Outros impostos a recuperar | 19,8 | 0,1% | 25,4 | 0,2% | -21,8% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | |
|--|-----------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 0,0% | 6,7 | 0,0% | -100,0% |
| Dividendos e JCP a receber | - | 0,0% | 0,4 | 0,0% | -100,0% |
| Depósitos vinculados | 2,4 | 0,0% | 2,5 | 0,0% | -2,5% |
| Operações comerciais com partes relacionadas | - | 0,0% | - | 0,0% | 0,0% |
| Adiantamentos a fornecedores | 23,1 | 0,1% | 99,2 | 0,7% | -76,7% |
| Outros | 6,4 | 0,0% | 1,7 | 0,0% | 286,3% |
| | 2.930,4 | 18,1% | 2.823,1 | 20,4% | 3,8% |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | - | 0,0% | 2,7 | 0,0% | -100,0% |
| | 2.930,4 | 18,1% | 2.825,9 | 20,4% | 3,7% |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Depósitos vinculados | 3,8 | 0,0% | 3,4 | 0,0% | 12,4% |
| Operações comerciais com partes relacionadas | 0,1 | 0,0% | 4,8 | 0,0% | -98,9% |
| Mútuos com partes relacionadas | - | 0,0% | 11,9 | 0,1% | -100,0% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar | 6,2 | 0,0% | 61,4 | 0,4% | -89,9% |
| Outros impostos a recuperar | 110,2 | 0,7% | 102,1 | 0,7% | 8,0% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos | 865,1 | 5,3% | 660,1 | 4,8% | 31,1% |
| Outros créditos | 7,5 | 0,0% | 0,9 | 0,0% | 778,5% |
| | 992,8 | 6,1% | 844,5 | 6,1% | 17,6% |
| Investimentos | 9,6 | 0,1% | 5,3 | 0,0% | 80,7% |
| Imobilizado | 10.946,7 | 67,5% | 8.805,6 | 63,5% | 24,3% |
| Intangível | 1.338,5 | 8,3% | 1.381,8 | 10,0% | -3,1% |
| | 13.287,7 | 81,9% | 11.037,3 | 79,6% | 20,4% |
| | 16.218,1 | 100,0% | 13.863,1 | 100,0% | 17,0% |

| em R\$ milhões, exceto percentuais | Em 31 de dezembro de 2020 | Análise Vertical 2020 | Em 31 de dezembro de 2019 | Análise Vertical 2019 | Variação 2020/2019 |
|---|---------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|--------------------|
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 492,5 | 3,0% | 598,2 | 4,3% | -17,7% |
| Empréstimos e financiamentos | 19,2 | 0,1% | 178,2 | 1,3% | -89,2% |
| Debêntures | 118,5 | 0,7% | 105,3 | 0,8% | 12,5% |
| Arrendamento | 34,7 | 0,2% | 31,5 | 0,2% | 10,1% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher | 37,0 | 0,2% | 94,1 | 0,7% | -60,7% |
| Outros impostos a recolher | 67,1 | 0,4% | 59,0 | 0,4% | 13,8% |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2,4 | 0,0% | 7,1 | 0,1% | -66,4% |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 49,1 | 0,3% | 27,9 | 0,2% | 76,2% |
| Participações nos lucros | 78,9 | 0,5% | 73,4 | 0,5% | 7,5% |
| Contas a pagar - setor elétrico | 12,5 | 0,1% | 11,9 | 0,1% | 4,5% |
| Provisão de custo por indisponibilidade | 64,4 | 0,4% | 73,9 | 0,5% | -12,8% |
| Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico | 82,6 | 0,5% | 79,7 | 0,6% | 3,6% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | |
|--|-----------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|
| Outras obrigações | 7,0 | 0,0% | 5,4 | 0,0% | 31,3% |
| | 1.065,9 | 6,6% | 1.345,5 | 9,7% | -20,8% |
| Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda | - | 0,0% | 7,4 | 0,1% | -100,0% |
| | 1.065,9 | 6,6% | 1.352,9 | 9,8% | -21,2% |
| Não circulante | | | | | |
| Fornecedores | 44,4 | 0,3% | 31,7 | 0,2% | 40,0% |
| Empréstimos e financiamentos | 1.311,1 | 8,1% | 1.221,2 | 8,8% | 7,4% |
| Debêntures | 5.593,9 | 34,5% | 4.051,8 | 29,2% | 38,1% |
| Arrendamento | 66,2 | 0,4% | 70,2 | 0,5% | -5,7% |
| Operações comerciais com partes relacionadas | 0,2 | 0,0% | 0,4 | 0,0% | -55,2% |
| Retenção contratual | 4,3 | 0,0% | 4,3 | 0,0% | 0,0% |
| Provisão para passivo a descoberto | - | 0,0% | - | 0,0% | 0,0% |
| Provisão para contingências | 92,6 | 0,6% | 92,8 | 0,7% | -0,3% |
| Provisão de abandono | 75,1 | 0,5% | 81,0 | 0,6% | -7,3% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos | 32,7 | 0,2% | 51,0 | 0,4% | -35,9% |
| Outras obrigações | 0,9 | 0,0% | 5,6 | 0,0% | -83,2% |
| | 7.221,4 | 44,5% | 5.610,1 | 40,5% | 28,7% |
| Total do passivo | 8.287,4 | 51,1% | 6.963,1 | 50,2% | 19,0% |
| Patrimônio Líquido | | | | | |
| Capital social | 8.848,4 | 54,6% | 8.834,9 | 63,7% | 0,2% |
| Reserva de capital | 25,4 | 0,2% | 15,6 | 0,1% | 62,5% |
| Reserva de Incentivos fiscais | 253,1 | 1,6% | 110,7 | 0,8% | 128,6% |
| Outros resultados abrangentes | 10,8 | 0,1% | 9,5 | 0,1% | 12,9% |
| Prejuízos acumulados | (1.203,5) | -7,4% | (2.068,4) | -14,9% | -41,8% |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | 7.934,2 | 48,9% | 6.902,4 | 49,8% | 14,9% |
| Participações de acionistas não controladores | (3,4) | 0,0% | (2,4) | 0,0% | 45,5% |
| Total do patrimônio líquido | 7.930,7 | 48,9% | 6.900,1 | 49,8% | 14,9% |
| | 16.218,1 | 100,0% | 13.863,1 | 100,0% | 17,0% |

Ativo**Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa*

Os valores referentes ao caixa e equivalentes de caixa passaram de R\$1.517,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.384,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 8,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos seguintes fatores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- a) geração líquida de caixa operacional no montante de R\$1.246,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- b) captação de novos financiamentos e debêntures pela Eneva S.A. e subsidiárias, no montante de R\$3.371,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, parcialmente compensados por:
- pagamento de principal durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.024,3 milhões, relativo aos empréstimos e financiamentos com os credores BNB, BNDES e FINEP e liquidação antecipada da debênture de 4ª emissão;
 - pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$354,3 milhões em 31 de dezembro de 2020;
 - investimento em novos ativos no montante de R\$2.088,0 milhões em 31 de dezembro de 2020;
 - custo de captação da emissão de debêntures pela Eneva S.A. e pela captação de financiamento juntos aos credores BNB e BASA no montante de R\$92,2 milhões em 31 de dezembro de 2020.
 - aplicação em títulos e valores mobiliários no montante de R\$195,0 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Títulos e Valores mobiliários

Os valores referentes aos títulos e valores mobiliários passaram de R\$270,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$511,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 88,9%. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento do fluxo de recursos disponíveis pela Companhia, em decorrência da realização de um volume maior de receitas, devido ao aumento do despacho no último trimestre de 2020, e pela captação de recursos oriundos de debêntures emitidas pela Eneva S.A. e financiamentos captados pelas subsidiárias Parnaíba Geração de Energia S.A. e Azulão Geração de Energia S.A.

Estoques

Os valores referentes ao estoque passaram de R\$102,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$179,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 75,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento dos níveis de estoque devido à compra de carvão mineral no montante de R\$45,9 milhões ao longo do primeiro semestre de 2020 e no último trimestre de 2020 nas subsidiárias Itaqui e Pecém II, com o objetivo de suprir a geração de energia prevista para o exercício, além de assegurar um estoque mínimo de segurança. Outro fator relevante foi o aumento de R\$16,2 milhões no estoque de peças eletrônicas e mecânicas necessárias para garantir o suprimento das operações e manutenções nas usinas e UTG, que em consequência da pandemia do Covid-19, foi postergada em Itaqui contribuindo para o aumento observado.

Despesas antecipadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes a despesas antecipadas passaram de R\$9,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$29,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 222,0%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da renovação da apólice de seguro operacional, no montante de R\$44,0 milhões, realizada em fevereiro de 2020, com vigência de 18 meses.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recuperar passaram de R\$92,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$73,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 21,1%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela compensação dos créditos tributários de IRPJ e CSLL com os tributos de PIS e COFINS das empresas do grupo Eneva no montante de R\$ 15,8 milhões.

Outros impostos a recuperar

Os valores referentes a outros impostos a recuperar passaram de R\$25,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 21,8%, devido principalmente, aos seguintes fatores:

- a) Conclusão das importações em andamento das subsidiárias Itaqui, Parnaíba II e Pecém II no montante de R\$ 12,8 milhões, com a ativação dos valores das taxas e tributos não recuperáveis (II, IPI, Taxa Siscomex), reclassificando o montante para a linha de ativo imobilizado.
- b) Reversão da provisão para perda de impostos e contribuições decorrente da nacionalização dos ativos da Parnaíba BV, no montante de R\$ 6 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos

Os valores referentes a instrumentos financeiros derivativos passaram de R\$6,7 milhões ativo em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 100,0%. Essa variação se dá pela liquidação de todos os contratos de hedge de proteção cambial na subsidiária Azulão Geração de Energia e pela liquidação parcial dos contratos da subsidiária Parnaíba Geração de Energia, bem como pela desvalorização do valor justo de seus derivativos que permanecem abertos, o que gerou uma posição passiva.

Adiantamentos a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores passaram de R\$99,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$23,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 76,7%. Os principais fatores responsáveis por essa variação foram:

- compensação dos adiantamentos realizados para a compra de carvão mineral na subsidiária Itaqui, no montante de R\$38,6 milhões;
- compensação dos adiantamentos realizados para parada de manutenção (*overhaul*) na subsidiária Parnaíba II, no montante de R\$14,9 milhões.
- compensação dos adiantamentos realizados para parada de manutenção (*overhaul*) na

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

subsidiária Pecém II, no montante de R\$7,4 milhões.

Outros

Os valores referentes a outros ativos passaram de R\$1,7 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$6,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 286,3%. A variação, no montante de R\$4,8 milhões, ocorreu principalmente, pela reclassificação de valores a receber da empresa Seival Sul Mineração, da linha de Partes Relacionadas para o ativo circulante, devido à alienação da participação societária ocorrida em 2020.

Ativo não circulante

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os valores referentes aos ativos não circulantes mantidos para venda passaram de R\$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre da baixa dos valores referentes à venda do terreno da empresa Seival Geração de Energia, devido à alienação da participação societária ocorrida em 2020 na Seival Sul Mineração.

Operações comerciais com partes relacionadas

Os valores referentes às operações comerciais com partes relacionadas passaram de R\$4,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$0,1 milhão em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 98,9%. Essa variação decorre da redução dos valores a receber da coligada Seival Sul Mineração, em consequência da alienação da participação societária ocorrida em 2020.

Mútuos com partes relacionadas

Os valores referentes aos mútuos com partes relacionadas passaram de R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 100,0%. Essa variação decorre da liquidação dos valores em aberto com as coligadas Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica e MABE do Brasil, cujos valores foram convertidos em aumento de capital de, respectivamente, R\$2,8 milhões e R\$20,7 milhões. Adicionalmente, o passivo a descoberto com a MABE, no montante de R\$11,0 milhões, até 2019 era apresentado como redutor dos valores de mútuos a receber, foi baixado da conta de mútuo com a liquidação deste.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recuperar passaram de R\$61,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$6,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 89,9%, devido principalmente a reclassificação do imposto de renda sobre mútuo para a conta de juros sobre mútuo ativo, no montante de R\$ 58,6 milhões. Essa reclassificação visa aprimorar a apresentação do saldo de mútuo entre as empresas do Grupo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores referentes a impostos de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$660,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$865,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 31,1%. Cabe destacar que essa conta é apresentada pelo líquido entre ativo e passivo diferido por empresa. Os principais fatores responsáveis por essa variação referem-se à:

- a) Constituição do ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro na controladora Eneva S.A. e nas subsidiárias Itaqui e Eneva Comercializadora reconhecido no exercício de 2020 no montante de R\$ 259 milhões;
- b) Baixa do ativo diferido na subsidiária Itaqui decorrente da amortização das despesas pré-operacionais no montante de R\$11,7 milhões;
- c) Constituição do passivo diferido sobre depreciação acelerada nas subsidiárias Parnaíba II, PGC, Pecém II e Itaqui no montante de R\$ 32,4 milhões.

Outros créditos

Os valores referentes a linha de outros créditos passaram de R\$0,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 778,5%, principalmente pela realização de adiantamentos para a importação de peças de reposição para as usinas a carvão no montante de R\$5 milhões.

Investimentos

Os valores referentes aos investimentos passaram de R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$9,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 80,7%, devido à reclassificação do investimento na coligada MABE do Brasil, que em 2019 era apresentado como redutor do mútuo a receber por representar uma posição de passivo a descoberto, e que no exercício de 2020 passou a apresentar saldo positivo de patrimônio líquido e, portanto, ocasionando o aumento do investimento.

Imobilizado

Os valores referentes ao imobilizado passaram de R\$8.805,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$10.946,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 24,3%, devido aos seguintes movimentos:

- a) Pagamento de Adiantamentos a fornecedores de R\$641,1 milhões, destinados à construção, operação e manutenção do Projeto Azulão-Jaguatirica II; R\$315,7 milhões que serão destinados à construção, operação e manutenção do Projeto Parnaíba V e R\$44,4 milhões de *Overhaul* de Parnaíba II Geração de Energia S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- b) Adições no montante de R\$ 970,6 milhões, referentes ao início da segunda fase das obras do Projeto Azulão-Jaguatirica II e avanço das obras de Parnaíba V.

Passivo

Passivo Circulante

Fornecedores

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$598,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$492,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 17,7%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) Redução dos gastos com manutenção das usinas, no montante de R\$106 milhões;
- b) Redução do volume de compra de energia, pela subsidiária Eneva Comercializadora, no montante de R\$32,7 milhões;
- c) Redução com os gastos com estudos geológicos na controladora Eneva, no montante de R\$44,7 milhões;
- d) Aumento dos gastos com a construção de novas usinas, no montante de R\$ 66,5 milhões

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$178,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução 89,2%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) Pré-pagamento dos empréstimos da subsidiária Itaqui junto ao BNDES e BNB no montante de R\$ 90,9 milhões;
- b) Pré-pagamento dos empréstimos da subsidiária Pecém II junto ao BNDES no montante de R\$ 75,2 milhões;

Debêntures

Os valores referentes às debêntures passaram de R\$105,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$118,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 12,5%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- a) Captação através da 4ª emissão de debêntures da 1ª série, no montante de R\$410 milhões, em 13 de abril de 2020 e com prazo de vencimento de um ano, com a finalidade de preservação de caixa para garantir as obrigações de curto prazo diante do cenário de pandemia do Covid-19;
- b) Reclassificação das debêntures entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$ 67,4 milhões;
- c) Reconhecimento de Juros e Variação Monetária no montante de R\$270,1 milhões;
- d) Pagamentos de debêntures no montante de R\$ 727,9 milhões.

Passivo de Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de R\$ 31,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$34,7 milhões em 31 de dezembro 2020, representando um aumento de 10,1%. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a) Adição de novos contratos no montante de R\$11,8 milhões;
- b) Reclassificação de arrendamentos entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$ 29 milhões;
- c) Reconhecimento de Juros no montante de R\$10,5 milhões;
- d) Pagamentos contratuais no montante de R\$47,8 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher

Os valores referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher passaram de R\$94,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$37,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 60,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela reclassificação da conta de juros sobre mútuo a pagar nas subsidiárias Itaqui e Pecém II para a rubrica de imposto de renda retido sobre mútuo no montante de R\$ 55,8 milhões. Essa reclassificação visa aprimorar a apresentação do saldo de mútuo entre as empresas do Grupo.

Outros impostos a recolher

Os valores referentes a outros impostos a recolher passaram de R\$59,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 67,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 13,8%, em decorrência, principalmente, do aumento dos royalties e tributos a recolher (PIS e COFINS) sobre o aumento da produção de gás natural no período, na controladora Eneva S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os valores referentes aos instrumentos financeiros derivativos passaram de R\$7,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 66,4% de. Essa variação se dá pela liquidação do instrumento financeiro de proteção cambial na subsidiária Azulão Geração de Energia.

Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores referentes as obrigações sociais e trabalhistas passaram de R\$27,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$49,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 76,2%. O incremento é justificado principalmente pelo provisionamento de tributos incidentes sobre a execução do plano de opção de compra de ações da companhia da Eneva S.A., no montante de R\$16,4 milhões, e à contratação dos colaboradores para a subsidiária Azulão Energia S.A., no montante de R\$ 1,3 milhões.

Participação nos Lucros

Os valores referentes as participações nos lucros passaram de R\$73,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$78,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 7,5%. A variação decorre do reconhecimento da provisão referente às metas de 2020, sensibilizada pela adição dos colaboradores da subsidiária Azulão Energia S.A., no montante de R\$2,8 milhões, e melhoria do desempenho da subsidiária Itaqui Geração S.A. que trouxe um incremento de R\$1,4 milhões no seu provisionamento.

Provisão de custo por indisponibilidade – circulante

Os valores referentes a provisão de custo por indisponibilidade - circulante passaram de R\$73,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$64,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 12,8%, decorrente da revisão da média móvel dos últimos 60 meses, que ocasionou uma redução de provisão de R\$ 9,2 milhões nas subsidiárias Pecém, Itaqui e Parnaíba II e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia.

Outras Obrigações

Os valores referentes a outras obrigações passaram de R\$5,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 31,3%. A variação decorre basicamente do provisionamento de comissões financeiras da subsidiária Azulão Geração de Energia S.A. em consequência do financiamento adquirido junto ao Banco da Amazônia S.A., no montante de R\$1,8 milhão.

Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda

Os valores referentes aos passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda passaram de R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para zero em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da baixa do passivo relacionado à empresa Seival Sul Mineração, devido à alienação da participação societária.

Passivo não circulante

Fornecedores

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$31,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$44,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 40%, representado principalmente pelo incremento dos compromissos em relação as obras de construção da usina de Jaguatirica, no montante de R\$11,5 milhões.

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$1.221,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.311,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 7,4%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) Adição de novos contratos junto ao Banco da Amazônia S.A. pela subsidiária Azulão Geração, que apresenta saldo de R\$836,1 milhões, e junto BNB pela subsidiária Parnaíba Geração e Comercialização, que apresenta saldo de R\$410,4 milhões, ambos líquidos dos respectivos custos de transação e depósito vinculado.
- b) Pré-pagamento dos empréstimos da subsidiária Itaquí junto ao BNDES e BNB, no montante de R\$ 659,6 milhões, e a liberação do depósito vinculado, no montante de R\$41,1 milhões.
- a) Pré-pagamento dos empréstimos da subsidiária Pecém II junto ao BNDES no montante de R\$ 568,2 milhões, e liberação do depósito vinculado, no montante de R\$45,3 milhões.
- d) Reclassificações de empréstimos e financiamentos entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$14 milhões;

Debêntures

Os valores referentes às debêntures passaram de R\$4.051,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$5.593,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 38,1%, ocasionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) Emissão de debêntures na Eneva S.A. no montante total de R\$1.529,3 milhões, líquidos de custo de transação;
- b) Adição por variação monetária no montante de R\$102,0 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c) Adição de depósitos vinculados no montante de R\$22,7 milhões, em cumprimento ao mecanismo de amortização da 1ª debênture da subsidiária Parnaíba Geração e Comercialização;
- d) Transferências do longo para o curto prazo no montante de R\$66,5 milhões.

Passivo de Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de R\$70,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$66,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 5,7%. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- a) Adição de novos contratos no montante de R\$27,6 milhões;
- b) Adição por atualização do valor de parcelas fixas dos contratos no montante de R\$9,2 milhões;
- c) Reclassificação de passivos de arrendamento entre Longo Prazo e Curto Prazo no montante de R\$29,0 milhões.
- d) Encerramento antecipado de contratos ocasionando redução no montante de R\$11,2 milhões.

Operações comerciais com Partes Relacionadas

O valor referente às operações comerciais com partes relacionadas passou de R\$0,4 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 55,2%. A variação se deve pela baixa do saldo com a Copelmi, no valor de R\$ 0,4 milhão, compensada pela constituição de R\$ 0,2 milhão com a controlada em conjunto Pecém Operação & Manutenção Geração Elétrica S.A.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social passivo diferido apresentou uma redução de 35,9%, passando de R\$51,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$32,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Como essa conta é apresentada pelo líquido entre ativo e passivo diferido por empresa, a variação ocorre, principalmente, pela constituição do passivo diferido sobre depreciação acelerada e baixa do ativo diferido sobre a compensação do prejuízo fiscal e base negativa em 2020 na subsidiária PGC no montante de R\$ 16,4 milhões.

Outras Obrigações

Os valores referentes a outras obrigações passaram de R\$5,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 83,2%. A variação decorre do reconhecimento da baixa de provisão de R\$2,3 milhões da controlada Termopantanal Participações e da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

transferência para o curto prazo do valor provisionado para o fundo de promoção social e erradicação da pobreza no montante de R\$2,4 milhões.

Comparação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

| em R\$ milhões, exceto percentuais | Em 31 de dezembro de 2019 | Análise Vertical 2019 | Em 31 de dezembro de 2018 | Análise Vertical 2018 | Variação 2019/2018 |
|--|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.517,6 | 10,9% | 1.152,3 | 9,4% | 31,7% |
| Títulos e valores mobiliários | 270,7 | 2,0% | 207,0 | 1,7% | 30,7% |
| Contas a receber | 695,2 | 5,0% | 357,9 | 2,9% | 94,2% |
| Estoques | 102,2 | 0,7% | 225,7 | 1,8% | -54,7% |
| Despesas antecipadas | 9,1 | 0,1% | 34,5 | 0,3% | -73,5% |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 92,5 | 0,7% | 107,4 | 0,9% | -13,8% |
| Outros impostos a recuperar | 25,4 | 0,2% | 30,9 | 0,3% | -17,8% |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6,7 | 0,0% | 0,7 | 0,0% | 823,9% |
| Adiantamentos diversos | 32,1 | 0,2% | 20,1 | 0,2% | 59,8% |
| Dividendos a receber | 0,4 | 0,0% | - | 0,0% | n. r |
| Depósitos vinculados | 2,5 | 0,0% | 2,7 | 0,0% | -6,7% |
| Adiantamentos a fornecedores | 67,1 | 0,5% | 5,1 | 0,0% | 1210,4% |
| Outros | 1,7 | 0,0% | 2,3 | 0,0% | -29,2% |
| | 2.823,1 | 20,4% | 2.146,6 | 17,5% | 31,5% |
| Ativos não circulantes mantidos para venda | 2,7 | 0,0% | - | 0,0% | n. r |
| | 2.825,9 | 20,4% | 2.146,6 | 17,5% | 31,6% |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Despesas antecipadas | 0,0 | 0,0% | 0,0 | 0,0% | 0,0% |
| Depósitos vinculados | 3,4 | 0,0% | 29,0 | 0,2% | -88,4% |
| Operações Comerciais | 4,8 | 0,0% | 4,3 | 0,0% | 12,7% |
| Mútuos | 11,9 | 0,1% | 13,8 | 0,1% | -14,1% |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 61,4 | 0,4% | 70,0 | 0,6% | -12,2% |
| Outros impostos a recuperar | 102,1 | 0,7% | 88,9 | 0,7% | 14,8% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 660,1 | 4,8% | 572,5 | 4,7% | 15,3% |
| Outros créditos | 0,9 | 0,0% | 0,6 | 0,0% | 45,4% |
| | 844,6 | 6,1% | 779,1 | 6,3% | 8,4% |
| Investimentos | 5,3 | 0,0% | 3,9 | 0,0% | 37,9% |
| Imobilizado | 8.805,6 | 63,5% | 7.929,9 | 64,5% | 11,0% |
| Intangível | 1.381,8 | 10,0% | 1.440,2 | 11,7% | -4,1% |
| | 11.037,3 | 79,6% | 10.153,1 | 82,5% | 8,7% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | 13.863,1 | 100,0% | 12.299,7 | 100,0% | 12,7% |
|--|----------------------------------|------------------------------|----------------------------------|------------------------------|---------------------------|
| | | | | | |
| em R\$ milhões, exceto percentuais | Em 31 de dezembro de 2019 | Análise Vertical 2019 | Em 31 de dezembro de 2018 | Análise Vertical 2018 | Variação 2019/2018 |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 598,2 | 4,3% | 348,8 | 2,8% | 71,5% |
| Empréstimos e financiamentos | 178,2 | 1,3% | 184,1 | 1,5% | -3,2% |
| Debêntures | 105,3 | 0,8% | 113,3 | 0,9% | -7,0% |
| Arrendamento | 31,5 | 0,2% | - | 0,0% | n. r |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher | 94,1 | 0,7% | 87,6 | 0,7% | 7,5% |
| Outros impostos a recolher | 59,0 | 0,4% | 29,7 | 0,2% | 98,7% |
| Instrumentos financeiros derivativos | 7,1 | 0,1% | - | 0,0% | n. r |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 27,9 | 0,2% | 22,2 | 0,2% | 25,4% |
| Participações nos lucros | 73,4 | 0,5% | 62,2 | 0,5% | 18,0% |
| Contas a pagar - setor elétrico | 11,9 | 0,1% | 11,4 | 0,1% | 4,2% |
| Provisão de custo por indisponibilidade | 73,9 | 0,5% | 51,6 | 0,4% | 43,3% |
| Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico | 79,7 | 0,6% | 64,5 | 0,5% | 23,5% |
| Outras obrigações | 5,4 | 0,0% | 0,4 | 0,0% | 1350,5% |
| | 1.345,5 | 9,7% | 975,8 | 7,9% | 37,9% |
| Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda | 7,4 | 0,1% | 2,9 | 0,0% | 153,5% |
| | 1.352,9 | 9,8% | 978,8 | 8,0% | 38,2% |
| Não circulante | | | | | |
| Fornecedores | 31,7 | 0,2% | 5,2 | 0,0% | 513,6% |
| Empréstimos e financiamentos | 1.221,2 | 8,8% | 3.197,5 | 26,0% | -61,8% |
| Debêntures | 4.051,8 | 29,2% | 1.668,9 | 13,6% | 142,8% |
| Arrendamento | 70,2 | 0,5% | - | 0,0% | n. r |
| Operações comerciais com partes relacionadas | 0,4 | 0,0% | 26,8 | 0,2% | -98,6% |
| Retenção contratual | 4,3 | 0,0% | 4,3 | 0,0% | 0,0% |
| Provisão para contingências | 92,8 | 0,7% | 18,8 | 0,2% | 393,0% |
| Provisão de abandono | 81,0 | 0,6% | 66,9 | 0,5% | 21,1% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos | 51,0 | 0,4% | 45,5 | 0,4% | 12,1% |
| Outras obrigações | 5,6 | 0,0% | 3,2 | 0,0% | 74,8% |
| | 5.610,1 | 40,5% | 5.037,0 | 41,0% | 11,4% |
| Total do passivo | 6.963,1 | 50,2% | 6.015,8 | 48,9% | 15,7% |
| Patrimônio Líquido | | | | | |
| Capital social | 8.834,9 | 63,7% | 8.822,1 | 71,7% | 0,1% |
| Reserva de capital | 15,6 | 0,1% | 22,5 | 0,2% | -30,4% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | |
|--|-----------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|
| Reserva Legal | - | 0,0% | 4,8 | 0,0% | -100,0% |
| Reserva de incentivos fiscais | 110,7 | 0,8% | - | 0,0% | n. r |
| Ajuste de avaliação Patrimonial | 9,5 | 0,1% | 12,0 | 0,1% | -20,3% |
| Prejuízos acumulados | (2.068,4) | -14,9% | (2.563,2) | -20,8% | -19,3% |
| Patrimônio líquido atribuível aos controladores | 6.902,4 | 49,8% | 6.298,0 | 51,2% | 9,6% |
| Participações de acionistas não controladores | (2,4) | 0,0% | (14,2) | -0,1% | -83,4% |
| Total do patrimônio líquido | 6.900,1 | 49,8% | 6.283,9 | 51,1% | 9,8% |
| | 13.863,1 | 100,0% | 12.299,7 | 100,0% | 12,7% |

Ativo**Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa*

Os valores referentes ao caixa e equivalentes de caixa passaram de R\$1.152,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.517,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 31,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função dos seguintes fatores:

- c) geração líquida de caixa operacional no montante de R\$1.366,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- d) captação de novos financiamentos e debêntures pela Eneva S.A. e subsidiárias, no montante de R\$3.414,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, parcialmente compensados por:
 - pagamento de principal em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$3.083,2 milhões, com destaque para a quitação antecipada dos empréstimos e financiamentos com os credores: Itaú Unibanco, BTG Pactual, Bullseye, Zonda e Crown Ocean;
 - pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$371,6 milhões em 31 de dezembro de 2019;
 - pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$31,9 milhões em 31 de dezembro de 2019;
 - investimento em novos ativos no montante de R\$829,9 milhões em 31 de dezembro de 2019;
 - custo de captação da emissão de debêntures pela Eneva S.A. no montante de R\$55,2 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Títulos e Valores mobiliários

Os valores referentes aos títulos e valores mobiliários passaram de R\$207,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$270,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 30,7%. Essa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

variação ocorreu, principalmente, pelo aumento do fluxo de recursos disponíveis pela Companhia, em decorrência da realização de um volume maior de receitas, devido ao aumento do despacho no último trimestre de 2019, e pela captação de recursos oriundos de debentures emitidas pela Eneva S.A.

Contas a receber

Os valores referentes às contas a receber passaram de R\$357,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$695,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 94,2%. Essa variação ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento do nível médio de despacho, durante o último trimestre de 2019 em 53,7% quando comparado com o mesmo período do exercício de 2018, com destaque para Itaqui, Pecém II, Parnaíba I e Parnaíba II que apresentaram um aumento de 177,5%, 120,4%, 254,2% e 73,8%, respectivamente.

Estoques

Os valores referentes ao estoque passaram de R\$225,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$102,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 54,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à alteração de cenário de despacho previsto para o último trimestre do exercício de 2018 nas usinas de Itaqui e Pecém II, o que gerou um maior consumo destas subsidiárias, e pela reclassificação de R\$ 40,3 milhões referente a peças e sobressalentes, por apresentarem criticidade e característica operacional de ativo imobilizado.

Despesas antecipadas

Os valores referentes a despesas antecipadas passaram de R\$34,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$9,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 73,5%. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da amortização parcial da apólice de Risco Operacional contratada em 2018 no montante de R\$24,9 milhões.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os valores referentes a imposto de renda e contribuição social a recuperar passaram de R\$107,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$92,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 13,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, pela redução das antecipações de imposto de renda e contribuição social na subsidiária Parnaíba Gás Natural no montante de R\$ 11,6 milhões, devido à incorporação da subsidiária pela Eneva S.A.

Outros impostos a recuperar

Os valores referentes a outros impostos a recuperar passaram de R\$30,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$25,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 17,8%, deve-se a transferência para longo prazo dos tributos que estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R\$ 8,6 milhões e aumento dos tributos das importações em andamento, nas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

subsidiárias Itaqui, Parnaíba I, Parnaíba II e PGC no montante de R\$ 4,6 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos

Os valores referentes a instrumentos financeiros derivativos passaram de R\$0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018 para R\$6,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 823,9%, devido à marcação a mercado do hedge cambial contratado para proteção de gastos com as aquisições de ativo imobilizado em moeda americana para os projetos de construção de Parnaíba V e Jaguatirica II.

Adiantamentos diversos

Os adiantamentos diversos passaram de R\$20,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$32,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 59,8%. Os principais fatores responsáveis por essa variação foram o incremento na linha de Serviços Próprios (Pesquisa e Desenvolvimento) nas subsidiárias Parnaíba I, Parnaíba II, Pecém II e Itaqui, totalizando um impacto no montante de R\$6,2 milhões e o incremento com gastos reembolsáveis com consultorias para avaliação da oferta secundária realizada em março de 2019 no montante de R\$5,4 milhões.

Adiantamentos a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores passaram de R\$5,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$67,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 1.210,4%. Os principais fatores responsáveis por essa variação foram o aumento do volume de adiantamentos para aquisição de carvão na subsidiária Itaqui no montante de R\$38,6 milhões visando suportar a previsão de despacho para o último trimestre de 2019, e para a parada de manutenção programada da usina Parnaíba II, no montante de R\$14,9 milhões.

Ativo não circulante

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os valores referentes aos ativos não circulantes mantidos para venda passaram de zero em 31 de dezembro de 2018 para R\$2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre da celebração de contrato de compra e venda entre a Eneva S.A. e a Copelmi Participações Ltda. para alienação do terreno de propriedade da controlada indireta Seival Geração de Energia.

Depósitos Vinculados

Os valores referentes a depósitos vinculados passaram de R\$29,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 88,4%. O principal fator responsável por essa variação refere-se à baixa de conta reserva para manutenção programada obrigatória ("Overhaul") em 2019, no montante de R\$26,8 milhões, em atendimento às obrigações previstas nos contratos de arrendamento da subsidiária Parnaíba II.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores referentes a impostos de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$572,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$660,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 15,3%. Os principais fatores responsáveis por essa variação referem-se à:

- a) Baixa de R\$11,7 milhões na subsidiária Itaqui decorrente da amortização das despesas pré-operacionais;
- b) Baixa de R\$20,3 milhões na Eneva S.A e da controlada Parnaíba II decorrente da compensação do prejuízo fiscal, oriundo do aumento do lucro tributável das Companhias;
- c) Reconhecimento de R\$137,1 milhões na Eneva e das controladas Itaqui e PGC decorrente da constituição do ativo diferido sobre o prejuízo fiscal.

Imobilizado

Os valores referentes ao imobilizado passaram de R\$7.929,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$8.805,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 11,0%, devido aos seguintes movimentos:

- a) Adoção da IFRS 16 em janeiro de 2019 com impacto líquido em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$94,4 milhões;
- b) Adições no montante de R\$363,6 milhões referente aos gastos iniciais com a construção da usina de Parnaíba V;
- c) Adições no montante de R\$245,9 milhões referente aos gastos iniciais com a construção da Jaguatirica II;
- d) Adições no montante de R\$93,9 milhões referente aos gastos com desenvolvimento de campos de exploração de gás natural nas bacias do Parnaíba e Amazonas; e
- e) Adições nos montantes de R\$33,5 milhões e R\$33,0 milhões referente aos gastos com manutenção programada obrigatória ("Overhaul") nas usinas Parnaíba I e Pecém II, respectivamente, parcialmente compensadas por:
 - Depreciação dos bens (exceto amortização do direito de uso decorrente da adoção da IFRS 16) em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$405,3 milhões.

Intangível

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes ao intangível passaram de R\$1.440,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.381,8 em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 4,1%, devido à amortização de R\$63,5 milhões, reconhecida contra resultado de forma linear diretamente relacionada às vidas úteis estimadas dos ativos.

Passivo

Passivo Circulante

Fornecedores

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$348,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$598,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 71,5%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) aumento referente a gastos para construção da usina de Jaguatirica II no montante de R\$40,3 milhões na controlada Azulão Geração de Energia S.A.
- b) aumento referente a gastos para construção da usina de Parnaíba V no montante de R\$41,6 milhões na subsidiária Parnaíba Geração e Comercialização de Energia.
- c) aumento referente a gastos para a manutenção das turbinas a gás da subsidiária Parnaíba II, no montante de R\$63,3 milhões.
- d) aumento referente a gastos com o avanço da campanha exploratória nas bacias do Amazonas e Complexo do Parnaíba, no montante de R\$ 44,9 milhões.

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$184,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$178,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 3,2%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) Reclassificação dos empréstimos e financiamentos entre longo e curto prazo no montante de R\$ 482,4 milhões, parcialmente compensados pelo:
- b) Pagamento de empréstimos e financiamentos no montante de R\$495,8 milhões.

Debêntures

Os valores referentes as debêntures passaram de R\$113,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$105,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 7,0%, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- a) Pagamento de juros e principal no montante de R\$1.175,8 milhões, compensados por;
- b) reconhecimento de juros e variação monetária no montante de R\$187,8 milhões e;
- c) reclassificação de debêntures de longo prazo para curto prazo no montante de R\$966,1 milhões;

Passivo de Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de zero em 31 de dezembro de 2018 para R\$31,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da adoção em janeiro de 2019 da IFRS 16.

Outros impostos a recolher

Os valores referentes a outros impostos a recolher passaram de R\$29,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$59,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 98,7%, em decorrência, principalmente, do aumento dos royalties e tributos a recolher (ICMS, PIS e COFINS) sobre o aumento da produção de gás natural no período.

Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores referentes as obrigações sociais e trabalhistas passaram de R\$22,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$27,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 25,4%. O incremento é justificado principalmente pelo aumento do número de funcionários em 31 de dezembro de 2019, na ordem de 17,8% na controladora Eneva S.A., na comparação com 31 de dezembro de 2018.

Participação nos Lucros

Os valores referentes as participações nos lucros passaram de R\$62,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$73,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 18,0%. O incremento decorre do aumento do número de funcionários, principalmente da controladora Eneva S.A., e da melhora de performance no alcance das metas operacionais e de alocação de capital da Companhia, se comparados com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Provisão de custo por indisponibilidade – circulante

Os valores referentes a provisão de custo por indisponibilidade - circulante passaram de R\$51,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$73,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 43,3%, decorrente da revisão da média móvel dos últimos 60 meses, que ocasionou um incremento de provisão de R\$ 24,3 milhões nas subsidiárias Itaqui e Parnaíba I.

Pesquisa e Desenvolvimento – setor elétrico

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes a pesquisa e desenvolvimento – setor elétrico passaram de R\$64,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$79,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 23,5%. Esse incremento foi ocasionado pelo aumento da receita de venda de bens e/ou serviços líquida da Companhia, decorrente do aumento de despacho no quarto trimestre de 2019, que é base para cálculo da constituição do passivo de pesquisa e desenvolvimento.

Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda

Os valores referentes aos passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda passaram de R\$2,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, gerando um aumento de 153,5%. Essa variação decorreu do aumento do passivo a descoberto da coligada Seival Sul Mineração. A totalidade das ações da coligada é objeto de compromisso de compra e venda entre a Eneva S.A. e a Copelmi Participações Ltda., celebrado em fevereiro de 2019.

Passivo não circulante

Fornecedores

Os valores referentes aos fornecedores passaram de R\$5,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$31,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 513,6%, representado principalmente pelos seguintes fatores:

- a) reclassificação no montante de R\$26,5 milhões da Uniper Energy da rubrica de operações comerciais com partes relacionadas, visto que esta deixou de ser parte relacionada da Companhia quando ocorreu a emissão secundária de ações da Eneva S.A. em março de 2019, parcialmente compensado por:
 - quitação parcial do saldo com a Uniper Energy no montante de R\$3,9 milhões realizado em junho de 2019; e
 - pagamento dos montantes remanescentes do processo de recuperação judicial na Eneva S.A. e Eneva Participações no total de R\$5,1 milhões.

Empréstimos e financiamentos

Os valores referentes aos empréstimos e financiamentos passaram de R\$3.197,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.221,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 61,8%, representada principalmente pelo pagamento de principal e juros em Maio de 2019, no montante de R\$1.572,4 milhões na Eneva S.A., como parte do processo de melhoria da estrutura de capital da Companhia.

Debêntures

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores referentes às debêntures passaram de R\$1.674,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.051,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 142,0%, representado principalmente pelos seguintes fatores:

- a) emissão de debêntures pela Eneva S.A., em março de 2019, no montante de R\$ 2.000,0 milhões.
- b) emissão de debentures pela Eneva S.A., em dezembro de 2019, no montante de R\$ 650,0 milhões, parcialmente compensada por:
 - pagamento de depósito vinculado a título de conta reserva das debêntures emitidas pela subsidiária Parnaíba I no montante de R\$84,0 milhões; e

Passivo de Arrendamento

O valor referente ao passivo de arrendamento passou de zero em 31 de dezembro de 2018 para R\$70,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da adoção, em janeiro de 2019, da IFRS 16.

Operações comerciais com partes relacionadas

Os valores referentes a operações comerciais com partes relacionadas passaram de R\$26,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$0,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 98,6%, decorrente principalmente, da reclassificação no montante de R\$26,5 milhões da Uniper Energy para a rubrica de fornecedores, visto que esta deixou de ser parte relacionada da Companhia quando ocorreu a emissão secundária de ações da Eneva S.A. em março de 2019.

Provisão para contingências

O valor referente a provisão para contingências de R\$18,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$92,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 393,0%, representado principalmente pelos seguintes fatores:

- a) reconhecimento de provisão cível na subsidiária Amapari no montante de R\$44,1 milhões. Essa provisão decorre de ação judicial ajuizada por Amapari requerendo que a ANEEL reconheça a exigibilidade do benefício CCC durante o período de testes da usina. A justiça julgou a solicitação da subsidiária pertinente e solicitou que o valor fosse pago para Amapari, porém a ação ainda não transitou em julgado e cabe recurso por parte da ANEEL, desta forma a subsidiária reconheceu a provisão de montante igual ao recebido no curso de 2019. Assim que a ação transitar em julgado, haverá a reversão desta provisão e o devido reconhecimento do ganho;
- b) aumento nas provisões trabalhistas nos montantes de R\$10,1 milhões e R\$19,6 milhões, na Eneva S.A. e na subsidiária Pecém II, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos passaram de R\$45,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$51,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 12,1%, representado, principalmente, na subsidiária Itaqui a constituição de diferido sobre depreciação acelerada no montante de R\$ 10,2 milhões e uma redução na Eneva S.A decorrente da tributação da compra vantajosa pela incorporação da PGN no montante de R\$ 7,3 milhões.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Comparação das demonstrações consolidadas de fluxo de caixa da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

| <i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i> | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 2020 x 2019 |
|---|-------------------|-------------------|--------------------|
| Lucro antes dos Impostos | 817,1 | 556,5 | 46,8% |
| Caixa líquido gerado pelas atividades Operacionais | 1.246,0 | 1.366,2 | -8,8% |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | (2.266,3) | (848,2) | 167,2% |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos | 887,7 | (152,7) | -681,3% |
| Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | (132,7) | 365,3 | -136,3% |

A variação líquida do caixa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de uma redução de R\$498,0 milhões, que pode ser explicada pelos seguintes motivos:

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: o caixa gerado pelas atividades operacionais passou de R\$1.366,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.246,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, registrando uma redução de 8,8%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a:

- Variação positiva no Contas a Receber, no montante de R\$298,4 milhões, em decorrência do recebimento dos contratos de ACR oriundo dos meses de novembro e dezembro de 2019, que fora impactado pelo aumento atípico do despacho médio nas usinas termelétricas a gás natural e carvão no último trimestre do exercício findo em 2019, no qual foi observado um aumento 127% em comparação ao mesmo período do exercício findo em 2018;
- Variação positiva de adiantamentos realizados a fornecedores, no montante de R\$150,1 milhões, devido a compra de carvão mineral nas termelétricas a carvão e avanço do ritmo das obras em Parnaíba V e Jaguarica II;
- Variação negativa de R\$53,0 milhões de despesas antecipadas, sobretudo, em função da renovação do seguro contra risco operacional das usinas termelétricas, ocorrido em fevereiro de 2020, cuja vigência é de 18 meses;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- d) Redução dos montantes com fornecedores, em R\$359,3 milhões, decorrente do avanço das obras de Parnaíba V e Jaguatirica II, e da compra de carvão mineral para as subsidiárias Itaqui e Pecém II;
- e) Variação negativa de R\$160,1 milhões na linha de Estoques, devido a compra de carvão mineral nos meses de abril, maio e dezembro/2020, para suprir demanda de geração de energia prevista para o segundo semestre de 2020 e para recompor o estoque devido ao consumo ocorrido no 4º trimestre de 2020, em função do despacho ocorrido no período.

Caixa consumido nas atividades de investimento: o caixa consumido nas atividades de investimento passou de R\$848,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.266,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, registrando um aumento de 167,2%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à variação na aquisição de ativos imobilizados e intangíveis na comparação entre os anos de 2019 e 2020, no montante de R\$1.258,1 milhões, com destaque para os gastos com a construção das usinas de Parnaíba V e Jaguatirica II.

Caixa consumido nas atividades de financiamento: o caixa consumido nas atividades de financiamento passou de R\$152,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa gerado de R\$887,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

- a) Destacamos a Captação de financiamentos e emissão de debêntures que totalizou R\$3.414,0 milhões no ano de 2019, comparados a um montante de R\$3.371,1 milhões no ano de 2020, em linha com o plano de expansão e investimentos da Companhia e reestruturação da dívida, com a finalidade de um menor custo de financiamento, o que gerou o movimento abaixo:
 - Amortização de principal de empréstimos como parte do processo de melhoria de estrutura de capital da Companhia, no montante de R\$3.038,1 milhões no ano de 2019 comparadas com R\$2.024,3 milhões no ano de 2020, o que gerou efeito positivo no fluxo de caixa de R\$1.058,9 milhões.

Comparação das demonstrações consolidadas de fluxo de caixa da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

| <i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i> | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 2019 x 2018 |
|---|-------------------|-------------------|--------------------|
| Lucro antes dos Impostos | 556,5 | 613,8 | -9,3% |
| Caixa líquido gerado pelas atividades Operacionais | 1.366,2 | 1.527,4 | -10,6% |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | (848,2) | (704,3) | 20,4% |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos | (152,7) | (437,7) | -65,1% |
| Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | 365,3 | 385,4 | -5,2% |

A variação líquida do caixa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018 foi de uma redução de R\$20,1 milhão, que pode ser explicada pelos seguintes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

motivos:

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: o caixa gerado pelas atividades operacionais passou de R\$1.527,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.366,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, registrando uma redução de 10,6%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a:

- a) pelo aumento no volume de adiantamentos realizados a fornecedores, no montante de R\$ 122,0 milhões, devido ao avanço físico das obras de construção da UTE Jaguatirica II e do projeto de fechamento de ciclo Parnaíba V, parcialmente compensado por:
- b) recebimento na subsidiária Amapari no montante de R\$44,1 milhões. Esse recebimento decorre de ação judicial ajuizada por Amapari requerendo que a ANEEL reconheça a exigibilidade do benefício da Conta de Consumo de Combustíveis ("Benefício CCC") durante o período de testes da usina. A justiça julgou a solicitação da subsidiária pertinente e solicitou que o valor fosse pago para Amapari.

Caixa consumido nas atividades de investimento: o caixa consumido nas atividades de investimento passou de R\$704,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$848,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, registrando um aumento de 20,4%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à variação na aquisição de ativos imobilizados e intangíveis na comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de R\$374,3 milhões, com destaque para os gastos iniciais com a construção das usinas de Parnaíba V e Jaguatirica II ocorridas no decorrer de 2019, parcialmente compensado pela não ocorrência de desembolsos e aumento de capital realizados para a aquisição da controlada Pecém II, no montante de R\$ 258,9 milhões.

Caixa consumido nas atividades de financiamento: o caixa consumido nas atividades de financiamento passou de R\$437,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$152,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, registrando uma redução de 65,1%. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

- b) captação de financiamentos que totalizou R\$2,018,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparados a um montante de R\$3.414,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, gerando um efeito positivo no fluxo de caixa. Para mais detalhes sobre a movimentação ocorrida neste período, ver item 10.1(f) deste Formulário de Referência, parcialmente compensado por:
 - amortização de principal de empréstimos como parte do processo de melhoria de estrutura de capital da Companhia, no montante de R\$2.184,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparadas com R\$3.083,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que gerou efeito negativo no fluxo de caixa e,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- desembolso para constituição de depósitos vinculados no montante de R\$19,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra uma retirada de depósitos no montante de R\$136,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, com destaque para o pagamento de depósito vinculado às debêntures emitidas pela subsidiária Parnaíba I.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Fontes de Receita

Em vista da natureza das operações da Companhia, os Diretores da Companhia entendem que a sua principal fonte de receitas é a receita operacional líquida de venda de energia provenientes dos segmentos operacionais de geração e comercialização de eletricidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia registrou receita de venda de bens e/ou serviços, líquida, de R\$3.243,3 milhões, R\$3.137,4 milhões e R\$3.129,1 milhões, respectivamente.

Deduções da receita bruta

A receita bruta é deduzida por tributos sobre as vendas, a saber, impostos incidentes sobre as receitas operacionais, como PIS e COFINS e os ressarcimentos por indisponibilidade (ADOMP), que passaram a compor o saldo de deduções da receita a partir de janeiro de 2018 por conta da adoção prospectiva do CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Demanda e uso de energia elétrica pelos consumidores

A quantidade efetiva de energia elétrica comercializada pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, é determinante no montante de receitas que a Companhia obtém na venda de energia elétrica. O volume de energia elétrica comercializado pela Companhia, no entanto, varia em função da demanda do mercado e o efetivo uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia e sua capacidade de controlar ou impactar tal demanda e uso é bastante limitada.

Mudanças na demanda por energia elétrica são impulsionadas, em grande parte, por fatores gerais fora do controle da Companhia, incluindo (i) alterações no nível de atividade econômica no Brasil, (ii) as mudanças no volume de uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia, (iii) a opção de alguns dos consumidores da Companhia de comprar energia elétrica da Companhia ou de concorrentes, e (iv) o efetivo custo de geração da energia elétrica comercializada. Desta forma, as receitas brutas da Companhia variam de período a período em resposta a variações em fatores gerais.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com os Diretores da Companhia, os fatores que afetaram materialmente seus resultados operacionais podem ser assim resumidos:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços líquida consolidada de R\$3.243,3 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (que, em 1 de janeiro de 2020, incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I") em suas operações), Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II"), Pecém II Geração de Energia ("Pecém II") e Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"). A Companhia apurou lucro líquido de R\$1.006,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$1.384,9 milhões.

Os principais fatores que afetaram materialmente este resultado foram:

- Aumento de 21% do resultado operacional, impactado pelo incremento de R\$ 105,9 milhões na receita em virtude da atualização contratual da receita fixa e revisão da garantia física de Parnaíba III e menor custo operacional, com destaque para a redução do consumo com insumos de geração no montante de R\$152,5 milhões, devido ao menor despacho no exercício em virtude da pandemia do COVID 19;
- Melhoria do resultado financeiro, que passou de uma despesa financeira líquida de R\$410,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para uma despesa financeira líquida de R\$299,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços, líquida consolidada, de R\$ 3.137,4 milhões, esta receita foi originada, com maior destaque, pela operação das controladas Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I"), Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II"), Pecém II Geração de Energia ("Pecém II") e Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"). A Companhia apurou lucro líquido consolidado de R\$599,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$ 1.517,6 milhões.

Os principais fatores que afetaram materialmente este resultado foram:

- Aumento da receita operacional da subsidiária Pecém II, que passou a ser consolidada pela Eneva S.A. em abril de 2018, impactando o resultado consolidado por apenas nove meses quando comparado com o período de doze meses, gerando um incremento de receita em 2019 de R\$89,7 milhões;
- Diminuição no nível médio de despacho das subsidiárias Parnaíba I, Parnaíba II e Itaqui no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparados ao mesmo período em 2018 ocasionando um decréscimo da receita operacional variável, no montante de R\$93,5 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Redução de R\$ 28,1 milhões decorrente de aumento na constituição de provisão trabalhista devido a mudança de prognósticos e entrada de novos processos na Eneva S.A. e na subsidiária Pecém II Geração de Energia S.A. no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao mesmo período em 2018, ao reconhecimento de R\$ 4,0 milhões em março de 2019 da última parcela do acordo realizado com a Petra sobre a utilização de créditos tributários, além do reconhecimento de baixa de estoques e ativos na controladora e nas subsidiárias Itaqui, Pecém II Geração, Parnaíba I e Parnaíba II, no montante de R\$ 17,2 milhões.
- Constituição de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa suportado pela expectativa de lucro nos próximos 10 anos da Eneva S.A. e das controladas Itaqui, Pecém II e PGC, no montante de R\$ 137 milhões no exercício de 2019.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços, líquida consolidada, de R\$3.129,1 milhões, esta receita foi originada pela principalmente pela consolidação dos saldos da subsidiária Pecém II Geração. A Companhia apurou lucro líquido consolidado de R\$888,2 milhões para esse ano, com posição de caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$1.152,3 milhões.

Os principais fatores que afetaram materialmente este resultado foram:

- (i) Aumento de R\$566,5 milhões na receita operacional líquida, devido à entrada dos saldos da subsidiária Pecém II Geração nos montantes consolidados, em decorrência da aquisição da participação remanescente em abril de 2018;
- (ii) Baixa do passivo de IRPJ/CSLL diferidos constituídos em 2016 sobre direito de uso (Mais-valia) dos contratos de concessão, surgidos na aquisição de controle da Parnaíba Gás Natural. A baixa deu-se por decorrência da incorporação desta empresa, em 28 de dezembro de 2018, gerando um incremento no resultado no montante de R\$ 153,4 milhões;
- (iii) Aumento referente ao ganho auferido na compra vantajosa da participação remanescente de Pecém II Participações em abril de 2018, no montante de R\$192,4 milhões;
- (iv) Constituição de ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa devido a expectativa de lucro nos próximos 10 anos da Eneva S.A. e das controladas Itaqui e Pecém II no montante de R\$279,0 milhões;
- (v) Ajuste a valor justo/compra vantajosa referente a aquisição de Pecém II pela Eneva no montante de R\$65,3 milhões; e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- (vi) Diminuição no nível médio de despacho das subsidiárias Parnaíba II e Itaqui no último trimestre de 2018 ocasionando um decréscimo da receita operacional variável, no montante de R\$269,0 milhões.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Condições macroeconômicas

Uma vez que todas as atividades são conduzidas no Brasil e toda a receita da Companhia é auferida por vendas de energia no Brasil, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia são influenciados pelas condições econômicas do país. A economia brasileira tem registrado variações significativas nas taxas de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, com significativa deterioração dessas métricas a partir de 2014.

As tabelas abaixo mostram as taxas de inflação, juros e câmbio nos períodos indicados:

| | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|--------|-------|--------|
| Crescimento (redução) do PIB ⁽¹⁾ | (3,4%) | 1,1% | 1,1% |
| Inflação acumulada no período (IGP-M) ⁽²⁾ | 23,1% | 7,3% | 7,6% |
| Inflação acumulada no período (IPCA) ⁽³⁾ | 4,5% | 4,3% | 3,8% |
| CDI ao fim do período ⁽⁴⁾ | 1,90% | 4,4% | 6,4% |
| TJLP ao fim do período ⁽⁵⁾ | 4,55% | 5,6% | 7,0% |
| Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar no período ⁽⁷⁾ | 0,34% | 4,0% | -17,1% |
| Taxa de câmbio ao fim do período — US\$1.00 | 28,9% | 4,031 | 3,875 |
| Taxa de câmbio média no período — US\$1.00 | 5,1967 | 3,947 | 3,656 |

Fonte: Banco Central, FGV, IBGE, Câmara de Custódia e Liquidação e CETIP.

(1) Dados de PIB conforme divulgado pelo IBGE.

(2) IGP-M é o índice geral de preços de mercado conforme calculado pela FGV.

(3) IPCA é o índice de preços do consumidor amplo conforme calculado pelo IBGE.

(4) A taxa CDI é uma taxa de referência diária correspondente à média da taxa de juros utilizada nos depósitos interbancários de um dia útil conforme registrados e liquidados no sistema da CETIP.

(5) A TJLP é a taxa de juros de longo prazo divulgada trimestralmente pelo Banco Central.

(6) A LIBOR (London Interbank Offered Rate) é uma taxa de referência diária correspondente à média da taxa de juros utilizada nos depósitos interbancários de um dia útil conforme estimada pelos principais bancos que operam em Londres.

(7) Comparando a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central no último dia do período com a taxa de câmbio do último dia do período imediatamente anterior.

Variação cambial e na taxa de juros

A Companhia tem exposição cambial limitada, já que todas as suas receitas são denominadas em moeda nacional e apenas uma parcela pequena de seu passivo era denominado em moeda estrangeira nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

dezembro de 2019, a Companhia não possuía empréstimos, financiamentos ou debêntures em moeda estrangeira, tendo em vista a quitação antecipada desses montantes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o montante do endividamento em moeda estrangeira com limitação de proteção correspondia a R\$154,9 milhões e R\$129,8 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era exposta a taxas de juros e índices de inflação sobre os empréstimos e financiamentos e debêntures, que são atrelados ao CDI, IPCA e TJLP. A volatilidade desses indexadores impacta as despesas financeiras da Companhia. Ao avaliar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Companhia considera em seu processo de análise o possível efeito de correlação entre a flutuação das taxas de juros e a inflação brasileira, medida pelo IPCA, uma vez que parcela representativa dos investimentos da Companhia tem a sua remuneração corrigida anualmente pela inflação.

Em 31 de dezembro de 2020, 100,0% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$) dos quais 37,2% atrelados ao CDI, 1,1% a TJLP e 61,7% ao IPCA.

Em 31 de dezembro de 2019, 100,0% de nosso endividamento era denominado em reais (R\$) dos quais 48,2% atrelados ao CDI, 18,1% a TJLP, 27,8% ao IPCA e 6,0% a juros fixos.

Em 31 de dezembro de 2018, 97,1% do endividamento era denominado em reais (R\$) dos quais 54,0% atrelados ao CDI, 27,4% a TJLP, 8,4% ao IPCA e 7,4% a juros fixos. Os 2,9% restantes da dívida eram denominados em dólares norte-americanos e atrelados à Libor.

Ajustes sobre as tarifas

A receita da Companhia está atrelada aos contratos de comercialização de energia celebrados pelas usinas nas quais tem participação. Aquelas que celebraram CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") recebem uma parcela fixa e outra variável, conforme segue:

- *Receitas Fixas*: remuneram o investimento do empreendedor e são indexadas à inflação pelo IPCA com reajuste anual.
- *Receitas Variáveis*: remuneram os custos variáveis incorridos na ocasião de despacho pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). A composição das receitas variáveis varia de acordo com o tipo de combustível utilizado pela usina. As térmicas movidas a carvão têm sua receita variável atrelada ao preço internacional do carvão (CIF ARA), moeda estrangeira (dólar americano) e inflação (IPCA), enquanto as térmicas movidas a gás natural podem ter sua receita variável atrelada ao preço internacional do gás (Henry Hub), moeda estrangeira (dólar americano) e inflação (IPCA).

Todas as usinas podem receber, além das parcelas de receita fixa e variável, receita oriunda da liquidação de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), a qual é remunerada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), cuja fixação é realizada semanalmente em função de condições de mercado e respeitando níveis mínimos e máximos conforme definição da ANEEL anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O resultado operacional das usinas térmicas é impactado pela inflação (IPCA), que faz parte da fórmula de reajuste das receitas fixas e de parte das usinas, além de compor os custos operacionais das térmicas a gás através do reajuste da molécula de gás.

O preço internacional do carvão (CIF ARA) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis das térmicas a carvão. Já o custo do gás no mercado internacional (Henry Hub) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis de Parnaíba I. Por sua vez, Parnaíba II tem o seu custo do gás atrelado ao IPCA. As operações de liquidação de energia no mercado de curto prazo são impactadas pelo PLD.

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactado pela variação da TJLP, IPCA e CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, 100,0% da dívida era denominada em reais, assim como em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, 100,0% da dívida era denominada em reais, comparados ao exercício de 2018 que possuía 97,1% da dívida denominada em reais, e os demais 2,9% denominados em outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2018, 97,1% da dívida era denominada em reais, e os demais 2,9% denominados em outras moedas, comparados ao exercício de 2017 que possuía 97,1% da dívida denominada em reais, e os demais 2,9% denominados em outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2020, 100% da dívida estava atrelada à taxa de juros flutuante em comparação a 94,0% em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, 94,0% da dívida estava atrelada à taxa de juros flutuante em comparação a 92,6% em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, 92,6% da dívida estava atrelada à taxa de juros flutuante em comparação a 95,7% em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos dois exercícios sociais e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2020

Reestruturação Societária de Subsidiária

Em 02 de janeiro de 2020, foi incorporada a Parnaíba I Geração de Energia S.A., titular das outorgas dos empreendimentos UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V, pela Parnaíba Geração e Comercialização S.A. ("PGC"). A PGC é a sociedade de propósito específico titular da outorga do empreendimento UTE Parnaíba 5A e 5B, conhecido como Projeto Fechamento de Ciclo das UTEs Maranhão IV e Maranhão V ("Parnaíba V").

A reestruturação está em linha com o desenvolvimento estratégico da Companhia gerando uma melhor gestão dos contratos, controle de custos e despesas, simplificação da estrutura corporativa e aproveitamento de sinergias entre as empresas envolvidas, resultando na redução do número de empresas e custos relacionados a aspectos societários, tributários e regulatórios.

Alienação de Participação Societária

Em 15 de abril de 2020, foi concluída a alienação da totalidade da participação detida pela Eneva, equivalente a 30% do total de ações, na Seival Sul Mineração S.A. à Copelmi Participações Ltda.

O preço total pago pela Copelmi à Eneva pela venda das Ações é de R\$18 milhões, sendo dividido em 3 parcelas das quais, já foram recebidos todo o montante. A operação contempla também a venda de imóvel, localizado no município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, por um valor adicional de R\$3 milhões, totalizando R\$21 milhões sujeitos a ajuste monetário pelo IPCA desde a data de assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve constituição, aquisição, alienação de participação ou movimentação societária.

2018

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária. No entanto, houve as seguintes movimentações societárias:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- a) Em 16 de abril de 2018, ocorreu a aquisição da totalidade da participação societária da Uniper Holding GmbH em Pecém II Participações S.A., a partir desta data Pecém II Participações passou a ser consolidada na Eneva S.A.;
- b) Em 30 de abril de 2018, a Parnaíba Gás Natural concluiu a aquisição de 100% dos direitos e obrigações para exploração e produção de hidrocarbonetos da concessão do Campo de Azulão;
- c) Em 30 de setembro de 2018, a controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil das empresas Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A. Esta operação faz parte da reorganização societária do grupo Eneva S.A.;
- d) Em 28 de dezembro de 2018, a Eneva S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da empresa Parnaíba Gás Natural S.A. Esta operação faz parte da reorganização societária do grupo Eneva S.A.; e
- e) Em 28 de dezembro de 2018, a controlada Eneva Participações S.A. efetuou a incorporação do acervo líquido contábil da empresa Parnaíba Participações S.A.

Para mais informações sobre os impactos contábeis das movimentações societárias, vide o item 10.1.

(c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve, nos últimos dois exercícios sociais e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as mudanças das práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**2020**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2019**CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada na adoção em 1º de janeiro de 2019. Essa abordagem não exige reapresentação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção da IFRS 16 é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

A seguir são apresentadas informações sobre o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil utilizados pela Companhia:

Reconhecimento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente, descontado pela taxa de juros nominal incremental de empréstimo do grupo, líquido dos seguintes efeitos:

- (a) Pagamentos de arrendamentos variáveis baseados em índice ou taxa;
- (b) Valores pagos pelo arrendatário sob garantias de valores residuais;
- (c) Preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer a opção;

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- (d) Pagamentos de multas por rescisão de arrendamento se os termos contratuais contemplarem o exercício da opção por parte do arrendatário; e
- (e) Crédito de PIS e COFINS, nos contratos em que há o direito a esse creditamento.

Os ativos de direito de uso são mensurados de acordo com os itens a seguir:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos dos arrendamentos de curto prazo, assim como dos arrendamentos de bens de baixo valor, são reconhecidos no resultado como custo ou despesa, pois, de acordo com a norma, são isentos de tratamento como arrendamento.

Julgamentos críticos na determinação do prazo do arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão de um contrato de arrendamento. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de extinção) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou não será extinto).

Essa avaliação é revisada caso ocorra evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete tal avaliação e que esteja sob o controle da arrendatária.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Tem por objetivo esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária aplicável a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras, uma vez que os principais tratamentos de apuração de Imposto de Renda e de Contribuição Social são considerados como provável que sejam aceitos pelas autoridades tributárias.

2018

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Adicionalmente, cabe destacar que a partir de 1 de Janeiro de 2019 entrou em vigor a norma CPC 06(R2) / IFRS 16 Arrendamentos. Para essa norma a Companhia apresenta no tópico CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases (Arrendamentos) a seguir o estudo já realizado.

CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes

A adoção inicial deste pronunciamento utiliza o método de efeito cumulativo e prospectivo (sem expedientes práticos). Consequentemente, a informação divulgada em 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi reportada anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

De acordo com a norma, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. A Administração avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado na apresentação do resultado do Grupo é sobre as penalidades por indisponibilidade (ADOMP) que representam ressarcimento aos clientes, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IFRS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contrato e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A nova norma retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Administração avaliou seus ativos financeiros, e identificou as seguintes mudanças com a adoção da nova norma CPC 48 / IFRS 9.

Em cada data de apresentação, a Administração avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com risco de recuperabilidade.

A partir desta avaliação a Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer (ii) a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A política de avaliação dos Instrumentos financeiros foi aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme classificação abaixo:

| Ativos/Passivos Financeiros | Nota | Classificação anterior IAS 39 | Classificação atual IFRS 9 | Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39 | Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9 |
|--|------|-----------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| Fundos de Investimentos (FICFI RF CP ENEVA e Fundo de Investimento FIC ENEVA RF LP) | | Valor Justo por meio do Resultado | Valor Justo por meio do Resultado | 587.219 | 587.219 |
| Letra Financeiras do Tesouro | | Valor Justo por meio do Resultado | Valor Justo por meio do Resultado | 217.146 | 217.146 |
| Operações Compromissadas | | Valor Justo por meio do Resultado | Valor Justo por meio do Resultado | 290.350 | 290.350 |
| Debêntures conversíveis | (1) | Empréstimos e Recebíveis | Valor Justo por meio do Resultado | 306.270 | 306.270 |
| Depósitos Vinculados | (2) | Empréstimos e Recebíveis | Custo Amortizado | 91.904 | 91.904 |
| Operações Comerciais | | Empréstimos e Recebíveis | Valor Justo por meio do Resultado | 56.583 | 56.583 |
| Mútuos | | Empréstimos e Recebíveis | Valor Justo por meio do Resultado | 284.973 | 284.973 |
| Contas a Receber (Ambiente Livre e Regulado) | (3) | Empréstimos e Recebíveis | Custo Amortizado | 506.136 | 506.136 |
| Derivativos | | Valor Justo por meio do | Valor Justo por meio do | 1.288 | 1.288 |

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

| Ativos/Passivos Financeiros | Nota | Classificação anterior IAS 39 | Classificação atual IFRS 9 | Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39 | Valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9 |
|---|------|-------------------------------|----------------------------|---|--|
| | | Resultado | Resultado | | |
| Fornecedores | | Custo amortizado | Custo amortizado | 294.079 | 294.079 |
| Empréstimos e Financiamentos e Debêntures | | Custo amortizado | Custo amortizado | 4.355.592 | 4.355.592 |
| Contas a pagar | | Custo amortizado | Custo amortizado | 30.847 | 30.847 |
| Retenções Contratuais | | Custo amortizado | Custo amortizado | 4.330 | 4.330 |
| Contas a Pagar do setor elétrico | | Custo amortizado | Custo amortizado | 47.688 | 47.688 |
| Total | | | | 7.074.405 | 7.074.405 |

(1) Debêntures Conversíveis

As debêntures conversíveis foram designadas como empréstimos e recebíveis, segundo o CPC 38/IAS 39, à época, por não terem um mercado ativo. Contudo, são mensurados a Valor Justo por meio do resultado por possuir derivativos embutidos em sua estrutura contratual, podendo alterar seus fluxos de caixa.

(2) Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados que eram classificados como empréstimos e recebíveis, de acordo com o CPC 38/IAS 39, agora são classificados ao custo amortizado.

Os Depósitos vinculados da Companhia são garantias dadas as instituições financeiras para obtenção de capital de terceiros e garantias de pagamento pelo fornecimento do carvão para as Usinas de Itaipu e Pecém II Geração e overhaul das empresas do Grupo. Os fluxos de caixa consistem apenas de pagamento de principal e juros.

A Administração avaliou os depósitos realizados e concluiu que:

As instituições financeiras em que a Companhia detém depósitos vinculados são de primeira linha (Itaú e Bradesco), com risco de crédito insignificante, com rating nacional AAA, o que indica forte capacidade de pagamento de compromissos financeiros;

As operações realizadas são de curto prazo. Dessa forma, não são esperadas perdas materiais para esses ativos financeiros.

(3) Contas a receber

A Administração avaliou seus recebíveis de acordo com os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 para reconhecimento de perda esperada através da criação de uma matriz de risco na realização de uma base

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

confiável dos últimos cinco anos do contas a receber, verificando o histórico de perdas. A avaliação resultou em:

- i. Nas relações comerciais estabelecidas no Ambiente de Contratação Regulado – ACR por meio de leilões (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR) regulados pela ANEEL, os contratos têm regulação específica para aspectos como preço da energia, submercado de registro do contrato e vigência de suprimento, os quais não são passíveis de alterações bilaterais por parte dos agentes. Adicionalmente, os contratos firmados pelas Usinas do Grupo nesta modalidade possuem uma conta bancária garantidora do saldo a receber, que é repassado no caso de inadimplência. A Administração entende que, para os montantes envolvidos, o risco de não recebimento está mitigado.
- ii. Na Carteira de recebíveis do Ambiente de Contratação Livre (ACL) registrado na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE). Não esperamos perda no valor faturado pela CCEE, pois as liquidações são mensais e o valor precificado/faturado considera a disponibilidade financeira do sistema de liquidação.
- iii. No mercado Bilateral o Grupo comercializa energia através da empresa Eneva Comercializadora, que detém contratos de curto e longo prazo.

Para os contratos de longo prazo, o Grupo utiliza-se de garantia de pagamento por meio de fianças bancárias e aplicações financeiras em CDBs, que garantem o valor contratual de seus vencimentos. No caso de inadimplência, historicamente avaliada, a Companhia liquida seus papéis de garantia, aplica penalidades contratuais sobre os clientes, além das penalidades impostas pelo regulador (ANEEL). Ademais, não efetua o registro do contrato para o cliente e transaciona essa energia no mercado de curto prazo.

Para os contratos comercializados em curto prazo, a Companhia aplicou uma matriz de risco para seus ativos financeiros, calculadas com base na totalidade das informações de sua carteira e na experiência de perda de crédito nos últimos cinco anos, considerando todos os recebíveis desde 2013 até setembro de 2018. O Grupo realizou o cálculo médio das taxas de perdas de crédito separadamente para os clientes inadimplentes no período de análise, obtendo um percentual equivalente as perdas de créditos esperadas aplicado a toda a carteira de créditos. A partir da aplicação do resultado dessa análise, a Companhia avaliou se houve aumento significativo nas perdas desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros e não identificou impactos materiais.

A Administração avaliou os seus recebíveis, cujos fluxos de caixa consistem apenas de pagamento de principal e juros.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes

A Companhia reconhece os valores de ressarcimento por indisponibilidade de sistema ("ADOMP") como um

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

ajuste ao preço da venda de energia, utilizando como metodologia de cálculo a média móvel de indisponibilidade dos megawatts nos últimos 60 meses, remunerados pela diferença entre o preço de energia praticado no subsistema onde a Usina Termelétrica atua e o seu valor de Custo Variável Unitário ("CVU") contratado.

Os impactos das novas práticas em vigor a partir de 2018 foram tratadas no item 10.4 (a).

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, o parecer dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras se encontram abaixo descritas.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS).

(b) Ativos não circulantes classificados como mantido para venda

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com a Copelmi Participações Ltda. ("Copelmi"), para alienação da totalidade de sua participação na coligada Seival Sul Mineração (30%) e o terreno de propriedade da controlada indireta Seival Geração de Energia (custo de R\$2.730), conforme divulgado anteriormente na demonstração financeira do exercício de 2018.

Em 15 de abril de 2020, foi concluída a alienação da totalidade da participação detida pela Eneva, equivalente a 30% do total de ações, na Seival Sul Mineração S.A. à Copelmi Participações Ltda.

(c) Mudanças em políticas contábeis significativas

ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de impostos – O ICPC 22 entrou em vigor para os exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - A Companhia adotou o IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, data de adoção inicial, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Dessa forma, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser divulgada de acordo com o CPC 06/IFRIC 4. Como resultado da adoção do CPC 06 (R2), a Companhia alterou sua política contábil para os contratos de arrendamento, conforme apresentado na nota explicativa nº 11 "Arrendamentos".

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos). (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não manteve quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante ou mudanças, presente ou futuras em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

(b) natureza e propósito da operação.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Os Diretores da Companhia informam que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de negócios da Companhia

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não tem atualmente em seu portfólio projetos relevantes em construção, salvo pelos projetos abaixo listados:

Empreendimentos em fase de Manutenção e Extensão

Pecém II Geração de Energia S.A.: Pecém II é uma usina termelétrica movida a carvão mineral localizada no município de São Gonçalo do Amarante, Ceará, no Complexo Industrial do Pecém. O escoamento do carvão mineral utilizado na termelétrica é realizado através de uma correia transportadora de 13 km ("Correia"), que foi objeto de uma ampla obra de revitalização nos anos de 2017 e 2018. Além do trecho sob responsabilidade de Pecém II e Porto do Pecém Energia S.A. ("Pecém I"), o trecho da correia que se inicia no Porto do Pecém e se estende por 7 km pertence ao Governo do Ceará e está recebendo investimentos de todas as usufruintes (Pecém II, Companhia Siderúrgica do Pecém e Pecém I), as quais arcam proporcionalmente a sua parcela de utilização no sistema com os custos incorridos. Em 2017, o total dos valores dispendidos por Pecém II na recuperação da Correia foi de R\$18,8 milhões.

O objetivo dos investimentos realizados na Correia é diminuir a média de dias necessários para descarregamento dos navios no Porto do Pecém para 5 dias (em 2016 a média foi de 14 dias) e, por consequência, diminuir o *demurrage* (custo pelo atraso no descarregamento do navio pago ao armador) incorrido por cada empresa usufruinte do Porto de Pecém e abolir de forma definitiva o uso eventual de caminhões para descarregamento do carvão.

A usina realizou manutenção programada de sua turbina e gerador para revisão de 35.000 hrs de operação em 2019 no montante de R\$ 42,2 milhões.

Itaqui Geração de Energia S.A.: Itaqui é uma usina termelétrica movida a carvão mineral localizada no município de São Luís, Maranhão. O escoamento do carvão mineral utilizado na termelétrica é realizado através de correia transportadora própria que foi integralmente substituída em 2018.

O objetivo do investimento realizados na Correia é aumentar a disponibilidade da esteira e, por consequência, diminuir o *demurrage* (custo pelo atraso no descarregamento do navio pago ao armador) e abolir de forma definitiva o uso eventual de caminhões para descarregamento do carvão.

A usina realizou manutenção programada de sua turbina e gerador para revisão em 2019 no montante de R\$7,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em atendimento a Norma Regulamentadora 13 do Ministério do Trabalho, a planta realizará manutenção programada.

Parnaíba I Geração de Energia S.A.: Parnaíba I é uma usina termelétrica movida a gás natural localizada no município de Santo Antônio dos Lopes, Maranhão, no Complexo do Parnaíba, com capacidade instalada de 676MW. Duas das quatro turbinas da usina entraram em manutenção programada para sua revisão de 32.000 hrs de operação ("overhaul") em 2018.

A usina realizou manutenção programada de sua turbina e gerador para revisão em 2019 no montante de R\$31,9 milhões.

Parnaíba II Geração de Energia S.A.: Parnaíba II é uma usina termelétrica de ciclo combinado com turbinas movidas a gás natural e vapor, localizada no município de Santo Antônio dos Lopes, Maranhão, no Complexo do Parnaíba, com capacidade instalada de 751MW. A usina realizou manutenção programada de sua turbina a vapor para revisão de 50.280 hrs de operação em 2020.

Empreendimento em Construção

Em 18 de fevereiro de 2019, teve início a implantação da UTE Parnaíba V com capacidade instalada pretendida de 385 MW, a ser instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, estado do Maranhão. O prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) é de 31 meses. O investimento estimado para a implantação do projeto é de R\$ 1,2 bilhão.

A UTE Parnaíba V sagrou-se vitoriosa no leilão ANEEL de energia nova A-6 de 2018, assegurando um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024.

Em 23 de agosto de 2019, teve início a implantação da UTE Jaguatirica II com capacidade instalada pretendida de 126,29 MW, a ser instalada no Município de Boa Vista - Roraima. O prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) é de 24 meses. O investimento total estimado para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguatirica é de R\$ 1,8 bilhão.

Em 18 de outubro de 2019, a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (Parnaíba III), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW (Parnaíba VI), sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6 de 2019 da ANEEL, assegurando um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2025. A ENEVA estima iniciar a construção da Expansão em 2022. O investimento estimado para a implantação do projeto é de R\$ 470 milhões.

Os projetos em construção Parnaíba V, Azulão e Jaguatirica II sofreram desvios em seus cronogramas iniciais por efeitos da pandemia, principalmente gerados por atrasos no fornecimento de materiais e peças de origem internacional, redução temporária de força de trabalho e, consequente, paralisação das obras. No entanto, a companhia ingressou com pleito na ANEEL para extensão do cronograma e adiamento da

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

entrega de energia com excludente de responsabilidade para Jaguatirica II e a unidade de liquefação em Azulão.

Parnaíba V está prevista para iniciar sua operação no primeiro semestre de 2022 e Azulão-Jaguatirica no segundo semestre de 2021. O andamento das obras está de acordo com o novo cronograma aprovado pela ANEEL.

Projetos em Estudo e Desenvolvimento para Expansão do Parque de Geração Térmica a Gás

Ainda, a Companhia possui projetos em estudo e desenvolvimento para ampliação do seu parque de geração, cuja construção não foi iniciada. Os mais relevantes são detalhados abaixo, sendo importante destacar que os mesmos ainda não possuem contratos de fornecimento de energia e ainda dependem de outorga da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"):

- **Geração Térmica a Gás Bacia do Parnaíba:** As subsidiárias da Companhia possuem licença de instalação para gerar 1.729 MW adicionais no Complexo Parnaíba, os quais poderão ser comercializados desde que a Companhia:
 - (i) seja vencedora de futuros leilões de venda de energia da ANEEL, ou adquira contratos de venda de energia disponíveis no mercado, ou celebre novos contratos de fornecimento de energia no mercado livre.
 - (ii) avance na campanha exploratória nas áreas sob concessão para exploração e produção de gás natural na Bacia do Parnaíba, por meio da identificação de novas acumulações comercialmente viáveis para a produção de gás natural, como verificado no Plano de Avaliação de Descoberta dos Poços 1OGX119MA e 1OGX120MA ("PAD Araguaína"), localizado a 114km ao sul do Complexo Parnaíba, o que poderá permitir a construção de novos empreendimentos de geração térmica e a consequente comercialização de energia. Em 2017, a Companhia executou campanha sísmica para levantamento de dados sísmicos 2D na Bacia do Parnaíba em uma extensão de 1.450km.
 - **Geração Eólica ("Complexo Eólico Santo Expedito"):** A Companhia possui um projeto com capacidade potencial de aproximadamente 735 MW que reúne 21 parques eólicos localizados no estado do Rio Grande do Norte, nas cidades de Jandaíra, Lajes e Pedra Preta. O referido complexo está em fase de desenvolvimento e possui licenças ambientais prévias já concedidas e em fase de renovação, referentes a capacidade de 426 MW da capacidade potencial acima mencionada. O Complexo Eólico Santo Expedito poderá comercializar sua energia na medida em que a Companhia seja vencedora em futuros leilões da ANEEL, adquira contratos de venda de energia disponível no mercado ou celebre novos contratos de fornecimento de energia no mercado livre.
- (ii) **Fontes de financiamento dos investimentos**

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de empréstimos e financiamentos. Para os investimentos a serem realizados, a Companhia buscará, em ocasião oportuna, a melhor estrutura de capital para financiamento dos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia colocou disponível para venda a totalidade de sua participação na coligada Seival Sul Mineração (30%) e o terreno de propriedade da controlada indireta Seival Geração de Energia (custo de R\$2.730).

Em 15 de abril de 2020, foi concluída a alienação da totalidade da participação detida pela Eneva, equivalente a 30% do total de ações, na Seival Sul Mineração S.A. à Copelmi Participações Ltda.

A Companhia informa que não há previsão de outros desinvestimentos relevantes em andamento no exercício social de 2020.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os diretores da Companhia informaram, conforme Fato Relevante de 7 de outubro de 2015, que a Companhia apresentou, na 13ª Rodada de Licitações da ANP, o lance vencedor pelo Bloco PN-T-84 ("Bloco"), localizado na Bacia do Parnaíba. O consórcio formado pelas suas subsidiárias Parnaíba Participações S.A. e Parnaíba Gás Natural S.A. ("PGN") irá realizar campanha exploratória no Bloco com o intuito de verificar a possibilidade da existência de formações de hidrocarbonetos. Com isso, a Companhia espera aumentar seu conhecimento sobre os recursos existentes na região da Bacia do Parnaíba, onde também estão localizados blocos exploratórios de onde é fornecido gás natural para o suprimento das usinas termelétricas do Complexo Parnaíba.

Em 03 de outubro de 2016, a Companhia recebeu como parte do seu aumento de capital privado a participação detida pelo fundo Cambuhy e pela OGX, no capital social da PGN, passando a deter 100% do seu capital social conforme descrito no item 10.1 (a) deste documento.

Em setembro de 2017 a Companhia, através de sua subsidiária PGN, apresentou os lances vencedores para os blocos PN-T-117, PN-T-118, PN-T-119, PN-T-133 e PN-T-134 na 14ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em janeiro de 2018, foram assinados os Contratos de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Campo de Azulão: Em 22 de Novembro de 2017 a Companhia, através de sua subsidiária PGN, assinou com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") a aquisição de 100% dos direitos e obrigações para exploração e produção de hidrocarbonetos da concessão do Campo de Azulão (Concessão BA-3, "Azulão"), localizado na Bacia do Amazonas, estado do Amazonas. O valor total da transação é de US\$ 54,5 milhões. A operação foi concluída em 30 de abril de 2018 após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato. O Campo de Azulão, localizado a cerca de 290 km a leste de Manaus, foi declarado comercial em maio de 2004 e possui volumes recuperáveis de gás natural com potencial para implantação de um projeto integrado, com o escoamento direto do gás natural produzido para abastecimento de uma usina termelétrica, em linha com o modelo *Reservoir-to-Wire* (R2W), implementado pela Companhia com êxito na Bacia do Parnaíba. A operação foi concluída e aprovada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Arremate de seis blocos na Oferta Permanente de Licitações da ANP: A Companhia informou ao mercado em 10 de setembro de 2019 que adquiriu 6 blocos em terra no primeiro ciclo da Oferta Permanente, realizada em 10 de setembro de 2019 pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Companhia adquiriu 100% de participação dos blocos PN-T-47, PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-68, PNT-102A, na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, e ofertou Programa Exploratório Mínimo ("PEM") de 8.811 Unidades de Trabalho ("UT"), a ser executado ao longo de 6 anos, na área total arrematada de 13.779,74 Km².

Arremate de sete blocos e um campo na Oferta Permanente de Licitações da ANP: A Companhia informou ao mercado em 04 de dezembro de 2020 a aquisição de 7 blocos exploratórios nas bacias terrestres do Amazonas e Paraná, e o campo de Juruá na bacia do Solimões, no segundo ciclo da Oferta Permanente realizado no dia 04 de dezembro de 2020 pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme detalhamento abaixo:

- (i) Na bacia do Amazonas, no Estado do Amazonas, a Companhia adquiriu 100% de participação nos blocos AMT-62, AM-T-84 e AM-T-85, tendo ofertado um Programa Exploratório Mínimo ("PEM") total de 11.414 Unidades de Trabalho ("UT"), a ser executado ao longo de 8 anos, na área total arrematada de 7.224 km², que está situada nas adjacências do campo de Azulão, já operado pela Eneva.
- (ii) Na bacia do Paraná, a Eneva adquiriu 70% de participação nos blocos PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86, PART-99, em consórcio com a Enauta Energia S.A., com participação de 30%, contudo, o consórcio será operado pela Eneva. O PEM ofertado para 100% dos blocos na bacia do Paraná foi de 7.548 UTs, a ser executado em até 6 anos. Os blocos da Bacia do Paraná estão localizados nos Estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, com área de aproximadamente 11.544 km².
- (iii) Na bacia do Solimões, a Companhia adquiriu 100% de participação no campo de Juruá, situado nos municípios de Tefé e Carauari, a 725 km a sudoeste da Cidade de Manaus, Estado do Amazonas. De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Juruá, elaborado pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e aprovado pela ANP em 2012, o volume in place de gás não-associado de Juruá é de 25,9 bilhões de metros cúbicos.

Salvo pelo acima descrito, os Diretores da Companhia informam que não houve aquisição de plantas,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(c) Novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que não foram lançados novos produtos e serviços nos últimos três exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia busca desenvolver todos os seus projetos de forma sustentável, visando otimizar a eficiência energética e operacional a custos baixos, mantendo, em paralelo, proteção ao meio ambiente. Desse modo, a Companhia atua continuamente na pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, através do estado da arte de métodos e tecnologias e projetos ambientalmente sustentáveis.

Em 2018, a Companhia realizou investimentos em projeto de pesquisa e desenvolvimento em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que tem como objetivo entender os efeitos das intrusões ígneas na maturação, migração e trapeamento de hidrocarbonetos na Bacia do Parnaíba. Além disso, outros projetos em andamento em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2018, visam, respectivamente, elaborar modelo de avaliação de impacto da abertura do mercado de distribuição de gás natural no Brasil e caracterizar a qualidade e a arquitetura deposicional dos reservatórios por meio de descrições de fácies das formações Poti e Cabeças na Bacia do Parnaíba.

Durante o período de 2014-2018, a Companhia firmou parcerias com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), PUC-Rio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Criciúma, Fundação Getúlio Vargas, PSR e Tendências Consultoria para o desenvolvimento de projetos de pesquisas. Essas pesquisas englobam temas de diferentes áreas tais como: planejamento de longo prazo do setor elétrico, possibilidades de utilização de cinzas de carvão de termelétricas, reuso de água, manejo e controle de pragas, proteção anticorrosiva, otimização do sistema de dessulfurização de gases exaustos de térmicas, dispersão atmosférica de poluentes, captura e armazenamento de CO₂, modelagem estatística para previsão de precipitação e inovações regulatórias relacionadas a contratação de energia e integração gás e energia elétrica.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Aneel, até 31 de dezembro de 2020 a Companhia investiu R\$ 15,8 milhões. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia investiu em novas tecnologias nas usinas de geração de energia elétrica o montante de R\$6,2 milhões e R\$5,7 milhões, respectivamente.

Conforme Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANP, até 31 de dezembro de 2020 a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

investiu R\$ 0,5 milhão. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia investiu em novas tecnologias de exploração e produção de óleo a gás (E&P) o montante de R\$1,0 milhão e R\$2,3 milhões, respectivamente.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Abaixo, a Companhia lista os projetos em desenvolvimento em 2020, 2019 e 2018:

- Investigação e Modelagem Estatísticas dos Sistemas de Monções da América do Sul, com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, iniciado em 01 de janeiro de 2017 com duração de 60 meses;
- Simulação em tempo real da dispersão atmosférica de poluentes emitidos por termelétrica a carvão e gás natural, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ("UFRGS"), iniciado em 01 de julho de 2016, com duração de 60 meses;
- Captura de CO2 pós-combustão de carvão mineral ou gás natural - síntese de zeólitas e testes em planta piloto, com a SATC (Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina) e UFC, iniciado em 29 de maio de 2017, com duração de 44 meses;
- Saúde Estrutural de Componentes de Indústrias Termoelétricas, com a PUC-RJ, iniciado em 15 de setembro de 2017, com duração de 45 meses;
- Aplicação Prática das Cinzas de Carvão Mineral na Pavimentação, com a UFC, iniciado em 31 de outubro de 2018, com duração de 27 meses;
- Projeto de Gestão 2018-2020, iniciado em 01 de abril de 2018, com duração de 24 meses;
- Ferramentas Analíticas para a Previsão de Preços de Contratos Futuros de Energia em Mercados Hidrotérmicos com preços Spot Horários, com a PUC-RJ, iniciado em 06 de novembro de 2019, com duração de 18 meses;
- Projeto Estratégico Viabilizando mobilidade elétrica no Brasil: identificação de modelos de negócios vencedores e desenvolvimento de plataforma digital conectando consumidores e geradores/distribuidores, com a Entech, a Venturus e a Mirow, iniciado em 18 de novembro de 2019, com duração de 24 meses;
- Sistema de detecção automática de anomalias em esteiras transportadoras de carvão de usinas termelétricas, com a PixForce e ACE, iniciado em 01 de março de 2020, com duração de 13 meses;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Projeto de Gestão 2020-2022, que tem por finalidade a administração dos projetos em andamento e a avaliação de oportunidades de investimento, portanto, liderado por colaboradores internos, iniciado em 01 de abril de 2020, com duração de 24 meses;
- Software para operação de contratos *blockchain* de energia e gestão automatizada de backoffice, com a Fohat e ACE, iniciado em 01 de junho de 2020, com duração de 16 meses;
- Sistema integrado de inspeção e monitoramento por drones para suporte das inspeções das faixas de servidão de gasodutos utilizando modelos de inteligência artificial, com a 4Vants e ACE, iniciado em 01 de junho de 2020, com duração de 19 meses;
- Evolução do sistema computacional "ALINE" para detecção de acúmulos de gás destinado ao complexo termelétrico do Parnaíba, empregando dados de linhas sísmicas e algoritmos de *Machine Learning*, com a PUC-Rio, iniciado em 01 de julho de 2020, com duração de 12 meses;
- Projeto "Arquitetura deposicional e qualidade dos reservatórios das formações Poti e Cabeças, Bacia do Parnaíba", com a Universidade de Brasília iniciado em 24 de setembro de 2015, com duração de 60 meses;
- Projeto "Implicações do magmatismo na Bacia do Parnaíba: geração, migração e trapeamento de hidrocarbonetos", com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, iniciado em 28 de novembro de 2018, com duração de 24 meses;
- Projeto "Detecção de assinaturas de acúmulo de gás em traços sísmicos usando *deep-learning*", com a PUC-Rio, iniciado em 26 de junho de 2019, com duração de 13 meses; e
- Projeto "Desenvolvimento de um mercado de gás natural (GN) em Roraima: aspectos regulatórios, técnicos e estratégicos", com a Universidade de São Paulo, iniciado em 01 de setembro de 2019, com duração de 18 meses.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia ainda não incorreu em gastos relativos ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços, além daqueles já descritos neste item 10.8(c) (ii) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outros fatores com influência relevante não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou, de forma qualitativa e quantitativa, os principais fatores de riscos e incertezas gerados e que, porventura, poderiam causar impactos econômico-financeiros ou operacionais que pudessem refletir diretamente ou indiretamente nas suas informações financeiras, causado pela pandemia de Coronavírus (COVID-19). Maiores detalhes encontram-se na divulgação das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.